



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

Maiara Andrade Paes

**GUARDIÃS DA TERRA E DA MEMÓRIA: trabalhadoras rurais e as transformações  
da mineração no Lago Juruti Velho, Pará (1950-2009)**

MANAUS/AM  
2025

Maiara Andrade Paes

**GUARDIÃS DA TERRA E DA MEMÓRIA: trabalhadoras rurais e as transformações da mineração no Lago Juruti Velho, Pará (1950-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, como requisito à obtenção do Título de Mestre em História.

Linha 2: Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais Na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Anderson Vieira Moura

Agência de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

MANAUS/AM  
2025

### Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

- P126g Paes, Maiara Andrade  
Guardiãs da terra e da memória: trabalhadoras rurais e as transformações da mineração no Lago Juruti Velho, Pará (1950-2009) / Maiara Andrade Paes. - 2025.  
154 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Anderson Vieira Moura.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2025.
1. Mineração. 2. Juruti Velho. 3. Mulheres Rurais. 4. Impactos Socioambientais. 5. História Oral. I. Moura, Anderson Vieira. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título
-

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Maiara Andrade Paes

### **GUARDIÃS DA TERRA E DA MEMÓRIA: trabalhadoras rurais e as transformações da mineração no Lago Juruti Velho, Pará (1950-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, como requisito à obtenção do Título de Mestre em História.

Linha 2: Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais Na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Anderson Vieira Moura

Agência de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

Data: 30/04/2025

Banca Examinadora:

---

Professor Dr. Anderson Vieira Moura (UFAM) – Presidente da Banca

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Mônica Xavier de Medeiros – Membro Interno

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Glauca Cristina Candian Fraccaro – Membro Externo

MANAUS/AM  
2025

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não seria possível sem o apoio de muitas pessoas, e é com muito carinho que venho expressar minha gratidão a todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização deste trabalho.

Não posso começar de outra forma senão agradecendo à minha família, que sempre foi minha base. Aos meus avós, Wilson e Santana, meu carinho especial. Eles que acreditaram em mim desde o início. Mesmo quando digo: "Vó, eu vou ser mestra", e ela não entende bem o peso desse título e nem do que ele se trata, sei que ela sempre me apoiará.

À minha mãe, Lidiane, que com seu carinho e apoio nunca me deixou desistir. Mesmo distante, lá em Curitiba, eu pude contar com ela em momentos difíceis, oferecendo apoio emocional e até financeiro, tirando do pouco que tinha para me ajudar a me manter em Manaus. Ela sempre me lembrou da importância da dedicação.

Ao meu pai, Sivaldo, que me acompanhou nas minhas viagens de campo quando eu ia fazer minhas entrevistas em Juruti Velho. Ele foi mais que um pai, foi um parceiro, dedicando dias inteiros ao meu lado nesse desafio. Um dia desses, recebi um vídeo pelo WhatsApp dele em uma festividade na comunidade Prudente. Estava feliz e lembrando de quando fomos a campo pela minha pesquisa. Achei muito fofo.

Aos meus irmãos, que, apesar da distância, um em Curitiba, outro no Pará e eu no Amazonas, estão sempre comigo. Aprendemos, ao longo do tempo, que crescer e correr atrás dos nossos sonhos, muitas vezes, significa estar longe de quem amamos.

Ao meu companheiro, Henrique, que faz parte dessa caminhada, minha mais profunda gratidão. Seu apoio, paciência e amor foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Mas Henrique não esteve presente apenas com palavras de encorajamento. Seu cuidado ia além: nos pequenos gestos do dia a dia, na preocupação constante com o meu bem-estar e até mesmo na ajuda prática, garantindo que eu tivesse as ferramentas necessárias para desenvolver este trabalho.

Aos meus sogros, dona Jeovani e Maildson, também deixo meu sincero agradecimento por sempre me receberem com tanto carinho e por serem tão generosos e compreensivos.

Também quero reconhecer aqueles que, direta ou indiretamente, tornaram esta dissertação possível.

Ao meu orientador, Anderson Vieira Moura, minha imensa gratidão pela orientação, paciência, conselhos valiosos e confiança em mim.

Às mulheres das comunidades tradicionais do Lago de Juruti Velho, que compartilharam suas histórias comigo. Sem a generosidade e coragem delas, este trabalho não teria o mesmo significado.

Aos colegas do curso, cuja companhia foi essencial ao longo dessa caminhada, e em especial a Carol, Ianna e Jheniffer, pela amizade, risos e confidências.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pelo apoio financeiro e logístico, que viabilizou meu trabalho de campo e a coleta de dados. Sem esse suporte, muitas entrevistas não teriam sido possíveis.

Aos meus colegas de casa Jheniffer e Petrin, pelo tempo em que dividimos o mesmo lar em Manaus. À Jheniffer, em especial, por uma amizade que foi um dos pilares que me sustentou nessa caminhada.

E um agradecimento especial professora e amiga Mônica Xavier. Quando entrei no curso de História na UEA, estava preocupada sobre como me manter em Parintins, longe de casa e sem uma bolsa permanência. Em uma conversa, compartilhei minhas dificuldades e meu desejo de me envolver com pesquisa. Foi ela quem me incentivou a participar do PAIC por três anos, a ingressar no mestrado e até mesmo a vir a Manaus fazer a prova. Mônica é uma mulher inspiradora, generosa e brilhante.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa jornada, meu mais sincero agradecimento.

E, por fim, agradeço a mim mesma. Agradeço à Maiara que, apesar das dificuldades, não desistiu. Foram muitos dias de cansaço, insegurança e dúvidas, mas eu continuei. Encarei os desafios, aprendi com os erros e segui em frente. Esta conquista é fruto do meu esforço e da minha dedicação. Hoje, olhando para trás, vejo o quanto cresci e amadureci. Ser mestra não é apenas um título, é a realização de um sonho pelo qual lutei muito.

## RESUMO

Esta dissertação analisa as transformações socioambientais vividas pelas comunidades tradicionais do Lago Juruti Velho, no oeste do Pará, a partir das memórias e experiências das trabalhadoras rurais. Com base na história oral, a pesquisa articula trajetórias individuais e coletivas para compreender como essas mulheres vivenciaram, enfrentaram e resignificaram as mudanças impostas pela chegada do projeto minerário da Alcoa, no início dos anos 2000.

A narrativa se constrói a partir do cotidiano, das formas de trabalho e das relações comunitárias tecidas ao longo do tempo, com atenção especial ao período entre 1950 e 2009. Nesse intervalo, emergem histórias de resistência que revelam a força das mulheres na manutenção da vida, da terra e das redes de solidariedade. Longe de uma leitura passiva dos impactos, a dissertação destaca as estratégias de organização e luta, sobretudo a partir da atuação feminina em associações locais e movimentos por direitos territoriais. A mineração, ao adentrar esses territórios, reconfigura modos de vida, altera dinâmicas sociais e impõe novas formas de dependência e exclusão. Entretanto, as mulheres mobilizam a memória como ferramenta de reivindicação e pertencimento, resgatando saberes, práticas e valores que sustentam a resistência frente ao avanço do capital mineral. Ao contrapor os discursos da grande imprensa e das empresas às vozes das próprias sujeitas atingidas, a pesquisa reafirma a centralidade das mulheres na construção de uma memória social que recusa o apagamento e reivindica um futuro em que a terra, o trabalho e a memória sejam reconhecidos como direitos, e não como mercadorias. Assim, a dissertação contribui para uma história social da mineração na Amazônia, centrada nas experiências e nas lutas das mulheres que se tornaram guardiãs de seus territórios e de suas histórias.

**Palavras-chave:** Mineração; Juruti Velho; Mulheres Rurais; Impactos Socioambientais; História Oral.

## ABSTRACT

### **Guardians of the Land and Memory: Rural Women and the Transformations of Mining in Lago Juruti Velho, Pará (1950-2009)**

This dissertation analyzes the socio-environmental transformations experienced by the traditional communities of Lake Juruti Velho, in western Pará, through the memories and experiences of rural women workers. Based on oral history, the research weaves together individual and collective trajectories to understand how these women lived through, confronted, and redefined the changes brought by the arrival of Alcoa's mining project in the early 2000s. The narrative is built from everyday life, forms of labor, and community relations shaped over time, with particular focus on the period between 1950 and 2009. Within this span, stories of resistance emerge, revealing the strength of women in sustaining life, land, and networks of solidarity. Far from a passive reading of impacts, the dissertation highlights strategies of organization and struggle, especially through women's participation in local associations and movements for territorial rights. Mining, upon entering these territories, reshapes ways of life, alters social dynamics, and imposes new forms of dependence and exclusion. However, women mobilize memory as a tool for claiming rights and asserting belonging, recovering knowledge, practices, and values that support resistance against the advance of mineral capital. By opposing the narratives of mainstream media and corporations with the voices of the affected women themselves, the research reaffirms the central role of women in constructing a social memory that refuses erasure and demands a future in which land, labor, and memory are recognized as rights, not commodities. In doing so, this dissertation contributes to a social history of mining in the Amazon, centered on the experiences and struggles of the women who have become guardians of their territories and their histories.

**Keywords:** Mining; Juruti Velho; Rural Women; Socio-Environmental Impacts; Oral History.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Entrevistada Ruth Matos (à esquerda) e sua filha Eliana Matos Batista (à direita), 25/01/2024.....	31
Figura 2: Entrevistada Cândida Bentes de Matos, 25/01/2024 .....	32
Figura 3: Entrevistada Dinai Matos Batista, 25/01/2024 .....	33
Figura 4: Belda explica a Luta e à ministra Dilma Rouseff, da Casa Civil, os projetos da Alcoa no País .....	67
Figura 5: Rosileia Tavares de Souza, Casa de Farinha, comunidade Santo Antônio-Ingraçã, dia 23 de julho de 2019 .....	97
Figura 6: Filhos e parentes de Rosileia na Casa de Farinha, comunidade Santo Antônio-Ingraçã, dia 23 de julho de 2019 .....	97
Figura 7: Vista do porto da Vila Muirapinima a partir do lago, 23 de julho de 2019 .....	104
Figura 8: Sede da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE, localizado na Vila Muirapinima, dia 23 de julho de 2019 .....	104
Figura 9: Entrada da mina da Alcoa, ponto de espera para o transporte escoltado por veículo do corpo de bombeiros, 25/01/2024 .....	108
Figura 10: Ponta da praia. Na margem oposta do lago, encontra-se a comunidade Prudente, acessível por travessia em embarcações, 25/01/2024 .....	108
Figura 11: Visita técnica à mina da Alcoa, publicada sexta-feira, 10 de fevereiro de 2012 ..	113
Figura 12: Irmã Brunilde Henneberger discursando na ocupação da Base Capiranga da Alcoa pelo “Movimento Juruti em Ação”, janeiro de 2009 .....	125
Figura 13: Ocupação da Bae Capiranga, Alcoa, em janeiro de 2009.....	133
Figura 14: Comunitários e comunitárias, incluindo seus filhos e filhas, construíram barracas por meio de mutirões para se acamparem, em fevereiro de 2009.....	138

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: MULHERES RURAIS, COSTUMES E TRABALHO NO LAGO JURUTI VELHO (1950-1980)</b> .....	<b>27</b>
1.1 Guardiãs da Memória: uma breve biografia .....	28
1.2 Trabalhadoras rurais do Lago Juruti Velho: reprodução social e trabalho de subsistência .....	35
1.2.1 A socialização do trabalho e a reprodução da vida comunitária .....	40
1.2.2 Ruth e Eliana: família, trabalho e a transmissão de saberes .....	44
1.3 Entre fios de paneiros e caçadas .....	47
<b>CAPÍTULO II: A CHEGADA DA MINERAÇÃO E OS IMPACTOS NOS MODOS DE VIDA DAS TRABALHADORAS RURAIS</b> .....	<b>56</b>
2.1 "O amanhã da Alcoa está sendo construído hoje": a mineração em manchetes e os sentidos produzidos pela imprensa .....	57
2.1.1 "A exploração da mina de bauxita em Juruti (PA) terá produção inicial de 2,6 milhões de toneladas anuais": crescimento econômico ou desafios socioambientais?.....	65
2.2 A implantação da Alcoa e os impactos socioambientais no contexto de vida das trabalhadoras rurais do Lago Juruti Velho .....	75
<b>CAPÍTULO III: ENTRE A LUTA E A MEMÓRIA: mulheres rurais, associações e mobilização social</b> .....	<b>99</b>
3.1 As associações comunitárias em Juruti Velho sob o olhar e a participação das mulheres rurais .....	101
3.2 Regulação fundiária e a organização da social do Prudente e Monte Sinai .....	104
3.3 "Ela foi criada para lutar pelos nossos direitos": um símbolo de luta e pertencimento ..	109
3.3.1 Fé e mobilização: a atuação das irmãs Franciscanas de Maristela .....	119
3.4 Disputas por reconhecimento e acesso aos royalties: trajetórias de mobilização social ..	131
3.4.1 A lavra como direito e não dádiva: reflexões sobre as conquistas e os desafios coletivos .....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>148</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>151</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa os impactos socioambientais da mineração sob a perspectiva das trabalhadoras rurais das comunidades tradicionais situadas no entorno do Lago Juruti Velho, localizado no município de Juruti, no oeste do estado do Pará. O estudo contempla as localidades de Prudente, Monte Sinai, Maravilha, Vila Muirapinima, Bom Jesus, Santo Antônio-Ingraçã e Nova Macaiane. O objetivo é compreender as mudanças nas formas de trabalho, nos modos de vida e na organização coletiva dessas mulheres, considerando suas memórias e experiências entre os anos de 1950 e 2009. A pesquisa adota a história oral como metodologia central, permitindo que as memórias dessas mulheres revelem processos históricos que, muitas vezes, não estão registrados nos documentos oficiais.

A escolha do título “Guardiãs da Terra e da Memória” reflete o papel que as narradoras representam, tanto na defesa dos direitos territoriais e comunais quanto na preservação da memória social das comunidades tradicionais de Juruti Velho. Como aponta Silvia Federici<sup>1</sup>, as mulheres rurais da América do Sul não se preocupam somente com direitos locais e o bem-estar familiar. Elas se envolvem ativamente “nas assembleias onde as decisões são tomadas, desafiam o governo e a polícia, e se veem como as guardiãs da terra [...]”. Além disso,

Um fator que encoraja o papel das mulheres como guardiãs da terra e da riqueza comunal é que elas desempenham o papel principal na preservação e transmissão do conhecimento tradicional. As *tejedoras de memória*, “tecedoras de memória”, segundo a teórica-ativista mexicana Mina Navarro, formam um importante dispositivo de resistência, porque o conhecimento que elas preservam e partilham produz uma forte identidade e coesão coletiva em face à desapropriação<sup>2</sup>.

Mina Navarro, citada por Federici, usa o termo “tecedoras de memória” para descrever como as mulheres entrelaçam as narrativas do passado com a construção do presente e do futuro. Criam uma continuidade entre as gerações, preservam as histórias e transmitem saberes tradicionais que moldam a cultura de suas comunidades. Essa noção de memória como um elemento vivo e transformador dialoga com a perspectiva de

---

<sup>1</sup> FEDERICI, Silvia. **Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina**. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020, p. 6.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 6.

Ângela Gomes<sup>3</sup>, para quem “a guarda de uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos, bem como é elemento base de sua transformação”.

Gomes nos ensina que a memória é, de fato, um trabalho, algo que envolve esforço, escolha e reinterpretação. Não se trata de uma simples repetição do que foi vivido no passado, mas de um processo de ressignificação que se ajusta aos imperativos do presente à forma como as pessoas e os grupos se veem e se posicionam no mundo. Essa ressignificação seleciona o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Dessa forma, as guardiãs terra e da memória se tornam mediadoras, pois essas mulheres, ao realizarem o trabalho de preservar e compartilhar a memória de suas comunidades, não estão apenas preservando o passado, mas também moldando o presente e o futuro de suas identidades coletivas. Elas são responsáveis por manter a coesão do grupo, selecionando, reinterpretando e ressignificando as histórias e experiências vividas, garantindo que a memória não seja distorcida ou perdida no processo de transformação social.

Para compreender essas transformações, a pesquisa se baseia nas narrativas das guardiãs: Cândida Bentes, Dinai Batista, Eliana Batista, Nelsia Santarém, Ruth Matos, Idaliana Souza, Rosileia de Souza, Sandra Silva, Lidiane de Souza, Cenira Camarão, Crisvalda Batista e Rosinete Prata. Suas experiências são compartilhadas por meio da metodologia da história oral e da memória como um campo de conhecimento e significação capaz de revelar os processos históricos vividos, destacando suas percepções sobre as relações produtivas, o trabalho de subsistência e as formas de organização comunitária. O recorte temporal da pesquisa, que vai de 1950 a 2009, permite analisar tanto as formas tradicionais de trabalho quanto as mudanças impostas pela chegada da Alcoa na região.

A mineração em Juruti ganhou força no ano 2000, quando a *Aluminum Company of America* (Alcoa) intensificou suas atividades na área após adquirir a *Reynolds Metals*, que já realizava estudos na região desde a década de 1980. Com atuação em mais de 200 localidades em 31 países, a Alcoa consolidou-se como a principal produtora mundial de alumínio primário e industrializado. Para isso, iniciou uma série de pesquisas por meio de sua subsidiária, a Omnia Minérios, para avaliar o potencial mineral da área.

---

<sup>3</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A guardiã da memória**. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, n° 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996, pp. 6-7.

De acordo com a empresa, a região analisada abrangia cerca de 270 mil hectares nos municípios de Juruti e Santarém, no Pará. O estudo confirmou a existência de grandes reservas em uma área de 50 mil hectares, que inclui os platôs Capiroanga, Guaraná e Mauari. Essas estão situadas na região de Juruti Velho, território tradicionalmente ocupado por famílias que, há gerações, mantêm seu modo de vida tradicional por meio da caça, da pesca e da coleta<sup>4</sup>.

A implantação do projeto da Alcoa trouxe impactos significativos para essas comunidades. A abertura da mina exigiu a retirada da vegetação nativa e a modificação da paisagem, afetando diretamente os territórios usados para caça e coleta. A proximidade entre as áreas mineradas e o lago Juruti Velho, cerca de 4 km, gerou preocupações sobre os riscos ambientais, especialmente a possibilidade de contaminação da água pela lama vermelha, um resíduo resultante da lavagem da bauxita.

Apesar de a empresa afirmar que monitora e controla os rejeitos, a experiência vivida por comunidades como Prudente e Monte Sinai revelou que, durante a instalação do projeto, chuvas intensas deslocaram lama para áreas próximas. Mesmo com essas irregularidades, em setembro de 2009, a Alcoa iniciou a extração de bauxita a céu aberto, utilizando o método de extração em faixas, que envolve, primeiramente, a remoção da vegetação e das camadas superiores do solo<sup>5</sup>.

A chegada do projeto desencadeou transformações socioambientais significativas, que posteriormente será narrada por mulheres de diferentes idades. Seus relatos nos falam sobre as mudanças na relação com o território, no trabalho, nas práticas tradicionais, no acesso à água e nas condições de vida, revelando os impactos de um modelo de desenvolvimento extrativista baseado na apropriação de espaços que historicamente pertencem à coletividade.

Desde a década de 1970, a presença das Irmãs Franciscanas de Maristela no município de Juruti, foi central para a formação política das comunidades. A criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Movimento de Educação de Base (MEB) possibilitou a articulação de lideranças comunitárias em torno da conscientização política e social. Inspiradas pela Teologia da Libertação, essas experiências estabeleceram um vínculo entre a fé e a mobilização social. A organização territorial das comunidades em

---

<sup>4</sup> LOPES, Luís Otávio dos Canto. **Conflito Socioambiental e (re)organização territorial: mineradora ALCOA e comunidade ribeirinhas do projeto agroextrativista Juruti Velho, Município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil.** Tese de Doutorado, Porto Alegre, 2012, p. 30.

<sup>5</sup> *Ibid.*

áreas religiosas fortaleceu a participação popular e ampliou os debates sobre direitos, criando um espaço de articulação entre demandas sociais e reivindicações religiosas<sup>6</sup>.

Com o avanço da exploração mineral na região nos anos 2000, as discussões em torno dos impactos desse processo se intensificaram, e as irmãs assumiram um papel de mediação entre a comunidade, a Alcoa e o Estado. Essa atuação garantiu aos moradores maior acesso a informações sobre seus direitos e meios de resistência. No entanto, observa-se que as mulheres, apesar de sua atuação ativa nas mobilizações, encontravam obstáculos para ocupar espaços decisórios em instituições como a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), sendo frequentemente relegadas a funções administrativas e organizativas, enquanto os homens permaneciam à frente das deliberações políticas<sup>7</sup>.

Nesse contexto, este estudo investiga as estratégias de organização comunitária e política adotadas por essas mulheres, que, por meio da participação ativa em espaços coletivos, buscam afirmar seus direitos e resistir às transformações que colocam em risco seus modos de vida. Além de analisar as mudanças ao longo do tempo, a pesquisa enfoca a atuação das mulheres em associações comunitárias, como a Associação das Comunidades Prudente e Monte Sinai (ACOPRUMS) e a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), evidenciando as formas de organização que emergem nesse processo.

O problema central desta pesquisa, portanto, é compreender como as mudanças socioambientais promovidas pela Alcoa impactaram a vida das trabalhadoras rurais das comunidades tradicionais de Juruti Velho. Para isso, o estudo analisa as experiências de duas gerações de mulheres: aquelas com idades entre 60 e 80 anos, que viveram no Lago Juruti Velho antes da chegada da mineradora (1950-1980), e as mulheres entre 30 e 40 anos, que cresceram sob a presença da Alcoa (2000-2009).

Para compreender os desafios enfrentados pelas mulheres dessas comunidades, é essencial apresentar o município dentro desse cenário de transformações. A cidade de Juruti, no Oeste do Pará, tem uma área de 8.305,1 km<sup>2</sup> e faz fronteira com o Amazonas e com municípios paraenses como Santarém, Aveiro, Terra Santa, Oriximiná e Óbidos. A economia local mistura atividades tradicionais com novos dinamismos, combinando o

---

<sup>6</sup> DEMEDA, K. S. N. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties de mineração em Juruti Velho, Juruti - PA**. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020, p 72.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 75-76.

comércio, a produção artesanal e a agricultura familiar com as transformações trazidas por grandes empreendimentos.

De acordo com Luís Lopes<sup>8</sup>, o comércio varejista e atacadista sempre foi um dos pilares da economia de Juruti, garantindo o abastecimento de produtos essenciais como alimentos, roupas, materiais de construção e combustíveis. Essas atividades, geralmente pequenas, atendem à população local e ajudam a movimentar a economia. Além disso, a produção de alimentos, cerâmica, móveis de madeira e vestuário também tem um papel importante, abastecendo parte da demanda interna. O setor de serviços complementa esse cenário, impulsionado pelo consumo de servidores públicos, aposentados, pensionistas e pequenos produtores rurais.

A agricultura familiar é a base da subsistência para muitas comunidades rurais em Juruti. Em 2012, Lopes visitou três comunidades para entender melhor essa realidade: Jararaca (Projeto de Assentamento Socó I), Bom-que-dói (Projeto de Assentamento Nova Esperança) e São Francisco do Aruã (Projeto Agroextrativista Lago Juruti Velho). Nessas áreas, um dos principais elementos da produção agrícola são as casas de farinha<sup>9</sup>.

Esses espaços são montados próximos a igarapés para facilitar o trabalho de transformação da mandioca. Ali, tudo funciona de forma organizada: há barracões abertos, fornos de metal, depósitos de madeira (conhecidos como gareiras), peneiras, tipitis e prensas. Muitas casas de farinha contam também com pequenos motores para triturar a mandioca depois de descascada e lavada<sup>10</sup>. É dali que saem a farinha, o beiju, a tapioca e o tucupí, produtos fundamentais para a alimentação e a renda das famílias.

Além de garantir o sustento das comunidades, a agricultura também carrega um forte significado social e cultural. No Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Juruti Velho (PAE) as mulheres são primordiais nesse processo, mantendo vivas as tradições que são intergeracionais. Mais do que uma atividade rentável, a agricultura familiar é uma forma de resistência e de conexão com a terra diante transformações e imposições de um modelo capitalista extrativista.

---

<sup>8</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 78.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 79-80. Lopes analisa a importância das casas de farinha como espaços técnicos fundamentais no sistema produtivo rural de Juruti. Ele observa que essas estruturas são construídas em locais estratégicos, geralmente próximos a igarapés, para facilitar o transporte da mandioca, bem como o processo de afogamento e amolecimento de parte da raiz, prática essencial para a fabricação da farinha e seus derivados. A infraestrutura, composta por barracões abertos, fornos metálicos, prensas de madeira, peneiras e tipitis artesanais, além de motores a gasolina, evidencia um saber técnico tradicional adaptado às condições ambientais locais e à lógica coletiva do trabalho comunitário.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 80



Jesus, Santo Antônio-Ingraçã, Maravilha e Nova Macaiane. Já a linha branca representa a macrozona da mineração, que avançou sobre o território das comunidades. No centro dessa interseção, encontra-se o Lago Juruti Velho.

O conceito de “tradição”, muitas vezes associado a algo fixo e imutável, não reflete a realidade vivida por essas comunidades. Ao contrário do que a palavra implica, os costumes não são estáticos, mas sim construídos em meio a mudanças, conflitos e disputas. Como argumenta Edward Thompson<sup>11</sup>, “longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”, e é nesse contexto de transformação que as comunidades de Juruti viveram com a chegada da mineração. O que era visto como tradição passou a ser moldado e ressignificado diante da pressão externa. A terra, antes um espaço de convivência e uso coletivo, tornou-se um objeto de disputa, com as comunidades resistindo às imposições da mineradora e tentando preservar seus modos de vida.

As mudanças não se limitaram apenas ao território físico, mas também à esfera política. As comunidades, longe de serem passivas ou imutáveis, se organizaram de diversas formas para enfrentar as imposições externas. Por meio de associações, reuniões e mobilizações, as populações locais buscaram afirmar seus direitos territoriais e preservar suas práticas culturais e sociais.

A terra e água, antes vinculada a práticas de uso, passou a ser entendida de maneira mais complexa e disputada. Portanto, ao invés de um simples “campo da tradição”<sup>12</sup>, o lago se transformou em uma arena de disputas, criando um cenário de tensão e reorganização social e política.

A resistência das mulheres às mudanças impostas pelo empreendimento extrativista em Juruti Velho faz parte de um processo mais amplo que Silvia Federici<sup>13</sup> descreve. Ela aponta que, na América Latina, as mulheres sempre enfrentaram a exploração econômica e a violência do Estado, mas, desde os anos 1970, com a globalização e o neoliberalismo, essa luta ganhou novas formas. Por serem diretamente afetadas pelas crises que desestruturaram suas comunidades, elas recriam laços

---

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998, pp. 16-17.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 82.

<sup>13</sup> FEDERICI. **Na luta para mudar o mundo**.

comunitários e desenvolvem formas autônomas de organização e sobrevivência. Isso fica evidente quando Federici afirma que:

Por sofrerem diretamente as consequências das crises que afetam suas comunidades, as mulheres, por sua vez, criaram formas mais autônomas de reprodução social, ao refazerem a trama comunitária, rompida pelas políticas econômicas brutais e pelo terrorismo do Estado<sup>14</sup>.

Podemos observar essas significações nas falas das guardiãs. Diante dos impactos da mineração, elas não apenas falam das perdas, como o acesso à terra, à água e à mobilidade, mas também mostram como resistem e se reorganizam.

A luta delas se insere naquilo que Federici<sup>15</sup> descreve como um movimento que vai além da resistência imediata e se torna um novo modelo de vida: “Ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado”. Quando reivindicam seus direitos, exigem indenização do uso e danos à terra e denunciam os impactos ambientais e sociais da mineração, essas mulheres estão, na prática, desafiando um sistema que tenta transformar suas vidas em mercadoria.

Por isso, suas experiências não são apenas relatos pessoais sobre dificuldades vividas, mas parte de uma luta maior que questiona a lógica do mercado e constrói novas formas de existência, baseadas na solidariedade e na coletividade. Pois elas “redefinem aquilo que entendemos por ‘política’ e ‘democratização’”<sup>16</sup>, mostrando que a política não acontece só nos grandes espaços de poder, mas também no dia a dia, na forma como se relacionam com a terra, com a comunidade, como narram, como lembram.

As mulheres desempenham um papel central nas lutas ecológicas por serem as mais afetadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, por serem responsáveis pela reprodução de suas famílias. São as mulheres que cuidam dos que adoecem por causa da contaminação pelo petróleo, porque a água usada para cozinhar, lavar e limpar é tóxica, e porque a desnutrição é decorrência da perda da terra e da destruição da agricultura local. Por esses motivos, as mulheres hoje em dia permanecem na linha de frente contra as corporações transnacionais de mineração e do agronegócio que invadem áreas rurais e envenenam o meio ambiente. Segundo apontou a estudiosa e ativista equatoriana Lisset Coba Mejía, são as mulheres que, na região amazônica, lideram a luta em defesa da água. São também as principais oponentes contra a extração de petróleo, conscientes de que isso prejudica suas atividades produtivas e “exacerba o machismo”<sup>17</sup>.

A presença das mulheres no cuidado com os que adoecem em razão da contaminação é recorrente nos relatos das moradoras, que vivenciam diretamente as

---

<sup>14</sup> FEDERICI. *Na luta para mudar o mundo*, p. 3.

<sup>15</sup> *Ibid.*

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> *Ibid.*

mudanças na qualidade da água. Por estarem na base da reprodução da vida, são elas que assumem o trabalho invisibilizado do cuidado, dedicando-se à saúde dos filhos, dos idosos e dos demais membros da família. Esse esforço ultrapassa o ambiente doméstico: ao zelarem pelo bem-estar coletivo, também lutam pela preservação da água, fonte do pescado, local de banho, de lavar roupas e de deslocamento entre comunidades.

As mulheres camponesas realizaram um ato heroico em defesa da vida, em defesa da terra, em defesa do meio ambiente, em defesa do desenvolvimento sustentável. Um ato político em defesa dos seus direitos e dos princípios que defendem [...] para debater um processo de concentração de terra e decisão ao meio ambiente feito às escondidas sem debate público. Um ato para quebrar o bloqueio da mídia domesticada pelo grande capital e debater os projetos dos desertos verdes em fase avançada de implantação<sup>18</sup>.

O agravamento da questão ambiental tem afetado diretamente o cotidiano das mulheres, tornando-se o “motor” das mobilizações políticas. Como aponta Helena Barcellos<sup>19</sup>, essa realidade não se limita a um contexto local, mas “tem se desenvolvido numa escala global”, refletindo a voracidade da globalização sobre as agricultoras em diferentes partes do mundo. Projetos de desenvolvimento, frequentemente associados à modernização e à globalização, têm alterado profundamente os papéis, o status e o bem-estar das mulheres.

Suas lutas, ainda que locais, estão conectadas a uma disputa global contra a expropriação e a destruição ambiental promovidas pelo avanço do capital. Nesse sentido, suas vozes e ações se tornam parte de um movimento mais amplo, que denuncia os efeitos da globalização sobre as comunidades tradicionais e reafirma a importância da organização coletiva na defesa da vida e do meio ambiente.

O que diferencia as lutas ambientais das mulheres são as intersecções entre raça, classe, gênero e etnia. Como aponta Françoise Vergès<sup>20</sup>, a estrutura social é profundamente racializada e sustenta o capitalismo e o patriarcado ao longo dos séculos. Vergès descreve como as mulheres racializadas<sup>21</sup> são empurradas para posições de

---

<sup>18</sup> O Latifúndio, 2006, p. 28, *apud*. BARCELLOS, Gilsa Helena. **Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 214-222, jul./dez. 2013, p. 215.

<sup>19</sup> BARCELOS, *op. cit.*, p. 216-217.

<sup>20</sup> VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020, p. 12.

<sup>21</sup> Cf. VERGÈS, *op. cit.*, p. 12. O termo “racialização”, aqui, não é reduzido somente para pessoas negras, tal como ocorre nas Américas e no Brasil em particular. Ou seja, ao se referir às mulheres racializadas, Vergès também considera aquelas vistas e entendidas como não brancas e não ocidentais, que vivem na Europa e nos Estados Unidos, na condição de imigrantes ou refugiadas. O mesmo termo é válido para mulheres que, embora possuam cidadania francesa no papel, não escapam aos processos de racialização devido a marcas sociais diacríticas como cor, costumes, religião, língua ou outro distintivo que as impeça de adentrar a seleta e exclusiva sociedade ocidental.

trabalho precário e mal remunerado. Um trabalho invisível que gera a limpeza e a organização do mundo capitalista.

As mulheres rurais racializadas do Sul-global também estão sendo empurradas e desapropriadas por esse sistema, de modo diferente. As mulheres do Rio Tocantins, especialmente aquelas afetadas pela construção da UHE Luís Eduardo Magalhães (usina de Lajeado), lutam por meio das memórias como principal veículo de sua resistência. Ao relatarem suas vivências antes da construção da usina, as mulheres compartilham a dor da perda por serem arrancadas de suas terras em nome do progresso, mas também revelam sua força ao rememorarem suas antigas vidas, suas plantações, suas formas tradicionais de viver, lembranças dos espaços que percorriam e como esses territórios organizavam as relações familiares e comunitárias <sup>22</sup>.

Já no Equador, as mulheres indígenas como Patricia Guallinga, líder quíchua, se levantaram contra a extração de petróleo em Yasuní, um dos ecossistemas mais ricos do mundo. Elas se opuseram a um modelo de desenvolvimento que, ao invés de trazer melhorias, retirava sua dignidade e destruía a vida que haviam construído com tanto esforço. Elas “havia marchado para a capital para defender as águas de seus territórios contra um projeto de mineração contratado pelo governo de Correa com a empresa chinesa Ecuacorriente”<sup>23</sup>.

Existem diferentes formas de se organizar, resistir e coexistir quando nos referimos as lutas ambientais. Essas mulheres, especialmente do sul global, enfrentam uma “dupla subjugação”, a exploração de seus territórios e a marginalização de sua identidade como mulheres tradicionais, indígenas ou quilombolas. Ao manterem sua ligação com a terra, elas resistem não apenas ao avanço de grandes empreendimentos, mas também a um modelo que sempre as viu como parte de um “outro” inferior, uma resistência que, como Vergès coloca, “tampouco pode ser concebido do mesmo modo em colônias diferentes ou no interior de uma única colônia. Para as mulheres racializadas, afirmar o que é, para elas, ser mulher, foi um campo de luta” <sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e memória de mulheres desterritorializadas**. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007. A Investco S. A., empresa responsável pela construção da usina, transferiu toda a população ribeirinha do Rio Tocantins para outras áreas e, entre essa população, encontram-se os moradores do Pinheirópolis antigo, transferidos para a Nova Pinheirópolis, o que ocasionou o que chamamos de processo de desterritorialização dessa população

<sup>23</sup> FEDERICI. **Na luta para mudar o mundo**.

<sup>24</sup> VERGÈS, *op. cit.*, p. 50.

É nesse cenário que esta pesquisa se insere, buscando compreender, a partir das experiências das mulheres, como essas dinâmicas se manifestam nas comunidades analisadas.

A escolha das comunidades nesta pesquisa se baseia em dois aspectos principais. O primeiro está relacionado ao trabalho de campo. Nas três vezes em que estive em Juruti Velho, em 2019, 2020 e 2024, sempre cheguei às comunidades por meio de contatos com parentes ou conhecidos de moradores locais. Ao chegar, explicava o objetivo da pesquisa e o perfil das entrevistadas que buscava: mulheres que trabalhavam na agricultura, pesca ou outras atividades rurais, além de serem associadas e ativas na associação. A partir disso, os próprios comunitários sugeriram nomes, dizendo, por exemplo: “conheço uma senhora na comunidade Bom Jesus” ou “tem uma mulher que entende muito desse assunto na Vila Mirapinima”. Assim, fui seguindo essas indicações.

O segundo aspecto está ligado ao critério de proximidade e impacto em relação à microzona de mineração. Priorizei comunidades situadas mais próximas do local de atividade da mineradora, como Prudente, Monte Sinai e Maravilha. Ao chegar em uma dessas comunidades, perguntava quem poderia me indicar outras entrevistadas e, assim, seguia em viagem de rabetá, entre uma comunidade e outra.

Já as demais analisadas como Vila Muirapinima, Comunidade Bom Jesus, Santo Antônio-Ingria, e Nova Macaiane, mesmo estando mais distantes, contribuem da mesma forma para a pesquisa, especialmente no que diz respeito à memória coletiva, organização política e aos debates sobre os impactos, pois todas estão no entorno do Lago Juruti Velho.

Esse tema de pesquisa surgiu para mim ainda na graduação no Centro de Estudos Superiores de Parintins, UEA, com a orientação dos professores do curso, que me ajudaram a definir os objetivos do estudo. Depois disso, submeti o projeto à Iniciação Científica. Minha ligação com o tema vem do meu pertencimento a Juruti, no Pará. Nascida e criada lá, fui construindo um olhar historiográfico que me permite problematizar o lugar de onde venho.

Contudo, focar nas experiências das mulheres foi uma escolha que surgiu tanto na relação com as comunidades quanto da necessidade de visibilizar às suas vivências dentro do contexto da mineração. Durante minhas idas a Juruti Velho, percebi a importância das mulheres na manutenção da vida comunitária, seja no trabalho agrícola, na pesca ou na luta por direitos dentro das associações. No entanto, suas vozes muitas vezes são silenciadas nos debates públicos.

O primeiro contato com elas aconteceu de forma natural, mas ao mesmo tempo tensa, por ser um assunto tão delicado para elas. Chegando às comunidades, a abordagem era sempre a mesma: explicar o objetivo da pesquisa e a importância das histórias das mulheres para entender os impactos da mineração na região. A recepção, no geral, foi muito positiva, e muitas entrevistadas indicando outras, criando uma rede de conexões.

Durante as viagens, partindo da cidade Juruti para chegar a Juruti Velho era preciso percorrer cerca de 31,8 km por uma estrada asfaltada, como também pelo rio Amazonas de lancha. Os primeiros campos aconteceram em dois momentos: 23 de agosto de 2019 e 19 de janeiro de 2020. Ambas feitas em projeto de iniciação científica e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Na primeira viagem as entrevistas foram feitas nas comunidades de Bom Jesus, Santo Antônio-Ingracia, e Vila Muirapinima. Uma das facilidades era que estava em período de cheia do Lago Grande, que permitiu atalhos, encurtando e facilitando o acesso às comunidades.

Na segunda viagem, o foco foi visitar comunidades mais próximas da sede da Alcoa, como Monte Sinai Católico e Prudente. O acesso, no entanto, foi bem mais complicado. Para chegar até esses locais, era preciso atravessar a área da mineradora, o que envolvia uma série de exigências: justificativa da visita e uma longa espera até que o trajeto fosse liberado.

Além disso, era necessário aguardar um carro dos bombeiros da empresa para fazer a escolta. Esse controle rígido não só atrasava, mas também deixava evidente o quanto essa limitação impactava o dia a dia dos moradores, que precisam passar por esse trajeto sempre que vão até a cidade de Juruti. O motivo da restrição é a segurança, pois o caminho passa por áreas com máquinas pesadas e pela bacia de rejeitos.

No entanto, os comunitários questionam por que ainda não foi construída uma estrada alternativa que permita um acesso livre e seguro às suas próprias casas. Essa reivindicação, inclusive, tem sido uma das principais lutas da Associação do Prudente e Monte Sinai (ACOPRUMS).

Depois de atravessar a área da mina, ainda era preciso esperar uma rabeta vinda do Prudente para fazer a travessia do lago. A hospedagem foi na casa da Dona Cenira Camarão, que também foi a primeira entrevistada do local.

Além dos desafios logísticos, também houve certa resistência inicial das moradoras em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Muitas relataram experiências ruins com visitas anteriores de representantes da Alcoa, o que

gerou desconfiança. A preocupação era de que suas falas fossem usadas de maneira que não beneficiasse a comunidade. No entanto, depois de uma conversa sobre os objetivos da pesquisa, elas se mostraram mais abertas a participar, entendendo a importância de seus relatos.

As entrevistadas tinham entre 32 e 63 anos e atuavam como agricultoras, pescadoras ou aposentadas. No total, foram realizadas 12 entrevistas, divididas entre as duas viagens de campo.

A terceira viagem foi mais acessível, pois a hospedagem foi na própria comunidade Prudente, e o deslocamento até lá foi feito de carro. No entanto, para chegar às comunidades Prudente e Maravilha, foi necessário atravessar a estrada dentro da área da empresa, seguindo o mesmo protocolo das visitas anteriores.

Dessa vez, a presença do secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará estava em um encontro no barracão da comunidade Prudente e reuniu várias moradoras no local. Isso facilitou a realização das entrevistas em um único dia. Além disso, foi possível conversar com Valdiva Maciel<sup>25</sup>, liderança da Associação do Assentamento PEAEX Prudente e Monte Sinai.

Para mim, as viagens de rabeta pelo lago não foram um desafio para a pesquisa. Faziam parte das minhas vivências de infância: eu costumava viajar com meu pai, que vem de uma família ribeirinha da comunidade Santa Rita, para visitar a casa dos meus avós. Claro que as condições do lago variam, seja durante as vazantes, que formam praias ao longo do percurso, ou na cheia, que altera as rotas, mas essas variações não me impediram de seguir a pesquisa.

Pelo contrário, elas me permitiram observar de perto como o ambiente se transforma e influencia a vida das comunidades. Isso torna o trabalho de escuta das suas histórias ainda mais significativo.

Por isso que, Alessandro Portelli <sup>26</sup> argumenta que fontes orais são cocriadas e “utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas a memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam própria agenda do historiador”. Logo, o estudo aqui proposto só foi possível porque foi uma construção compartilhada. A experiência dessas mulheres não está registrada em arquivos tradicionais, mas emerge

---

<sup>25</sup> Pretendo, futuramente, me aprofundar e analisar a fonte oral fornecida pela presidenta. No entanto, devido ao tempo disponível e aos objetivos desta pesquisa, não consegui trazer a entrevista na íntegra, mas pretendo incluí-la em um desdobramento futuro deste estudo.

<sup>26</sup> PORTELLI, Alessandro. **História Oral: Uma relação dialógica**. In: PORTELLI, Alessandro. História Oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 12.

no diálogo, na escuta e na interação e socialização que foi estabelecido com elas. O papel da memória nesse diálogo, é dado nos significados atribuídos a cada experiência. As entrevistadas não apenas relatam impactos, mas os interpretam a partir de suas vivências, memórias e emoções.

Para Portelli, a história das mulheres ficou muito tempo presa a ideia do espaço privado, enquanto as dos homens, como nas histórias de guerra, ganham reconhecimento como parte da história "oficial". Logo, devemos partir de que as experiências femininas também são profundamente políticas e têm influência direta no mundo público. Como elas vivem, sentem e lidam com tais situações? A história oral, “no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”<sup>27</sup>.

Coisas que podem parecer apenas "questões domésticas", como a dificuldade de acesso à água ou a lembrança de lugares onde de coletava castanha, ou recordações de um dia comum com os pais no roçado, são de fato um reflexo de um processo muito maior de disputa e transformação social. Quando falam sobre as dificuldades que enfrentam, sobre as mudanças que não escolheram e sobre as lutas que travam no dia a dia, estão trazendo à tona questões que não são só individuais, mas coletivas.

Silva Salvatici nos lembra que o interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário das pesquisas históricas e introduziram novos tópicos de investigação, como a vida diária, as atividades domésticas e a conexão entre esfera privada e esfera pública de mulheres comuns<sup>28</sup>.

A autora traz uma contribuição importante para a definição de memória, principalmente no que diz respeito à sua relação com a história das mulheres e a história oral. A memória, em uma perspectiva de gênero, passa a ser entendida não apenas como algo individual, mas também como parte de uma mentalidade coletiva, que se relaciona com as representações de significado e as experiências de diferentes sujeitos sociais.

Olhar para a memória das mulheres, o foco não deve ser no conteúdo do que é dito, mas para o modo como as histórias são narradas. Isso implica em investigar como as histórias são lembradas e esquecidas, e em que medida a divisão de gênero influencia o processo de memorização e esquecimento. Isso, por sua vez, altera a hierarquia de

---

<sup>27</sup> PORTELLI, *op. cit.*, p. 12.

<sup>28</sup> SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres**. História Oral, 8(1), 2009.

significados históricos, trazendo à tona questões que muitas vezes são marginalizadas ou silenciadas<sup>29</sup>.

Para isso, o “processo de democratização da memória”<sup>30</sup> se torna urgente, pois essa seria a base para as democracias contemporâneas, e que só assim as memórias de todos os grupos sociais poderão ser reconhecidas e valorizadas, permitindo a construção de uma história mais plural.

Para colaborar e reforçar ainda mais o debate, Ecléa Bosi, ao refletir sobre a memória, apresenta que o tempo vivido é construção da consciência. A memória não é um simples repositório de lembranças, mas uma atividade do espírito pelo espírito. A memória social é, portanto, “um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”<sup>31</sup>. E a comunidade exerce a função de testemunhar e interpretar essas experiências vividas. Nesse processo de construção, o que é escolha ou o que é rejeição, o que será lembrado ou esquecido é reflexo do lugar onde pessoas vivem e coexistem.

Quando Bosi afirma que “a memória é, não passividade, mas forma organizadora”, ela nos alerta para a importância de respeitar os caminhos feitos pelos recordadores. Assim, a memória coletiva é campo de significações que já está, em grande parte, negociada e pré-formado nas narrativas dos próprios depoentes<sup>32</sup>.

Ao relacionar as entrevistas com as guardiãs das comunidades do Lago de Juruti Velho com as ideias de Portlli, Salvatici, e Bosi, podemos perceber como as memórias dessas mulheres se configuram como uma construção coletiva e uma resposta ativa aos desafios que enfrentam.

Elas, que enfrentaram os conflitos em suas comunidades, são as testemunhas e intérpretes de uma experiência histórica compartilhada, que envolve conflitos sociais, ambientais e econômicos. Seus relatos não se limitam a ser uma simples recordação do passado, mas representam um esforço contínuo de resgatar e reinterpretar a história, ao dar visibilidade às suas lutas e desafios. Nesse sentido, elas contribuem para a organização e reorganização da memória social da luta, revelando como o campo de significações é moldado pelas experiências vividas por elas, e como isso se conecta aos processos de organização e resistência.

---

<sup>29</sup> SALVATICI, *op. cit.*

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>31</sup> BOSI, Ecléa. **A pesquisa em memória social**. Psicologia USP, São Paulo. 4 (1/2), 1993, p. 281.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 283.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, que analisam as relações entre trabalho, gênero e meio ambiente em Juruti Velho.

O capítulo um "Mulheres rurais, costumes e trabalho no Lago Juruti Velho (1950-1980)" aborda a organização das comunidades tradicionais de Prudente e Maravilha antes da chegada da mineração. A pesquisa investiga as formas de trabalho, como o extrativismo, a pesca e a agricultura familiar, destacando o papel das mulheres entre as décadas de 1950 e 1980. A análise é conduzida a partir das narrativas de mulheres idosas, que vivenciaram esse período e testemunharam as mudanças subsequentes. O capítulo dialoga com Silvia Federici para compreender a centralidade das mulheres no trabalho de subsistência como resistência ao avanço da lógica capitalista sobre seus territórios<sup>33</sup>.

O capítulo dois "Quando me entendi nesse mundo, Juruti Velho era terra da fartura": a chegada da Alcoa e os impactos nos modos de vida das trabalhadoras rurais " analisa a chegada da mineração e os impactos que a mineração trouxe para as comunidades. A pesquisa analisa o papel da grande imprensa, com destaque para jornais como o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Pará*, que contribuíram para a construção de sentidos voltados à legitimação da presença da multinacional. Em contraponto, o capítulo evidencia as memórias das trabalhadoras rurais, que apresentam uma visão crítica sobre as transformações em seus modos de vida.

E por último, o capítulo três "Entre a luta e a memória: mulheres rurais, associações e mobilização social" examina as formas de organização comunitária e a participação feminina nas associações de Juruti Velho, especialmente na disputa pelos royalties da mineração em 2009. Embora a liderança formal tenha sido predominantemente masculina, as mulheres tiveram um papel fundamental na sustentação e no fortalecimento das mobilizações. O capítulo também discute o papel das Irmãs Franciscanas de Maristela na mobilização comunitária e na construção de redes de apoio e resistência. A partir das memórias das entrevistadas, analisa-se como a luta pelos royalties transformou as relações internas das comunidades.

Dessa forma, os três capítulos dialogam entre si, traçando um percurso que vai da análise das dinâmicas de trabalho e resistência nas comunidades tradicionais, passando pela chegada da mineração e seus impactos, até a mobilização coletiva das mulheres na luta por direitos. c

---

<sup>33</sup> FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

## **CAPÍTULO I: MULHERES RURAIS, COSTUMES E TRABALHO NO LAGO JURUTI VELHO (1950-1980)**

As comunidades tradicionais Prudente e Maravilha, situadas na região do Juruti Velho no Baixo Amazonas Paraense, guardam em suas memórias e práticas um modo de vida singular, entrelaçado com a natureza e a organização social própria. Baseadas em atividades como o extrativismo, pesca, agricultura familiar e pastoreio.

Este capítulo busca entender como as transformações aconteceram, olhando especialmente para as décadas de 1950 a 1980, antes da instalação da mineração. A partir das histórias e experiências das trabalhadoras rurais, a pesquisa analisa as mudanças no território, na organização do trabalho e na vida dessas mulheres ao longo do tempo. A escolha das comunidades de Prudente e Maravilha<sup>34</sup> ajuda a delimitar o recorte do estudo, mas as vivências das suas moradoras refletem uma realidade compartilhada por muitas outras mulheres em comunidades tradicionais da região.

Por meio de entrevistas com mulheres idosas, entre 50 e 80 anos, as memórias compartilhadas sobre o trabalho no roçado, a relação com a terra e as mudanças que foram acontecendo com o tempo, nos mostra que, mais do que garantir a comida na mesa, a agricultura sempre esteve ligada à cultura, à identidade e à resistência dessas comunidades.

Em consonância com os estudos de Silvia Federici, a pesquisa reconhece o papel das mulheres do campo como trabalhadoras da subsistência<sup>35</sup>. Essa prática, para além da sobrevivência, representa um ato de resistência consciente à lógica capitalista que busca separá-las da terra e dos bens comuns<sup>36</sup>. O trabalho das mulheres na agricultura familiar se configura como uma vanguarda na luta pelos direitos das comunidades tradicionais.

---

<sup>34</sup> A escolha das duas comunidades foi uma forma de delimitar o recorte da pesquisa, mas suas moradoras representam realidades vividas por outras mulheres em diferentes comunidades tradicionais da região. Além disso, essas comunidades estão atualmente mais próximas da mineradora, o que influencia diretamente suas dinâmicas sociais e ambientais.

<sup>35</sup> FEDERICI. **O ponto zero da revolução.**

<sup>36</sup> No campo do direito, em comunidades tradicionais, o acesso aos bens comuns é regulado por regras culturais específicas. Para explicar, Noemi Porro, Dalva Mota e Heribert Schimitz, trazem o conceito de "babaçal liberto" refere-se a um recurso utilizado sem a imposição de uma figura autoritária, como o "patrão", e é gerido de acordo com práticas baseadas em relações familiares, de gênero e de geração, em um contexto de resistência. A liberdade associada ao "liberto" está ligada à coesão da comunidade, com crianças e adolescentes aprendendo regras de convivência e respeito mútuo, tanto entre os membros da comunidade quanto em relação com os bens comuns. Cf. PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. **Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais.** Raízes, v. 30, n. 2, p. 55-78, jul./dez. 2010.

Ao considerar a agricultura familiar e o trabalho das mulheres como base da subsistência, este estudo se afasta da visão hegemônica, marcada por um viés etnocêntrico, que associa a subsistência à fragilidade econômica e à mera sobrevivência. Essa concepção é criticada pelo antropólogo Pierre Clastres, que a identifica como um preconceito ocidental projetado sobre as sociedades indígenas, em que viam a economia de subsistência como tecnologicamente atrasada e incapaz de produzir excedentes<sup>37</sup>.

Em vez disso, seguimos a perspectiva de Silvia Federici, que amplia o conceito de trabalho reprodutivo ao incluir a agricultura de subsistência, como parte fundamental da reprodução da vida cotidiana. Segundo a autora, em contextos de disputa por acesso à terra, especialmente diante dos impactos destrutivos da exploração capitalista, a produção agrícola realizada por mulheres, garante a segurança alimentar das comunidades. Assim, a subsistência não deve ser vista apenas como precariedade ou insuficiência técnica, mas como uma estratégia de resistência e organização coletiva diante do avanço de projetos do capitalismo extrativista<sup>38</sup>.

O capítulo se fundamenta na metodologia da História Oral, permitindo que as entrevistadas compartilhem suas experiências de trabalho. A memória das vivências de infância, dos costumes, das relações de mãe e filha permeiam as lutas e permanências das comunidades antes da chegada da mineração. O trabalho está interconectado com esferas do direito, uso e significados compartilhados da terra e da água.

### **1.1 Guardiãs da Memória: uma breve biografia**

As trabalhadoras rurais do Lago Juruti Velho frequentemente ocupam uma posição marginalizada, especialmente em pesquisas voltadas para a região, onde suas vozes foram muitas vezes silenciadas ou sub-representadas. Contudo, ao adotar uma abordagem centrada na história oral e na memória, podemos não apenas visibilizar suas experiências e contribuições, mas também reconhecê-las como guardiãs e agentes ativos na construção da história das comunidades.

---

<sup>37</sup> Cf. CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**; pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo 'Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.

<sup>38</sup> FEDERICI. **O ponto zero da revolução**, p. 30. Federici, ao retomar sua análise sobre o capitalismo, amplia o conceito de trabalho reprodutivo para além das tarefas domésticas, incluindo também práticas como a agricultura de subsistência. Essa ampliação surge, em parte, a partir de sua observação da realidade nigeriana, onde, mesmo diante dos impactos da exploração petrolífera, o acesso à terra continua sendo essencial para a sobrevivência cotidiana. Nessa realidade, a maior parte dos alimentos consumidos ainda vem da produção realizada por mulheres, o que mostra que o trabalho reprodutivo não se limita à casa, mas se estende ao quintal, ao jardim e à terra. Essa leitura exige que se compreenda o trabalho das mulheres de forma mais ampla, como parte fundamental da sustentação da vida, especialmente em contextos marcados por projetos de desenvolvimento.

As guardiãs deste capítulo são mulheres mais velhas, mães e avós, que contribuíram para formar suas comunidades. Elas viveram no Lago Juruti Velho antes da chegada da mineradora e viram como isso mudou a vida das populações tradicionais. Trabalharam em lugares que antes eram usados para extrativismo e caça. Elas são representantes e responsáveis pela manutenção da memória coletiva, e, segundo enfatiza Gomes, “a guarda da memória comum se retroalimentam, estando ligados à presença de uma figura especial, porque singular no grupo e porque especializada –, que se reconhece e é reconhecida como o guardião da memória”<sup>39</sup>.

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais que se escondem atrás dos episódios<sup>40</sup>.

Nesta pesquisa, as mulheres idosas e que também são ou já foram trabalhadoras rurais representam grupos que foram excluídos da memória pública e oficial. A memória torna-se um trabalho de mediação entre nossa geração e os testemunhos do passado. Elas atuam como mediadoras informais da cultura, que agora estão ecoando suas vozes, se apropriando de suas identidades e das suas lembranças, onde podemos aprender valores, vivências e atitudes constituintes de uma cultura específica<sup>41</sup>.

Ao lidar com as narrativas dessas mulheres, é possível conectar experiências femininas, memória e gênero. No entanto, é essencial não apenas afirmar que esses elementos, as experiências, as memórias e as narrativas, estão ligados ao gênero, mas também compreender como o gênero influencia profundamente a vivência, a lembrança e a transmissão dessas experiências<sup>42</sup>.

Losandro Tedeschi enfatiza que as mulheres mais velhas estão lutando para preservar a memória coletiva e suas próprias histórias de vida. Ao "se agarrarem a fiapos da sua memória familiar", elas estão se apegando aos fragmentos de lembranças e experiências passadas, muitas vezes transmitidas de geração em geração dentro de suas famílias, e, de certo modo, essas memórias são moldadas pelas relações de gênero<sup>43</sup>.

As guardiãs da memória desse capítulo são Ruth Matos, Eliana Matos Batista, Cândida Bentes de Matos e Dinai Matos Batista, sendo Ruth e Eliana mãe e filha, e

---

<sup>39</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 7.

<sup>40</sup> BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 15.

<sup>41</sup> BOSI. **O tempo vivo da memória**.

<sup>42</sup> TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS: UFGD, 2014, p. 52.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 56.

Cândida e Dinai primas. Elas têm entre 59 e 81 anos de idade e atuam tanto no âmbito privado, dentro de suas famílias, quanto no público, contribuindo para a memória social.

As entrevistas foram realizadas no dia 25 de janeiro de 2024 nas comunidades de Maravilha e Prudente, localizadas às margens do Lago Juruti Velho. As breves biografias a seguir foram escritas com base nos relatos das colaboradoras e visam aprofundar o conhecimento sobre a trajetória individual de cada guardiã.

A Ruth Matos nasceu em 1942, conforme o registro feito por sua mãe, Venância Matos. A família vivia na serra do Uxituba, mais precisamente acima do igarapé de mesmo nome, onde nasceu. Ruth foi a única filha do casamento de sua mãe com seu pai até um certo tempo. Durante a infância, Ruth viveu na comunidade Capelinha, situada acima do igarapé da serra do Uxituba. Desde cedo, colaborava nas tarefas domésticas e agrícolas, sempre sob os cuidados de sua mãe, que trabalhava na roça. Aos 12 anos, narrando sobre sua trajetória de vida, rememora como era carregar paneiros de mandioca da serra.

Hoje com 81 anos vive na comunidade Maravilha, tem uma longa história de trabalhando e se dedicando à sua família e à terra onde vive. Desde jovem, ela trabalhou junto com seu marido, criando seus filhos e mantendo a casa. Após o nascimento dos filhos, a família se mudou para diferentes locais em busca de trabalho e sustento. A filha mais velha de Ruth, que trabalhava junto a ela na roça, acabou adoecendo e faleceu, deixando um vazio na família e no trabalho.

Ela menciona a dificuldade de manter esse ritmo, especialmente com as perdas que enfrentaram. Apesar de todas as dificuldades, Ruth continua trabalhando com seus filhos, mesmo contra a vontade deles, ela insiste em colaborar, e ainda carrega o paneiro, assim como fazia na sua infância até na velhice, pois o trabalho de subsistência ainda está sobre seus ombros.

Tivemos a oportunidade de entrevistar Eliana Matos Batista, uma das filhas de Ruth Matos. A relação de gênero e de geração entre mãe e filha evidencia as diferentes experiências de trabalhadoras rurais, da tradição oral, da socialização da agricultura familiar marcadas por duas trajetórias de vida.

Figura 1: Entrevistada Ruth Matos (à esquerda) e sua filha Eliana Matos Batista (à direita), 25/01/2024.



*Fonte: autora, 2024*

Eliana Matos Batista, hoje com 60 anos, nasceu na comunidade Capelinha. Desde cedo viveu uma vida marcada pela agricultura e pela conexão com a terra e a família. Sua mãe Ruth e seu pai, Estanislau Batista de Sousa, trabalharam intensamente para sustentar ela e seus outros irmãos, o que inspirou Eliana a seguir o mesmo caminho.

Eliana cresceu em Maravilha. Segundo ela, sua mãe se mudou para a comunidade porque era "plana" em comparação com Uxituba, que era terreno serrano, o que facilitava a mobilidade no trabalho. Além disso, o pai de Eliana também vivia na comunidade, sendo um dos motivos que sua mãe veio para a Maravilha.

O trabalho na roça começou cedo para ela; com apenas 13 anos, já colaborava, disse ela, nas "tarefas leves", como descascar mandioca e peneirar. Com o passar dos anos, Eliana se envolveu cada vez mais no trabalho rural, tornando-se uma agricultora e construindo, junto com seu marido e filhos, sua própria roça. Ela se orgulha de ter passado sua vida inteira na agricultura, um ofício que não apenas sustenta sua família, mas também mantém viva a tradição e a cultura da sua comunidade.

Assim como Eliana, Cândida Bentes de Matos também carrega em si a força da tradição. Nascida em 1950 em uma região próxima à comunidade de Prudente, Cândida foi criada na roça. Seguindo os passos de seus pais, Raimundo Matos e Dominga Bentes, ela dedicou-se ao cultivo da terra desde cedo, aprendendo os segredos do ofício e construindo uma profunda conexão com a natureza.

Infelizmente, Cândida não teve a oportunidade de conhecer sua mãe Dominga Bentes, que faleceu quando ela tinha apenas nove meses de idade. Seu pai Raimundo Matos, no entanto, esteve presente até ela completar 22 anos, falecendo em 1969, ela foi criada por uma tia que a maltratava muito.

Figura 2: Entrevistada Cândida Bentes de Matos, 25/01/2024



*Fonte: autora, 2024*

Ela recorda com carinho e orgulho o processo de fundação da comunidade Prudente, onde vive hoje, que ocorreu em 1988. Cândida descreve esse período como uma época animada e de muita cooperação entre os moradores. Nos primeiros anos, muitas famílias estavam envolvidas na construção da comunidade, participando de mutirões e correntes de solidariedade.

Atualmente, a comunidade conta com 42 famílias. Com 36 anos de sua criação, a comunidade de Prudente representa um lugar construído através do trabalho e da dedicação de Cândida e seus vizinhos. A importância que ela atribui à sua participação nesse processo fica evidente ao lembrar que seu filho nasceu no mesmo ano em que a comunidade foi fundada.

Desde jovem, Cândida se envolveu no trabalho agrícola. Segundo ela, a preparação do roçado começava em meados de agosto, com o trabalho intensificando-se nos meses seguintes. Ela e sua família trabalhavam juntos, cortando a maniva em pequenos pedaços e usando enxadas para cavar e enterrar os pedaços na terra. O marido

de Cândida, além de trabalhar na roça, ele tirava madeira e casco, atividades sazonais realizadas quando havia encomendas.

A próxima guardiã da memória da comunidade, Dinai Matos Batista, com seus 73 anos de idade, é prima de Cândida e vivem lado a lado. Elas compartilharam conosco que sempre dividiram a caça e o pescado entre a família e os vizinhos, fortalecendo os laços de união e colaboração na comunidade. Desde muito jovem, aos 8 anos, já se envolvia nas atividades agrícolas, como lavar a mandioca ou peneirar.

Figura 3: Entrevistada Dinai Matos Batista, 25/01/2024



*Fonte: autora, 2024*

Com o passar dos anos, sua participação nas atividades do campo cresceu, até que se tornou agricultora, assim como sua mãe. Ao lado do marido, trabalhou com dedicação para cultivar a terra e garantir o sustento da família. Dinai relembra com carinho o tempo em que a natureza era generosa: colhiam castanha, patauá, piquiá e uxi, frutos abundantes naquela época. Também não faltavam caça e peixe, quando a comunidade ainda era pequena e o ambiente mais preservado. Mas, com o tempo, vieram as mudanças, o desmatamento e os impactos provocados pela chegada da empresa Alcoa transformaram profundamente a vida local, trazendo desafios que ainda marcam a memória dos moradores.

A história de Dinai é também marcada por memórias de seus pais, especialmente de sua mãe, que também foi agricultora. A agricultura era a principal atividade da família, e todos contribuíam para sustentar o lar, plantando, colhendo, capinando e produzindo

farinha, tucupi, tapioca e beiju. As tradições familiares e as festividades eram momentos importantes para fortalecer os laços. Mesmo com o passar do tempo e as mudanças na região, as memórias dessas atividades permanecem vivas.

Agora que as entrevistadas estão devidamente apresentadas, é importante frisar que produzir um trabalho sobre as relações de gênero, especialmente no tocante às mulheres, revela uma notável presença de intersubjetividade. Segundo Marcela Boni Evangelista, as mulheres são sujeitas históricas que ora se identificam, ora expressam singularidades, representando as pluralidades da história oral e dos estudos de gênero. Suas trajetórias se identificam em alguma medida por suas experiências, mas também apresentam especificidades que as singularizam<sup>44</sup>.

Luisa Passerini também nos dirá que a entrevista oral é uma construção intersubjetiva. Ela diz que a importância da consciência de quem entrevista sobre sua própria diferença, seja de gênero, idade, raça ou cultura, pois essa consciência contribui significativamente para a construção da narrativa<sup>45</sup>. Passerini argumenta que não é necessário que dois sujeitos compartilhem as mesmas posições políticas e religiosas, por exemplo, para estabelecer uma cumplicidade. Ao contrário, ela cita a o trabalho de Nuto Revelli sobre as mulheres camponesas entrevistadas por ele, que se sentiam mais à vontade para falar abertamente, por ser para elas “um homem sábio e digno de confiança”.

Como mestrande e estudante, me encontro em uma posição de aprendizado em relação às trabalhadoras rurais que entrevisto. Embora compartilhem a identidade de sermos mulheres e a conexão de sermos de Juruti, nossas realidades e idades diferem significativamente. Enquanto são mulheres mais velhas e trabalhadoras rurais de pertencentes de comunidades rurais, eu estou imersa no mundo acadêmico, buscando entender e documentar suas experiências.

Esta identificação de gênero confere ao trabalho de história oral feita por mulheres sobre mulheres, para mulheres, condições propícias para refletir sobre o potencial desta forma de saber, uma vez que trato com a intersubjetividade nos coloca em patamares particulares para iluminar não apenas experiências distintas<sup>46</sup>.

Essa diferença de contexto e vivência pode, por um lado, criar um distanciamento, mas por outro, ser Juruti proporciona um pertencimento social que me aproxima das entrevistadas. Sou uma filha da mesma terra, partilho das mesmas raízes culturais e

---

<sup>44</sup> EVANGELISTA, Marcela Boni. **Mulheres e história oral: experiências de (inter)subjetividade**. In: GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro (Org.). *História oral: a democracia das vozes*. São Paulo: Pontocom, 2019. p. 97-105.

<sup>45</sup>PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 103.

<sup>46</sup> EVANGELISTA, *op. cit.*, p. 103.

compreendo, de certa forma, os desafios enfrentados por essas mulheres, embora minhas experiências sejam distintas. A intersubjetividade, conforme destacada por Evangelista e Passerini, é fundamental nesse processo de entrevistas. A consciência sobre nossas diferenças, em termos de idade, vivência e ocupação, moldam nossas interações.

Dessa forma, a História Oral permite que a história de um pequeno grupo de mulheres, como a Ruth, Eliana, Cândida e Dinai, seja inserida em contextos mais amplos, oferecendo uma perspectiva multifacetada das experiências femininas.

Com as colaboradoras em cena, é hora de enveredarmos por um caminho de discussões e análises pertinentes ao problema central: como se configuravam as relações entre trabalhadores e natureza, agricultura familiar, cotidiano, roça, e caça antes da implantação da mineradora Alcoa?

## 1.2 Trabalhadoras rurais do Lago Juruti Velho: reprodução social e trabalho de subsistência

A discussão sobre a importância das mulheres rurais na economia e as implicações dessa análise para políticas de igualdade de gênero e valorização do trabalho de cuidado é central para entender as dinâmicas econômicas globais. No discurso da economista Lourdes Benería<sup>47</sup>, conforme menciona por Eileen Boris, a marginalização das mulheres rurais na economia global já era uma pauta. Benería, em um relatório interno da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1977, discorre sobre os esforços de implementar a declaração da ONU sobre igualdade entre trabalhadoras, principalmente, em relação as mulheres rurais<sup>48</sup>.

Essas trabalhadoras se dedicam a longas horas de trabalho tanto em tarefas agrícolas quanto domésticas, “realizam tanto atividades essenciais para o sistema econômico, notadamente aquelas ligadas à produção de alimentos e aos serviços, nos campos e em casa”<sup>49</sup>, contribuindo significativamente na reprodução da força de trabalho. Logo, a esfera produtiva e reprodutiva está profundamente interligada. E isso desafia a noção tradicional de separação entre casa e trabalho, reforçando a importância do trabalho de cuidado.

---

<sup>47</sup> A economista hispano-americana tem obras como *Gênero, Desenvolvimento e Globalização* que explora as implicações dos processos sociais e econômicos de mudança desencadeados pela globalização para a desigualdade de gênero e para a vida das mulheres em toda a economia mundial e *A encruzilhada de classe e gênero Lição de casa industrial, subcontratação e dinâmica doméstica na Cidade do México* que examinam o efeito dos trabalhos de casa nas dinâmicas de gênero e familiares.

<sup>48</sup> BORIS, Eileen. **Produção e reprodução, casa e trabalho**. Tradução de Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014, p. 101.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 101.

Por isso, olhar para o trabalho de subsistência se torna uma questão urgente para compreender as formas de organização das mulheres rurais. Para Silvia Federici, a terra é a base material para o trabalho de subsistência das mulheres, sendo também a principal fonte de “segurança alimentar” para milhões de pessoas em todo o mundo. Nesse sentido, as lutas das mulheres não se limitam à defesa da terra, mas buscam também impulsionar a agricultura e garantir o uso não comercial de bens comuns<sup>50</sup>.

O cuidado com a terra, água e floresta fortalece um modo de vida baseado na solidariedade, na partilha e na cooperação, em contraste com a lógica da competição e do lucro<sup>51</sup>. Por isso, mais do que garantir segurança alimentar, a agricultura de subsistência precisa ser reconhecida como um dos pilares da reprodução social.

Ao longo da história, as mulheres têm defendido seus sistemas agrícolas tradicionais contra a colonização, a mercantilização e os projetos desenvolvimentistas, o que nos mostra a importância de reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado. Em um mundo que o capitalismo sempre tentou separar os agricultores, especialmente as mulheres, da terra, surgem em contrapartida, diversas lutas contra projetos que visam transformar os bens comuns em mercadoria.

Essas disputas incluem, por exemplo, as mulheres do Lago Juruti Velho, que lutam contra a mineração; as mulheres que foram deslocadas pela construção da Usina Hidrelétrica no Rio Tocantins<sup>52</sup>; e as quebradoras de babaçu do Lago do Junco, que enfrentam grandes empresas de carvoaria, plantações de eucalipto, indústrias siderúrgicas e até empresas de cosméticos<sup>53</sup>.

Esses conflitos, no entanto, estão conectados à divisão sexual do trabalho no meio rural, onde as mulheres, apesar de suas contribuições para a reprodução das comunidades, continuam sendo colocadas em posições de vulnerabilidade. Mesmos sendo relegadas ao trabalho doméstico, agrícola e de cuidado, suas funções permanecem invisíveis, enquanto os homens, são reconhecidos como os verdadeiros "trabalhadores" no sistema capitalista.

[...] muito embora boa parte delas tivesse que trabalhar duramente, em alguns casos em casa, muitas vezes fora dela, para manter a si mesmas e às suas famílias. Elas eram produtoras rurais de subsistência, assalariadas e donas de casa; algumas eram empregadas domésticas e escravas<sup>54</sup>.

A separação histórica entre as esferas pública e privada, particularmente a ideia de que o lugar "natural" das mulheres era no lar, reflete uma divisão entre o trabalho

<sup>50</sup> FEDERICI. **O ponto zero da revolução.**

<sup>51</sup> FEDERICI. **O ponto zero da revolução**, p. 301.

<sup>52</sup> PARENTE, *op. cit.*

<sup>53</sup> PORRO; MOTA; SCHMITZ, *op. cit.*

<sup>54</sup> BORIS, *op. cit.*, p. 101-102.

remunerado e o trabalho de cuidado não remunerado. Isso resultou na desvalorização do trabalho tradicionalmente associado ao papel das mulheres como cuidadoras da família. A "domesticidade", uma ideologia que valoriza a mulher no lar e separa o espaço doméstico do público, foi reforçada no século XIX, moldando ideais de classe e status<sup>55</sup>.

Nos debates contemporâneos, essa dicotomia entre "mãe" e "trabalhadora", e entre "trabalho" e "cuidado", ainda persiste, afetando a forma como o trabalho das mulheres é reconhecido e valorizado. Porém, movimentos feministas têm desafiado essa divisão, ao colocar o cuidado, realizado tanto dentro quanto fora do lar, como essencial para a reprodução social. Esse trabalho não remunerado é a base da produção e manutenção da vida cotidiana<sup>56</sup>.

Dito isso, o trabalho desempenhado por mulheres rurais, seja na agricultura, no cuidado de animais, ou nas tarefas domésticas, é o pilar da vida comunitária. As mulheres são responsáveis pelas atividades de reprodução, como o cuidar dos filhos, de idosos e o do ambiente doméstico. Além disso, na agricultura, elas costumam assumir os cuidados com a roça, a pequena produção em quintais e a criação de pequenos animais, especialmente aqueles destinados à subsistência do grupo ou à comercialização em pequena escala.

Por outro lado, os homens geralmente se encarregam dos trabalhos de produção ditos como mais rentáveis. Entretanto, a “dupla jornada, configurada por desempenho em atividades de cuidados domésticos e trabalhos na produção, haveria um maior uso do tempo pela mulher, contabilidade invisibilizada, não reconhecida socialmente”<sup>57</sup>.

A terra, para Dinai Batista, é o alicerce do trabalho de subsistência. Seu relato nos mostra o caráter multifacetado das atividades realizadas no campo, que vão além de só plantar e colher. Ao falar sobre o dia a dia na roça, ela relembra:

**Maiara:** Quais as principais atividades que a senhora desempenhava num trabalho rural, dentro da roça, na agricultura?

**Dinai Batista:** Ah, é muita coisa, né? Era de plantar, de colher, de capinar. Quando a gente tava tirando a roça, fazia farinha, tirava a tucupi, tapioca, beiju, muitas coisas, né? Manicuera naquele tempo que tinha minha mãe. Por que a gente fazia? Ah, a gente fazia pra gente tomar. Sabe o que é manicuera? Olha, uma maniva, uma mandioca aguada que tem aqui. Serra ela, tira o tucupi dela, deixa sentar um pouco para ferver. Com o que a gente quiser tomar ela, né? Que tem gente que toma, tem gente que não toma, né? Mas ela é doce, é

<sup>55</sup> JOSHI, Chitra. **Além da polêmica do provedor:** mulheres, trabalho e história do trabalho. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147–170, 2009, p. 149.

<sup>56</sup> BORIS, *op. cit.*; BHATTACHARYA, Titchi. **O que é a teoria da reprodução social? Revista outubro**, n. 32, 1º semestre de 2013.

<sup>57</sup> CASTRO, Mary Garcia. **Mulheres rurais – reprodução social e direitos humanos.** Aportes de agências internacionais e literatura ativista. Panorâmica Brasil, hoje. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Mulheres rurais*. 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020, p. 11

gostosa. É com arroz, é com cará preto, é muito ótimo para deixar para o outro dia. Vou te dizer<sup>58</sup>.

Conforme dito por Nilson Weisheimer, as mulheres contribuem tanto em atividades produtivas quanto nas tarefas que sustentam a reprodução da força de trabalho e a manutenção das unidades de produção familiar, e estão presentes desde a preparação do plantio até a colheita<sup>59</sup>.

No entanto, mulheres como Dinai não apenas cultivam a terra, mas também preservam saberes tradicionais e um modo de vida baseado na troca entre o uso e a proteção da natureza. Em suas falas, é possível perceber que o trabalho rural das mulheres vai além da simples produção: envolve conhecimento, técnica e cuidado, elementos que garantem a subsistência e a segurança alimentar da comunidade, como a farinha, tucupi, tapioca e beiju

Ela ensina a preparação de manicuera, uma bebida tradicional feito a partir da mandioca, que pode ser consumido com proteínas e outras refeições, como arroz e peixes de água doce, como o cará preto. Este é um conhecimento transmitido e compartilhado para a manutenção da vida.

Ao perguntarmos se ainda preparava essa bebida hoje, diz: “não, porque quando eu trabalhava na roça eu tinha tudo isso, eu tinha mangarataia, eu tinha tapioca. Eu tinha batata, cará, todas as coisas na minha casa, não faltava nada, graças a Deus”. Ela complementa dizendo que não tem mais roça, “eu tinha bem beiju, todas as coisas eu tinha. Agora porque eu não trabalho, mas se eu quero eu já compro, quando eu acho que para comprar, né”<sup>60</sup>. Sem trabalhar na roça, agora precisa comprar alimentos de outros produtores ou consumir produtos industrializados. Ela ensina a importância do acesso à terra e ao trabalho agrícola para a autonomia alimentar.

**Maiara:** Seu trabalho, como que é o seu dia a dia trabalhando e que atividades a senhora desempenha no trabalho rural?

**Eliana:** É porque a gente vai no trabalho da gente e vai, primeiramente, faz roçada, né, pra fazer a roça, né. Aí de lá a gente queima. Queima, de lá a gente vai, faz o trabalho da gente, como mutirão. Tirou, né, pra plantar, aí de lá vai pra capinar. Aí deixa crescer a nossa roça, de lá a gente vai tirar pra fazer a farinha, né? Aí de lá a gente tira a farinha, tira a tapioca, tira a beiju, a crueira, tudo isso a gente faz da farinha. Caiçuma, que é o Pajiroba, né? Tudo isso a gente faz. E agora a gente já ficou em falta, né? Porque não sei por que que tá

<sup>58</sup> BATISTA, Dinai Matos. Comunidade Prudente, 27 jan. 2024. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

<sup>59</sup> WEISHEIMER, Nilson. **A socialização de gênero na agricultura familiar**. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). Mulheres rurais. 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. (Série Cadernos Flacso), p. 52.

<sup>60</sup> BATISTA, Dinai, *idem*.

acontecendo, né? Faltou maniva, né? Fico meio difícil por isso, mas se Deus quiser, nós vamos ter de novo<sup>61</sup>.

Eliana e Dinai, relatam uma problemática atual: a falta de maniva e de roças. Eliana fala da dificuldade que a falta de maniva traz para o dia a dia, tornando o trabalho mais sobrecarregado. Já Dinai relembra os tempos em que sua mãe era viva, quando plantar e produzir era uma atividade costumeira.

A mudança nas práticas agrícolas nas comunidades está interligada a vários fatores. Como chegada da mineração nos anos 2000 que restringiu o acesso das famílias à terra. Além disso, as transformações econômicas e sociais, como explica Dinai, fazem com que muitas comunitários comprem alimentos industrializados, integrando-se cada vez mais ao mercado capitalista. Por fim, o envelhecimento da população rural e a migração dos jovens para as cidades também enfraqueceram a transmissão dos saberes.

Por outro lado, dentro desse sistema, Eliana rememora a importância do "mutirão". A prática coletiva em que pessoas se unem para trabalhar juntas, sem esperar pagamento, apenas pela força da colaboração. Essa união pode servir tanto para o bem de todos, como limpar o campo de futebol, quanto para ajudar uma família ou pessoa, como construir uma casa ou preparar uma roça. É uma troca de mãos e esforços, onde cada um contribui com o que sabe e pode.

O mutirão mostra como a comunidade se organiza, se fortalece e resolve problemas. Conforme explica Mônica Medeiros sobre os trabalhadores da zona rural de Parintins, no Amazonas, o mutirão, também conhecido como puxirum ou puxirão, é uma prática específica de organização das comunidades em diversas partes da Amazônia. Nesse sistema, “não há pagamento, não há venda de força de trabalho por determinado tempo. Aquele que fez o puxirum e foi beneficiado deve atender ao chamado para participar do trabalho na terra do vizinho, é um ‘dever moral’”<sup>62</sup>.

Medeiros cita Figueira para explicar a construção social desse modo de trabalho. Mesmo diante do processo de dominação cultural a que foram submetidos os povos indígenas aldeados, eles mantêm estratégias ocultas no espaço privado e familiar, como o trabalho coletivo que envolve atividades como extrativismo, caça e agricultura. Logo, essas reminiscências de costumes de povos originários, especificamente da etnia Munduruku, podem ser percebidas nas memórias de Eliana.

---

<sup>61</sup> BATISTA, Eliana Matos. Comunidade Maravilha, 27 jan. 2024. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

<sup>62</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Puxirum de histórias: Lutas por terras e águas em Vila Amazônia – Parintins/AM (1980-2000)**. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 53.

Além de ser uma organização de trabalho, o mutirão no Lago Juruti Velho também se transforma em um momento de confraternização entre os colaboradores, que consomem bebidas como a caçuma, pajiroba e manicuera<sup>63</sup>. Para Federici, a produção de subsistência promove um modo de vida não competitivo, centrado na solidariedade, cooperação e a reciprocidade em vez da competição e do lucro<sup>64</sup>.

O mutirão, que não envolve interesse, lucro ou venda de força de trabalho, pode ser percebido como uma resistência à racionalidade capitalista do individualismo, priorizando a solidariedade comunitária. Essa mesma lógica se reflete no trabalho de subsistência, entendido também como um trabalho de cuidado, ligado à produção e à reprodução da alimentação.

A narrativa das guardiãs mostra que, em todas essas atividades, elas se reconhecem como parte de um coletivo, sempre usando expressões como “a gente”, que incluem maridos, filhos e vizinhos. O trabalho das mulheres rurais vai além do espaço doméstico, alcançando também os espaços externos, onde ocorrem as atividades produtivas familiares. O roçado, composto pela participação da mãe, do pai, dos filhos, parentes e vizinhos, é um lugar de reprodução social, onde o trabalho de subsistência é compartilhado, ensinado e vivido coletivamente.

### **1.2.1 Socialização do trabalho de subsistência e a reprodução da vida comunitária**

O trabalho de plantar e colher para sustentar a família é muito mais do que apenas produzir comida. É um trabalho de cuidado, que envolve toda a vida da comunidade. Ele não fica só dentro de casa, se espalha pela roça, onde a família e os vizinhos se reúnem para compartilhar conhecimentos.

A roça é um lugar onde a vida acontece, onde as pessoas se encontram, conversam e aprendem umas com as outras. Lá, como em casa, as mães ensinam suas filhas os segredos da terra, as técnicas de plantio e as receitas tradicionais. E não é só na roça que isso acontece. As casas de farinha também são lugares de encontro, onde se compartilham conhecimentos e histórias. É ali, entre o trabalho e diálogo, que as tradições se mantêm vivas, passando de geração em geração.

A memória recria as experiências moldadas pelas relações de gênero, construindo uma perspectiva singular sobre a vida e o trabalho das mulheres rurais. Ao perguntar a

---

<sup>63</sup> LOPES, *op. cit.*, p.112.

<sup>64</sup> FEDERICI. **O ponto zero da revolução**, p. 301.

Ruth sobre sua infância na serra do Uxituba e as lembranças de seus pais, ela relatou que sua mãe a criou na roça. Em meados de 1955, quando tinha 12 anos, subindo a serra com uma peneira cheia de mandioca, ela caiu e machucou o joelho. Essa memória, tão vívida, nos transporta para a realidade do trabalho árduo no campo.

Me criei mesmo em casa e ela me criou só mesmo na roça. Como eu tava dizendo assim pra aquela minha filha, pra Ivana ali, “mamãe me criou só na roça”. Com idade de 12 anos, eu subi a serra. Torci o paneiro de mandioca da serra lá. E quando fui lá, numa certa parte, tinha um corrão grande assim. Aí engatou, eu tava com um paneiro na costa. Aí esse meu joelho aqui ficou, sei lá como ficou. Aí agora como que eu vou andar? Com paneiro na costa, mas eu não solto esse paneiro (risos). Aí eu fui parece um caranguejo de lado, de lado, até que eu baixei. Até que eu cheguei em casa, [...] mamãe me deixava em casa, que era só eu que ficava em casa, que não tinha outra filha, era só eu. Ela saía pro trabalho, o papai saía pra pescar, né? O papai era pescador e não gostava de negócio assim, de roça, de trabalho de roça, né? O trabalho dele era só de pescar. Era muito pescador, matava muito Pirarucu<sup>65</sup>.

A experiência de Ruth Matos desafia a dicotomia entre espaço doméstico e espaço produtivo. Ao elaborar que se criou "em casa", Ruth transcende os limites físicos da moradia, e inclui a roça como extensão de seu lar. Sua infância, portanto, foi moldada por essa vivência, onde as fronteiras entre casa e roça se diluíram. A roça foi representada como um espaço de aprendizado, de transmissão de saberes tradicionais e de socialização.

A forma como ela lembra dos detalhes, como o dia em que caiu com o paneiro de mandioca, mostra como as experiências das mulheres do campo são marcadas pelo trabalho. Mas as lembranças de Ruth não são só sobre trabalho. É também sobre memória e tradição.

Ela disserta como o trabalho era dividido na sua família. Sua mãe cuidava da roça e da casa, enquanto seu pai se dedicava à pesca. Essa divisão, comum nas comunidades rurais, mostra como as mulheres eram responsáveis por cuidar da roça, dos animais e das pequenas produções, enquanto os homens se dedicavam a atividades consideradas mais lucrativas.

Quando Ruth diz que seu pai "não gostava de negócio assim, trabalho de roça", fica claro como essa divisão do trabalho era percebida por ela. Sua percepção da práxis do mundo do trabalho se aproxima do que Edna Alencar defende em teoria:

Assim, homens e mulheres, no que se refere ao campo do trabalho, são percebidos numa perspectiva diametralmente oposta. O homem está situado no espaço consideravelmente oposto. O homem está situado no espaço considerado como sendo da produção, no mar, onde desenvolve atividades geradoras de renda. O trabalho na pesca, atividade produtiva colocada sob égide, é mais valorizada por ser o principal meio pela qual o obtém os demais produtos necessários para sua reprodução. Sobre esta atividade se estrutura a identidade coletiva do grupo. A mulher está situada no espaço da terra.

<sup>65</sup> MATOS, Ruth. Comunidade Maravilha, 27 jan. 2024. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

Encarregada da reprodução, da geração de vida, e, assim como a terra, ambas são visas enquanto parte da natureza, com suas temporalidades cíclicas <sup>66</sup>.

Alencar fala a divisão social sexual as sociedades amazônicas pesqueiras, em que o sexo define quem vai para rios ou mares, e quem fica na terra. Ela pontua que os homens são posicionados no espaço da produção, como no mar, onde realizam atividades que geram renda, especialmente na pesca, pois por meio da venda, compram produtos necessários à sua reprodução social.

Por outro lado, as mulheres são descritas como estando no espaço da terra, responsáveis pela reprodução e pela geração de vida, sendo equiparadas à natureza com suas temporalidades cíclicas. No entanto, a própria realidade dessas mulheres desafia tais estereótipos: a terra é um domínio feminino, não de modo natural, biológico ou cíclico. As técnicas e conhecimento de manejos são múltiplos. Na água, elas também atuam, como na lavagem das raízes da mandioca, na lavagem de roupas ou na coleta de água para o consumo. Outro ponto é que, mesmo nas sociedades pesqueiras, as mulheres também pescam, assim como os homens, mas esse trabalho ainda pode ser classificado como uma "ajuda".

A minha mãe era trabalhadeira. Ela andava no trabalho para fazer a roça, né? E o papai saía para pescar. E o ofício dele era isso, de pescar [...] quando eles saíam de madrugada para pescar, quando eram sete, oito horas, com dois pirarucus um do lado do outro. E ela era do trabalho, né? Ela saía e deixava eu em casa. Ficava em casa, né? E eu trabalhando lá em casa descascando mandioca, torrando farinha, assim. E era só eu. Depois que apareceu já os outros. Eu tava mais... maiorzinha já <sup>67</sup>.

A Ruth define como a transmissão intergeracional e práticas agrícolas na vida das mulheres rurais estão interligadas ao cuidado doméstico e o trabalho de subsistência. Enquanto sua mãe se dedicava à roça, ela, ainda criança, assumia responsabilidades domésticas. Essa experiência reflete a construção cotidiana da reprodução social na agricultura familiar, onde a socialização ocorre por meio das atividades que a mãe de Ruth deixava para ela fazer em casa.

Trabalhava desde 12 anos na roça. E torrava a farinha e deixava. Ela me deixava ir embora para o trabalho. Eu tinha que dar conta. Porque era só eu. Não tinha outro. Tinha uma cunhada que um dia eu estava torrando farinha lá e ela me deixou, tinha o filho dela chorando pra lá, “mana vai ainda ver meu filho lá”, eu ia correndo por cima com o corpo quente, que eu estava no forno torrando farinha, né? Aí passei na gruta lá, peguei o menino lá atrás, fui agarrar a agulha pra costurar, acho que brinquedo, amodo aquela agulha foi direito no meu dente. Rum, aí eu não subi, nem subi com o filho que ficou por lá, fui de volta, daí era só grito, já [...] naquele tempo ainda tinha dente ainda, mas a mamãe tava pra serra, quando ela chegou, ela tava torrando, ficou mexendo farinha no forno. Aí quando a mamãe chegou na rebanceira, ela disse: “poxa

<sup>66</sup> ALENCAR, Edina F. **Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras**. In: FURTADO, LEITÃO & DE MELLO (Orgs.) Povo das águas – realidade e perspectiva na Amazônia, Belém: MPEG, 1993, p. 67-68.

<sup>67</sup> MATOS, Ruth, *idem*.

vida, aquela já caiu do pau, do galho do pau”. Eu tava na rede, setembro né, naquela grande quentura, eu rolava de um punho a outro, com tanta dor no meu dente<sup>68</sup>.

Ruth nos conta uma experiência difícil de um dia de trabalho na casa de farinha quando tinha 12 anos de idade. Ela se lembra do dia em que em sentia o calor do clima e do forno ao torrar farinha, quando a cunhada deixou o filho chorando com ela. Uma agulha entrou no seu dente, e a dor foi tão forte que ela não conseguiu voltar ao trabalho. A memória desse dia revela o impacto que essas experiências tiveram em sua vida, e que a marcou com uma dor física e emocional.

Para Nilson Weisheimer, a socialização é um processo consciente de introdução dos indivíduos no mundo social, estruturado pela transmissão de saberes que moldam suas disposições. Nesse contexto, a família e a classe social dos jovens agricultores proporcionam a base para suas trajetórias sociais e visões de mundo. A estrutura familiar, ao organizar o trabalho agrícola com base em uma divisão de tarefas por sexo e idade, reforça hierarquias dentro do grupo doméstico. Assim, a socialização não apenas assegura a continuidade das tradições e práticas familiares, mas também garante a participação na reprodução e manutenção das atividades familiares<sup>69</sup>.

A socialização descrita por Weisheimer se manifesta na práxis, especialmente na forma como Ruth foi introduzida ao mundo social da agricultura desde a infância, por meio da psicodinâmica<sup>70</sup>. Sua experiência revela que essa socialização é um processo contínuo, no qual saberes e práticas são transmitidos de geração em geração, moldando as disposições e as visões de mundo dos indivíduos. Ruth não apenas aprendeu a torrar farinha, mas também a gerenciar múltiplas tarefas simultaneamente, como cuidar das crianças enquanto realizava trabalhos agrícolas, atividades que, no entanto, estão associadas a uma memória marcada pela dor.

Portanto, a narrativa de Ruth não apenas traz a divisão de trabalho e a socialização, mas também problematiza a carga desproporcional e sofrimento suportada pelas mulheres em contextos rurais.

Minha mãe, assim, aqui também, ela era a mesma situação, o mesmo trabalho que a gente tinha, ela tinha também. Era agricultora velha, já. Graças a Deus, ela soube dar dessa criação pra gente, assim, de sempre participar de as coisas, entender muitas coisas. A gente já se criou aqui da situação que ela era pobre também, sempre foi agricultor todo o tempo, desde que a gente se entendeu,

---

<sup>68</sup> MATOS, Ruth, *idem*.

<sup>69</sup> WEISHEIMER, *op. cit.*, p. 52.

<sup>70</sup> Cf. BORIS, *op. cit.*, p. 103. A psicodinâmica em que a maternagem das mulheres reproduz mulheres que cuidam.

desde que eu me entendi também, eles eram assim, graças a Deus. E a gente ficou com aquela lembrança, né, das velharias. E aí, essa gente lembra<sup>71</sup>.

A Dinai Batista, assim como Ruth, atribui sentido quando se refere as lembranças dos pais, o papel da mãe em compartilhar e ensinar as práticas do dia a dia. Embora expresse um carinho pelas tradições e práticas passadas, sua fala também sugere que a tradição é dinâmica e não estática. A valorização do passado, mencionada como "velharia", reflete um reconhecimento das práticas antigas, mas também indica que essas tradições estão em constante mudança comparadas com o presente e como a agricultura familiar moldou sua vida.

A agrícola familiar se diferencia dos modelos assalariados por basear-se na reciprocidade das obrigações dentro da família, ao invés de relações de trabalho remuneradas. Como resultado, não há extração de mais-valia no âmbito familiar. Este processo de trabalho está voltado para a reprodução social da família e da unidade produtiva ao invés de focar na acumulação de capital. A condição de gênero atua como um dispositivo mediador entre o material e o simbólico, moldando não apenas o espaço agrícola, mas também as relações sociais de gênero e geração<sup>72</sup>.

Em suma, as experiências de Ruth e Dinai mostram como as mães têm um papel central na forma como as crianças aprendem a viver e a trabalhar no contexto da agricultura familiar. Pelas vivências de ambas, é possível perceber como os valores e saberes vão sendo repassados, especialmente no que diz respeito à divisão do trabalho e às responsabilidades dentro da família.

### **1.2.2 Ruth e Eliana: família, trabalho e a transmissão de saberes**

Ruth Matos, de 81 anos, é mãe de Eliana Batista, de 60. Tivemos o privilégio de entrevistá-las e, por meio de suas histórias de vida e do cotidiano na comunidade Maravilha, podemos perceber como os modos de vida que se teciam no tempo e no espaço no campo. As questões de gênero, geração, trabalho e cotidiano estão interconectadas com seus relatos e experiências de vida. Mãe e filha compartilham vivências semelhantes, mas trazem suas individualidades por meio da memória.

Ruth, com sua memória rica em detalhes, nos transporta para a vida na roça. Ela descreve como aprendeu a plantar e a trabalhar na terra, e como isso moldou sua vida e a de sua família. Mandioca, banana, cana, batata, feijão, jerimum e milho faziam parte do seu dia a dia. "Já trabalhei muito, né? Quando nós estávamos aqui, nessa terra daqui nós

<sup>71</sup> BATISTA, Dinai, *idem*.

<sup>72</sup>WEISHEIMER, *op. cit.*, p. 55-56.

trabalhávamos muito com ele, com o meu marido". E quando os filhos chegaram, a roça continuou sendo o centro da vida: "Depois que eu ter essa filharada, eu o criei tudinho aí. Nós trabalhávamos muito aí com ele"<sup>73</sup>.

Porém com a perda da filha mais velha, que trabalhava com ela na roça, deixou uma marca profunda na família. "Essa minha filha que morreu, a primeira filha, mais velha, coitada, ela trabalhava muito. Nós fizemos roça grande lá. Tinha muita mandioca. E aí nós ralávamos com ela para lá, e depois que ela adoeceu".<sup>74</sup>

A resiliência de Ruth é evidente quando ela fala sobre continuar a colaborar com sua família, apesar das adversidades e da chegada da velhice: "meus filhos ainda vão falar, deixa eu ir, eu ainda estou andando. Posso ir pra lá, mas eu não vou carregar mandioca mais. Mas eu carrego, olha a meu panela ali. Eu ponho na costa, aí eu vou". Dito isso, o envelhecimento para a guardiã nas comunidades rurais, está ligado à continuidade das práticas produtivas e afetivas, e não à inatividade. Ela permanece ativa dentro das possibilidades que o corpo permite, com a terra, com a família e com a memória de quem já partiu.

Eliana Batista, também compartilha uma perspectiva da vida no campo e as transformações que testemunhou ao longo dos anos. Sua lembrança revela não apenas as práticas cotidianas e as responsabilidades que assumiu desde a infância trabalhando junto com a mãe, mas também uma profunda reflexão sobre as mudanças ambientais e sociais em sua comunidade.

Eliana começou a trabalhar na roça aos 13 anos, inicialmente com que ela classifica de "tarefas leves" e, posteriormente, com trabalhos mais "pesados", como ralar e peneirar mandioca:

Comecei a trabalhar de 13 anos. A gente fazia uns trabalhos assim quando era de idade mais baixa, mas sempre que o trabalho é leve, né? Aí depois de 13 anos pra lá, a gente já começou fazer aqueles trabalhos, né? Ralar mandioca, peneirar mandioca, né? Ajudar ela a fazer o trabalho dela<sup>75</sup>.

O relato mostra como o trabalho na agricultura familiar é visto de maneiras diferentes dependendo de quem o realiza. Enquanto as atividades dos homens adultos são reconhecidas como "trabalho", as tarefas desempenhadas por mulheres e jovens são chamadas de "ajuda", independentemente da importância que tenham. Essa distinção não acontece porque as tarefas em si são mais fáceis, mas porque há uma lógica que

---

<sup>73</sup> MATOS, Ruth, *idem*.

<sup>74</sup> MATOS, Ruth, *idem*.

<sup>75</sup> BATISTA, Eliana, *idem*.

desvaloriza o trabalho de parte da família. Segundo Weisheimer<sup>76</sup>, a separação entre trabalho leve e pesado “não significa uma divisão de tarefas para preservar as mulheres e crianças das insalubridades intrínsecas ao trabalho agrícola, mas é uma forma de não reconhecimento e desvalorização” do que fazem.

Assim, o trabalho feminino e juvenil na roça acaba sendo visto como algo menor, classificado como “parcial” ou “leve”, o que contribui para que seja menos reconhecido e valorizado<sup>77</sup>. Essa ideia acaba sendo incorporada pelas próprias trabalhadoras, como no caso de Eliana, que, ao contar sua experiência no roçado, internalizou a classificação tradicional do trabalho feminino que lhe foi repassado.

Outrossim, a degradação ambiental é um tema recorrente nas falas de Eliana. Ela lamenta a destruição das castanheiras e a diminuição dos recursos de uso comum que eram abundantes na região antes dos impactos causados pela mineração:

Quando tinha essa mata aí, que era tão bonita aí tinha muitas castanheiras, meu pai, até meu pai ainda foi pra lá juntar castanhas, ficava pra lá de semana trabalhando. Ele vinha com as castanhas e agora nem mais esse alimento tem pra gente<sup>78</sup>.

As castanheiras em que se coletava os ouriços de castanhas coletado por seu pai para a alimentação de sua família hoje não é mais acessível. Ela expressa preocupação com o futuro de seus filhos e netos, temendo pela falta do que para ela na infância sempre foi garantido pela natureza, “agora está desse jeito desmatado, é uma tristeza para a gente, eu sinto muito assim, porque eu tenho meus filhos, eu tenho meus netos... mas de que vão sobreviver? É isso que eu penso.”

Eliana reconhece o trabalho de subsistência como parte de sua identidade e um modo de resistir. "A minha infância, porque a gente cresceu aqui, né? A gente aprendeu aqui, e formou nossa família aqui, a minha família. Aí, tenho meus filhos, cresceram e já trabalharam junto comigo. E nós continuamos trabalhando na roça ainda."

Para Eliana, as mudanças no campo e as transformações socioambientais impactam diretamente a vida das comunidades tradicionais. Seu lamento pela perda das castanheiras e a preocupação com o futuro das próximas gerações evidenciam a crítica à ideia do que é o "progresso" e para quem ele é feito.

Essas preocupações não surgem de maneira isolada, mas fazem parte de um conjunto de memórias compartilhadas entre as mulheres de diferentes grupos sociais, sejam étnicos, produtivos, culturais ou políticos. Como destaca Tedeschi, essas memórias

<sup>76</sup> WEISHEIMER, *op. cit.*, p. 60.

<sup>77</sup> WEISHEIMER, *op. cit.*

<sup>78</sup> BATISTA, Eliana, *idem*.

são socializadas através do gênero e organizadas dentro de uma estrutura social e cultural comum, combinando tradições herdadas e experiências individuais<sup>79</sup>.

A trajetória de Eliana Batista elucida essa dinâmica de transmissão intergeracional. Sua criação guarda diversas similaridades com a de sua mãe, Ruth Matos, demonstrando como as práticas e valores que foram perpassados moldaram suas vidas e contribuíram para a manutenção das tradições agrícolas e culturais da comunidade.

Assim como sua mãe, Eliana começou a trabalhar na roça desde jovem com 13 anos. Ruth mencionou que começou a trabalhar aos 12 anos. Ambas se envolveram com idades parecidas na responsabilidade da subsistência familiar. O processo de socialização das mulheres agricultoras é organizado a partir de relações sociais de gênero e de geração. A família como estrutura básica de vinculação, e desde cedo esses indivíduos são inseridos nas práticas cotidianas do trabalho e da manutenção da unidade família<sup>80</sup>.

O cultivo da mandioca, em particular, é uma prática que se mantém viva entre as famílias. Essa continuidade revela não apenas a preservação das práticas agrícolas, mas também a transmissão de valores familiares e a resiliência diante das dificuldades. As memórias de Ruth e Eliana ilustram como as tradições são mantidas e, ao mesmo tempo, adaptadas às mudanças externas, evidenciando a importância da socialização de conhecimentos, do trabalho de cuidado e da subsistência no cotidiano da comunidade.

### **1.3 Entre fios de paneiros e caçadas**

Os depoimentos de mulheres idosas nos permitem compreender como era o cotidiano das comunidades e os modos de vida antes da chegada da mineradora Alcoa ao Lago Juruti Velho. Durante as entrevistas, elas revisitam suas memórias, lembrando como suas rotinas eram organizadas e como foram transformadas ao longo do tempo, com foco especial nas atividades diárias na roça e nas tarefas domésticas.

Ao compartilharem suas histórias, essas trabalhadoras não apenas resgatam o passado, mas também oferecem uma nova maneira de compreendê-lo, criando um olhar mais crítico sobre o presente e o futuro. Esse processo dá visibilidade a experiências que antes permaneciam no anonimato, destacando as lutas e os pensamentos forjados na vivência feminina, seja individual ou coletiva<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> TEDESCHI, *op. cit.*, p. 40.

<sup>80</sup> WEISHEIMER, *op. cit.*

<sup>81</sup> TEDESCHI, *op. cit.*

Cândida Bentes Batista compartilha memórias sobre o trabalho e a vida comunitária na Comunidade Prudente, e de como as práticas e tradições moldaram seu cotidiano. "Eu nunca plantei milho, nunca plantei arroz, nunca trabalhei na roça. A gente fazia roçado. A gente começava o trabalho para começar o roçado, por exemplo, em agosto, setembro, outubro, quando era para novembro, estava o roçado pronto". Ela descreve o processo de preparo da terra, desde cortar a maniva até usar a enxada para roçar e cavar a terra, "a gente tirava a maniva, cortava tudo, miudinho, pegava a enxada e ia para lá para roçar, cavava a terra e ia jogando a maniva e ia enterrando"<sup>82</sup>.

Quando a roça inteirava, o trabalho continuava com a colheita e o processamento da mandioca, feita manualmente, sem a ajuda de motores, para produzir farinha e outros alimentos, "naquela época não tinha motor de mandioca. Era no ralo. A gente tirava, às vezes, 12 paneiros de mandioca que a gente não carregava no saco, era no paneiro naquela época."

A mandioca exigia um processo longo e exaustivo de preparo, realizado majoritariamente por mulheres, cujas mãos transformavam a raiz bruta em farinha e outros derivados. Sem motores ou maquinários, tudo era feito no braço, no ralo, em jornadas que se estendiam por horas e dias.

O uso do paneiro para carregar a mandioca, em vez dos sacos mais comuns hoje, indica não apenas uma diferença material, mas também uma organização do trabalho que exigia colaboração e resistência física. A ausência de maquinário não significava uma ausência de técnica, mas sim um sistema de saberes práticos e estratégias de sobrevivência, moldado por relações de trabalho.

O paneiro, mais do que um instrumento de transporte, carrega consigo um conhecimento ancestral, um saber artesanal transmitido por gerações. Feito de fibras naturais e trançado manualmente, não era apenas um objeto funcional, mas parte de um sistema de produção que envolvia a relação entre o corpo, a terra e a cultura comunitária.

Ao carregar a mandioca no paneiro, carregava-se também a história do trabalho feminino, das redes de cuidado e da coletividade que sustentavam a roça. Um tempo em que a produção não se separava da identidade, em que cada fibra entrelaçada no paneiro trazia consigo a memória.

---

<sup>82</sup> MATOS, Cândida Bestes. Comunidade Prudente, 25 jan. 2024. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

Seu trançado, feito com cipós e fibras naturais, reflete um conhecimento indígena preservado pelas comunidades tradicionais. Como destacam Rodrigo Couto e Anselmo Colares sobre o artesanato realizado por mulheres rurais em Juruti na década de 70:

Os cipós e fibras também tinham variadas utilidades, como por exemplo, a fibra da envira (*Bocageopsis multiflora*) servia para fazer cordas de amarração dos barracões e casas de palhas, amarrar fumo de rolo e as hastes de mandioca, dentre outras. O cipó Ambé (*Philodendron Schott*) era utilizado para a confecção dos paneiros/cestos para carregar a produção agrícola e para a coleta de sementes e frutos das matas; a fibra de cauçú (*Calathea lutea*), mais fina e resistente à umidade, era utilizada para peneiras; e o tipiti – utensílio comprido utilizado como prensa para espremer os líquidos da mandioca deixando-a pronta para ser torrada<sup>83</sup>.

Seu uso na colheita da mandioca revela muito mais do que um método de carregar alimentos; expressa um modo de vida em que cada etapa do trabalho era marcada por habilidades aprendidas na prática, compartilhadas entre mulheres e homens que moldavam a economia da roça com suas mãos. O paneiro, trançado pacientemente, significava resistência à industrialização que impõe materiais sintéticos e ritmos acelerados, resistência à desvalorização dos modos tradicionais de produzir e viver.

Ademais, Cândida explica as variadas formas de preparar a mandioca, beiju, tapioca e carimã, e como a venda era focada principalmente na farinha:

O negócio da farinha, beijou, tirar a tapioca, fazer a massa, chamado carimã. Você conhece carimã? É da mandioca mesmo. Tira a mandioca, rala ela, descasca ela, serva, deixa ela ficar sequinha aí, joga no forno pra secar aquela marçolote, secar, que fica aqui no fogo branco. Naquela época era muito difícil a gente vender uma coisa dessa. A gente tirava pra... O que a gente sempre vendia era farinha mesmo, né? Vendia pra onde? Naquela época os chamados mariteiros, né? Eles levavam pra gente lá, a gente comprava deles, comprava o rancho da gente lá<sup>84</sup>.

Cândida menciona um agente mediador da comercialização da farinha que ela vendia, o marreteiro, embora não aprofunde sobre ele. No entanto, podemos investigar como essas mesmas relações se configuram no estado do Pará, em épocas semelhantes. Alexandre de Brito Alves analisa a dinâmica comercial entre coletores e marreteiros no contexto dos manguezais, especificamente na comunidade de Bacuriteua, em Bragança, Pará, na década de 1970.

Sua pesquisa foca na dependência econômica e social entre os coletores de caranguejo e os marreteiros, o que nos permite traçar paralelos com as relações comerciais

<sup>83</sup> COUTO, Raimundo Jorge da Cruz; COLARES, Anselmo Alencar. **História de saberes amazônicos e emancipação política**: o artesanato em Juruti-PA. Revista Cocar, v. 15, n. 33, 2021, p. 6.

<sup>84</sup> MATOS, Cândida, *idem*.

que se dão nas comunidades do Lago de Juruti Velho<sup>85</sup>. O "marreteiro", conforme descrito por Alves, se:

Apresenta como o comprador da produção realizada pelo coletor. Ele é o responsável por revender o produto ao consumidor ou, em muitos casos, a outro comerciante que se encarrega de oferecer no mercado final<sup>86</sup>.

Contudo, o autor frisa que, embora houvesse laços sociais entre marreteiros e coletores, a relação era predominantemente exploratória. Os marreteiros garantiam seu lucro ao adquirir a produção por preços baixos, revendendo-a a valores superiores em mercados urbanos. Além disso, os coletores frequentemente dependiam do crédito fornecido pelos marreteiros, gerando um ciclo de endividamento e subordinação econômica<sup>87</sup>.

A relação que Cândida estabelece ao mencionar os marreteiros evidencia um sistema comercial, no qual o acesso aos meios de consumo e circulação da produção estava concentrado nas mãos de intermediários. Sua fala demonstra como os produtores como ela precisavam recorrer aos marreteiros para escoar sua produção e adquirir bens essenciais.

Cândida relembra essa dinâmica ao afirmar: “eles levavam pra gente lá, a gente comprava deles, comprava o rancho da gente lá”<sup>88</sup>. Essa relação não se limitava à comercialização da produção, mas também incluía a aquisição de bens de consumo diretamente dos marreteiros, que organizavam o fluxo de mercadorias. Como analisado por Alves, esse tipo de estrutura resultava na centralização dos meios de distribuição e troca, colocando os produtores em uma posição em que seu trabalho estava sujeito às condições impostas por esses intermediários.

Além disso, dentro do grupo de marreteiros, há relações de poder bem definidas: marreteiros-patrões, que possuem bens como automóveis, tavernas, barcos e padarias, não só controlam a revenda da produção, mas também lucram ao fornecer transporte e crédito aos marreteiros menores<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> ALVES, Alexandre de Brito. “**É o jeito vender**”: coletores, marreteiros e o trabalho no manguezal em Bacuriteua (Pará – Brasil, 1975-2010). Revista História UEG, Anápolis, v. 4, n. 2, p. 211-226, ago./dez. 2015.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 216.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 217. Ao questionado sobre quem tem mais vantagens nas relações comerciais, se é coletor ou o marreteiro, o trabalhador Valeriano Silva da Costa, de 65 anos, casado e pai de 11 filhos, quando perguntado sobre quem ganha 'mais' nas trocas comerciais, respondeu que: 'Pra mim é o marreteiro, porque o marreteiro, o serviço dele é só pegar o que já tá pronto, né, e a gente ainda vai fazer pra entregar pra ele né, porque ele não, já pega já tá tudo pronto, só pegou chegou lá vendeu’.

<sup>88</sup> BENTES, Cândida, *idem*.

<sup>89</sup> *Ibid.*

As lembranças de Cândida sobre o trabalho e a comercialização da farinha revelam uma dinâmica muito parecida com a observada em outras comunidades tradicionais. Noemi Porro, Dalva Mota e Heribert Schimitz, analisam a realidade das famílias que viviam do extrativismo e da agricultura em Sergipe até os anos 1970<sup>90</sup>. Nessas comunidades, a organização do trabalho era baseada na complementaridade entre diferentes atividades, como a coleta de frutas, a pesca e o plantio da mandioca, garantindo não só o sustento, mas também a manutenção de redes sociais de apoio.

O que se vê tanto nessas experiências quanto na de Cândida é que essas populações não estavam simplesmente isoladas do mercado, mas possuíam formas próprias de acesso e circulação de produtos. O processo de fragilização das comunidades locais se deu com a construção da Rodovia Linha Verde entre Sergipe e Bahia (BA-099), como parte das ações de política pública lideradas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

As narrativas de Cândida sobre o cotidiano na Comunidade Prudente apresentam várias semelhanças com as descrições feitas pelos autores sobre as práticas comunitárias e de subsistência em Sergipe até os anos 1970, como também os impactos pelo capitalismo desenvolvimentista das áreas comuns.

Assim como as áreas de mangabeiras ocupadas por indígenas e outros grupos sociais em Sergipe, onde os moradores constroem formas específicas manejo, a comunidade de Cândida também mantinham práticas agrícolas tradicionais e do uso compartilhado de recursos para sua subsistência. A guardiã descreve a preparação do roçado e o trabalho coletivo, um processo semelhante ao manejo combinado de recursos extrativistas e agrícolas mencionado por Porro, Mota e Schimitz.

A prática do uso compartilhado e a preparação da mandioca para produzir farinha são centrais na vida da comunidade e ajudam a preservar a memória das tradições e práticas locais. O estudo desses processos comunitários revela como as práticas de subsistência moldam e sustentam a identidade e a memória coletiva da comunidade, e esses laços se fortalecem em contextos de conflito com projetos governamentais.

A Dinai nos fornece uma perspectiva crítica sobre as mudanças ocorridas na comunidade devido à chegada da mineração, destacando o impacto ambiental e social da atividade mineradora. Suas memórias contrastam fortemente com as práticas tradicionais

---

90 PORRO; MOTA; SCHMITZ, *op. cit.*

descritas por Cândida e pelos autores nas comunidades extrativistas catadoras de mangaba.

Dinai menciona a mudança significativa na vida da comunidade Prudente com a chegada da mineradora Alcoa, como o desmatamento e a degradação ambiental afetaram diretamente a disponibilidade de bens comuns:

E antes a nossa vida, até hoje ainda tem muitas pessoas assim, trabalhando, em roça e... E era bom. Das coisas que facilitavam muito. Tinha tanta caça, as coisas, peixe. Até porque a população cresceu. Antes era mais pouco, agora é mais. E aí a gente vai vivendo assim. Só por causa da caça, porque sabe que apareceu depois da Alcoa chegar. Como já foi falado, por causa do desmatamento, né?<sup>91</sup>

Segundo a guardiã, as práticas comunitárias de subsistência, como a caça e a pesca, foram alteradas pelos impactos ambientais da mineração. Tais mudanças contrastam com a realidade vivida nos anos 1970, quando esses recursos eram abundantes e sustentavam uma coesão social fundamentada em valores e normas compartilhados, tendo como base a agricultura e a coleta.

E antes, como a gente vivia como é lá, agora, a mina, a gente ainda trabalhou muito pra lá, com meu marido. A gente ia tirar castanha, tirava patauá, tinha piquiá, tinha oixi, hoje já não existe mais. Hoje é só aquele desmatamento que todo mundo vê, né?<sup>92</sup>

A transformação observada reflete uma perda substancial na disponibilidade de uma variedade de frutas, que outrora sustentavam muitas famílias, como de Dinai. Com a escassez da castanha, patauá e piquiá, simboliza uma alteração profunda no cotidiano da comunidade, que agora enfrenta uma realidade marcada pelo desmatamento e acesso restrito dentro do próprio assentamento.

A narrativa de Dinai também lança luz sobre questões relativas à divisão sexual do trabalho e à relevância do extrativismo para a comunidade. A distribuição de tarefas reflete uma organização comunitária onde homens e mulheres contribuíam de forma conjunta para a subsistência.

A coleta de castanha, patauá, piquiá e oixi eram responsabilidades distribuídas. A divisão sexual do trabalho, portanto, não se limitava à alocação de tarefas, mas também visava manter uma prática sustentável que assegurava o bem-estar da comunidade.

Ao lembrar de seu marido, Cândida reconstrói o sistema baseado na caça e a solidariedade, cooperação e no compartilhamento de alimentos. A seguir, destaco suas falas e analiso a importância desses elementos para a sustentabilidade e a coesão social na Comunidade Prudente.

---

<sup>91</sup> BATISTA, Dinai, *idem*.

<sup>92</sup> BATISTA, Dinai, *idem*.

Cândida menciona repetidamente o papel de seu marido, José Soares, na subsistência da família. Ele era um caçador dedicado e, graças a ele, seus filhos não passavam fome pois foram criados por meio da alimentação baseado na caça:

Não, para mim não foi difícil porque eles tinham um pai deles, e o pai deles era um homem muito trabalhador, caçador. Ele nunca deixou a gente estar passando esse negócio de fome, negócio de maltrato, outras coisas. Só caça, a gente comia peixe, mas mais era caça, né? Porque o pai deles era fraco, ele só prestava pra procurar pra eles comerem<sup>93</sup>.

Cândida enfatiza a generosidade de seu marido ao compartilhar a caça com os vizinhos e familiares, promovendo uma cultura de solidariedade:

Mas se ele matasse uma caça, essa minha prima que estava aqui agora conversando com a senhora aqui, ela sabe disso, ela se lembra até hoje. Se ele matasse um veado, ele chegava em casa e descurava aquele veado, aí ele saía. “Vai aqui um pedaço” e falou, não vou fazer, dá um pedacinho para ali, vai Dinai um pedacinho para ali, assim ele fazia. Ele partia com os vizinhos de perto. Ele não era um homem assim, dizer que, como a gente tem uma palavra que a gente diz, escasso. Ele nunca foi<sup>94</sup>.

A prática de compartilhar a caça fortalece os laços comunitários, especialmente em tempos de escassez. Cândida relata que, graças à caça e ao cultivo da roça, sua família não precisava comprar alimentos industrializados.

A gente não comprava quase comida. Farinha e isso, graças a Deus, nos tinha bem. E meus filhos ainda se criaram desse jeito. A gente nunca se criamos assim, passando mal. Com fatura, graças a Deus<sup>95</sup>.

A divisão sexual do trabalho dentro da sua comunidade era atribuída por meio de responsabilidades produtivas e de subsistência de acordo com o gênero. A segurança alimentar da família estava fortemente associada à atividade de caça do marido, enquanto a roça, ainda que essencial, em que ela produzia farinha, beijou, a tapioca, massa de carimã, aparece como um complemento. Essa perspectiva indica como o trabalho masculino, especialmente aquele ligado à caça, era visto como central para a manutenção da casa, enquanto o cultivo da mandioca e a produção de farinha, tradicionalmente desempenhados pelas mulheres, era secundário.

A própria fala de Cândida reforça essa estrutura ao atribuir a segurança alimentar da família à caça do marido, mesmo mencionando que sempre houve farinha em casa. A mandioca, cultivada e processada é um trabalho de cuidado, mas não é atribuído como principal responsável por garantir que seus filhos "nunca se criaram assim, passando mal".

A prática da caça, combinada com a agricultura e o compartilhamento de alimentos, sustentava não apenas a família de Cândida, mas também uma comunidade,

<sup>93</sup> MATOS, Cândida, *idem*

<sup>94</sup> MATOS, Cândida, *idem*.

<sup>95</sup> MATOS, Cândida, *idem*.

criando um sistema interdependente. José Soares ao distribuir a carne entre os vizinhos, incluindo para sua prima Dinai, exemplifica uma prática comum de cooperação e apoio mútuo, que forma a coesão social na Comunidade Prudente. Assim, estabelecem suas próprias regras e instituições, baseadas em uma trajetória compartilhada de resistência e solidariedade.

Segundo Aldenor da Silva Ferreira, com base nas reflexões de Antônio Carlos Witkoski, o camponês amazônico organiza seu trabalho de forma a maximizar a utilização das terras, florestas e águas da região amazônica. Witkoski argumenta que, no contexto de várzea, o trabalho realizado pelo camponês abrange atividades agrícolas, extrativismo vegetal, animal e pesca. O camponês e sua família se adaptam às condições ambientais e utilizam um sistema agroflorestal integrado, que combina cultivo, criação de animais e extrativismo<sup>96</sup>.

Esse modo de vida é caracterizado por uma organização social e econômica distinta, que se opõe ao capitalismo. O trabalho do camponês é guiado pelo tempo ecológico e exige uma constante adaptação aos ciclos naturais, refletindo uma lógica de relações sociais e de produção que valoriza a sustentabilidade e o baixo impacto ambiental.

O camponês amazônico é um sujeito social que detém um capital social, conhecimento e uma organização política únicos. Ele é o principal agente na interação com a natureza e no desenvolvimento de práticas sustentáveis para a Amazônia. Os rios e lagos têm significados sociais profundos na sua relação de trabalho.

Os camponeses possuem uma consciência coletiva e responsabilidade ambiental. Sua luta constante para coexistir e sua organização em torno das terras, florestas e águas desafiam a visão tradicional do camponês amazônico como um ser passivo, desafiando o estereótipo do caboclo ou ribeirinho<sup>97</sup>.

Cabe destacar o papel das mulheres rurais, que, como detentoras de saberes, conhecimentos e modos de organização política singulares, demonstram profundo domínio das práticas de subsistência e do manejo sustentável. Elas atuam como guardiãs de saberes tradicionais relacionados ao cultivo, à coleta e ao uso dos recursos da terra e da água, contribuindo de forma decisiva para a preservação e a transmissão desses conhecimentos entre gerações.

---

<sup>96</sup> FERREIRA, Aldenor da Silva. **Terras, florestas e águas de trabalho**: a tríade da vida camponesa na várzea amazônica. *Somanlu*, ano 8, n. 1, p. 45-63, jan./jun. 2008, p. 178.

<sup>97</sup> *Ibid.*

A consciência coletiva e responsabilidade ambiental das mulheres amazônicas reflete-se nas entrevistas. A experiência feminina também desafia o paradigma tradicional do camponês ou ribeirinho passivo. As mulheres são protagonistas ativas na luta pela sobrevivência, muitas vezes assumindo papéis de liderança nas atividades comunitárias e enfrentando desafios significativos para garantir o bem-estar das suas famílias. Ao compartilharem suas trajetórias de vida, elas rompem com visões estereotipadas e revelam a complexidade, e a agência das mulheres no contexto amazônico, agentes centrais na resistência sociocultural e ambiental de seus territórios

## CAPÍTULO II

### A CHEGADA DA MINERAÇÃO E OS IMPACTOS NOS MODOS DE VIDA DAS TRABALHADORAS RURAIS

No capítulo anterior, foram evidenciadas e analisadas as dinâmicas sociais de Juruti Velho, com foco nas questões de gênero, trabalho e agricultura familiar entre as décadas de 1950 e 1980. Essa perspectiva buscou compreender as relações que moldaram a vida na região naquele período, conforme lembrado pelas guardiãs da memória mais idosas das comunidades Maravilha e Prudente.

Agora, introduz-se uma nova dimensão à narrativa: a chegada de uma empresa multinacional dedicada à exploração de bauxita. Já mencionada brevemente nas memórias locais anteriormente, essa presença faz parte de um contexto mais amplo em que o passado é relembrado à luz do presente, marcado por transformações econômicas, ambientais e sociais que influenciam diretamente a vida das comunidades de Juruti Velho. Embora localmente presente desde os anos 2000 e efetivada em 2009, a multinacional tem uma relação muito mais longa com a Amazônia.

No panorama das grandes indústrias globais, a Alcoa emerge como um dos principais nomes ligados à produção de alumínio e à exploração de minério. Mas, afinal, quem é a Alcoa? E como sua história é contada pela imprensa nacional?

Explorar o papel da multinacional no Brasil exige revisitar os relatos e as análises feitas ao longo dos anos pelos principais veículos de comunicação do país. A partir dessas fontes, é possível compreender as múltiplas narrativas construída sobre a Alcoa: uma empresa que se destaca por sua contribuição econômica, com investimentos bilionários e que geradora de empregos.

Outro ponto importante é o contexto histórico de sua chegada. Quando e como a Alcoa se estabeleceu no Brasil? Quais políticas e circunstâncias econômicas permitiram que essa gigante da mineração se consolidasse em território nacional?

A chegada da multinacional é celebrada como um marco do progresso. O que a imprensa destaca não é o impacto real sobre as pessoas ou o território, mas os números que interessam ao mercado: toneladas de bauxita extraídas, pesquisas de valores exportados e promessas de "desenvolvimento".

Este primeiro momento do capítulo utiliza matérias e artigos publicados entre 1980 e 2009 para traçar a trajetória da empresa no Brasil até sua chegada ao oeste do Pará, território historicamente marcado pela apropriação de recursos em benefício do capital. As fontes escolhidas, *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio* do

Amazonas e *Diário do Pará*, refletem diferentes regiões e interesses que dialogam com o avanço da mineração no país.

O objetivo aqui não é apenas narrar os passos da multinacional, mas compreender como a sua expansão se insere em uma lógica mais ampla de dominação econômica. Ao longo dessa reconstrução, será possível observar como as promessas de progresso, amplamente difundidas pela grande imprensa, serviram para pavimentar o caminho da multinacional até Juruti.

No entanto, as vozes das guardiãs da memória, oriundas do próprio oeste paraense, nos lembram que esse território não era vazio, mas ocupado por comunidades cujas vidas foram transformadas pela chegada de um modelo econômico que privilegia o lucro em detrimento dos modos de vidas e relações com a natureza construído e reconstruídas no cotidiano do Lago Juruti Velho.

### **2.1. "O amanhã da Alcoa está sendo construído hoje"<sup>98</sup>: a mineração em manchetes e os sentidos produzidos pela imprensa**

Grande parte das análises aqui apresentadas sobre o papel das multinacionais na exploração da bauxita no Brasil e os impactos do modelo econômico e político imposto durante o regime militar baseiam-se no trabalho de Ana Carolina Reginatto Moraes. Em seu estudo, a autora oferece uma análise sobre como empresas como Alcoa, Reynolds e outras que consolidaram seu domínio sobre as riquezas minerais do país, especialmente durante as décadas de 1960 a 1980. Ela demonstra, com base em dados históricos e econômicos, a relação entre os interesses do capital internacional e o suporte do Estado brasileiro<sup>99</sup>.

De acordo com Moraes, a bauxita é a principal matéria-prima para a produção de alumina, que, por sua vez, é usada na fabricação de alumínio, um metal usado em diversas cadeias produtivas da indústria. Após a Segunda Guerra Mundial, o mercado global de alumínio passou a ser dominado pelas chamadas "Seis Irmãs": Alcan, Alcoa, Kaiser Aluminium, Reynolds Metals, Pechiney Ugine Kuhlmann e Alusuisse AG.

Essas empresas atuavam de forma integrada, controlando todas as etapas da cadeia produtiva, desde a extração da bauxita até a fabricação do alumínio. Uma estratégia

---

<sup>98</sup> Frase dita pelo presidente da Alcoa, Alain Belda –*diário Comercio*, Manaus, 13 jan. 1984.

<sup>99</sup> MORAES, Ana Carolina Reginatto. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, 78-79.

comum desse cartel era manter uma capacidade excedente na produção de bauxita e alumina, pressionando assim a redução dos preços dessas matérias-primas.

Esse domínio global também se refletiu no Brasil, onde multinacionais como Alcan, Alcoa e o grupo da família Ermírio de Moraes lideraram o desenvolvimento da mineração de bauxita e da produção de alumínio primário. Outras integrantes do cartel, como Reynolds e Kaiser, também marcaram presença no país, associando-se a empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ou operando fábricas próprias de transformação do alumínio<sup>100</sup>.

Até os anos 1980, junto com as multinacionais Alcan e Alcoa, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) era responsável por 90% da produção de bauxita e alumínio no Brasil. No entanto, a exploração das grandes jazidas de bauxita na Amazônia mudou o controle do mercado, com a entrada de grupos como a CVRD. Apesar disso, a CBA participou desse processo, integrando a Mineração Rio do Norte (MRN) e disputando novos projetos de produção.

Durante o regime militar, o Brasil consolidou um modelo de mineração voltado para a exportação em larga escala, liderado por grandes multinacionais. Essas empresas operavam por meio de empreendimentos próprios ou *joint ventures*<sup>101</sup>, associando-se a capitais nacionais, sejam privados ou estatais. Mesmo quando detinham participação minoritária, as multinacionais geralmente mantinham o controle gerencial das operações, enquanto os custos de infraestrutura eram assumidos pelo Estado.

Ao final da ditadura, os resultados desse modelo tornaram-se evidentes. Um levantamento de 1987 revelou que 19% do território nacional estava destinado à pesquisa e lavra de minerais, sendo que 65% dessa área era controlada por grandes grupos econômicos e 38% estava sob domínio de empresas estrangeiras. Esses dados refletem o grau de monopolização e a influência internacional sobre os recursos minerais brasileiros<sup>102</sup>.

Nesse contexto, a CBA apropriou-se, durante o regime militar, de reservas estimadas em 440 milhões de toneladas de bauxita em Paragominas. Já a multinacional Reynolds, por meio da Omnia Minérios Ltda., assegurou o controle de jazidas na década

---

<sup>100</sup> *Ibid.*

<sup>101</sup> *Joint venture* é uma expressão em inglês que significa "empreendimento conjunto". É uma parceria comercial em que duas ou mais empresas independentes se unem para realizar um projeto específico, dividir recursos ou explorar novas oportunidades de negócios. Essas empresas combinam suas competências, capital, tecnologia ou outros ativos para alcançar um objetivo comum, geralmente compartilhando riscos, lucros e custo.

<sup>102</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 45.

de 1970 em Juruti, no Pará. Esses projetos, entretanto, não foram efetivados durante o período da ditadura militar, o que revela uma estratégia do capital internacional de priorizar o controle estratégico em vez de sua exploração imediata. Outras empresas, como a Pechiney, realizaram pesquisas no Amazonas, ao longo do rio Jatapú, mas não obtiveram sucesso <sup>103</sup>.

As pesquisas voltadas para reservas massivas de bauxita ao longo desse período consolidaram o Brasil, já na década de 1980, como o terceiro maior detentor global. Isso reforçou a lógica colonial imposta ao país, que se manteve na condição de exportador de matéria-prima para as potências centrais, enquanto os lucros e os avanços industriais associados à transformação dessa riqueza continuavam concentrados nos países ditos desenvolvidos.

Assim, atraiu-se o interesse de empresas multinacionais, impulsionando debates sobre o controle nacional e a busca por modernização tecnológica. Foi nesse cenário que as primeiras discussões sobre os grandes projetos de mineração na Amazônia ganharam espaço nos meios de comunicação.

A matéria publicada em 1980 pelo *Jornal do Commercio* do Amazonas aborda as discussões em torno da Serra dos Carajás, da interação entre o governo brasileiro e empresas multinacionais. Esse período marcou um momento político estratégico para a exploração de minerais no Brasil, com a Amazônia sendo posicionada como um território “vazio” propício para crescimento econômico e para a segurança nacional.

O tema do “incentivo à modernização tecnológica” é relevante para nossa pesquisa, pois evidencia tensões entre a necessidade de controle nacional e os interesses de empresas multinacionais, como a Alcoa.

#### **A modernização pode aumentar a participação do estrangeiro**

Governo Federal poderá realizar associações com empresas multinacionais, além de brasileiras, para exploração de alumínio da região da serra dos Carajás, desde a que estejam garantidos aos sócios brasileiros e real transferência tecnológica do processo produtivo, o controle acionário do empreendimento e o gerenciamento do projeto. O objetivo dessa estratégia é evitar que o desenvolvimento das riquezas minerais do País seja executado conforme uma concepção moderna tradicional modelo extrativo exportador, fornecendo matéria-prima com certo grau de colaboração e insumo energético a preços baixos à empresa estrangeira. [...] O motivo de preocupação, porém, a possibilidade do desenvolvimento mineral ser canalizado para outra direção que não o atendimento à indústria nacional dentro de marcos satisfatórios ao país, argumenta o funcionário do BNDE: “Fica o temor de que esse grande projeto pode acabar se revelando uma moderna concepção do tradicional modelo extrativo exportador, através do fornecimento de matéria-prima parcialmente elaborada e de insumo energético. Daí ser alarmante a celebração de acordos ente governo e empresas estrangeiras que estabelecem tarifas

---

<sup>103</sup> MORAES, *op. cit.* p. 363.

elétricas, que já não deprimidas, com regalias de 10 % a uma de 15 % a outra. Ora, não existe valor de mercado para um bem escasso como energia”. Ele refere-se as reduções de 10 % concedida à Albrás-Alunorte e de 15 % à Alcoa, ambas futuras produtoras de alumínio no norte do país [...] <sup>104</sup>.

A matéria destaca a Serra dos Carajás como ponto central da política mineral brasileira, com a modernização apresentada como solução para superar deficiências tecnológicas internas. Essa narrativa, no entanto, estava vinculada a acordos que favoreciam multinacionais. No caso da Alcoa, as concessões incluíam tarifas de energia reduzidas em até 15%, facilitando sua instalação na região amazônica e a prioridade dada ao capital estrangeiro.

Embora a modernização seja apresentada como necessária para superar limitações tecnológicas internas, o jornal expõe que ela está vinculada à concessão de benefícios excessivos às multinacionais, como tarifas reduzidas de energia e controle parcial ou total dos projetos. “Devemos ter lucidez para barganhar acordos [...] como não se tem conhecimento de métodos nacionais na área do cobre e do alumínio, é viável a realização de joint-ventures com multinacionais possuidoras de tecnologia avançada <sup>105</sup>.

Sob a justificativa de “transferência de tecnologia”, essas parcerias reforçavam um modelo extrativo-exportador, onde os lucros eram concentrados fora do país, enquanto os custos ambientais e sociais recaíam sobre as comunidades locais. O BNDE, principal financiador dos projetos, defendia o controle nacional, mas, na prática, a colocava o Brasil em posição de exploração.

Na matéria intitulada “Inflação é que afasta investidores estrangeiros, afirma Garnero”, publicada em janeiro 1984, discute-se a confiança das multinacionais no mercado brasileiro.

O presidente da Alcoa, Alain Belda, é um dos empresários confiantes. Sua empresa deve inaugurar este ano um grande complexo industrial de alumínio no Maranhão (inversões de US\$ 1,5 Bilhão) e não vai parar por aí. Em sua mesa de trabalho, relata, existem permanentemente cerca de 10 novos projetos de estudos. Um deles é a compra de uma seguradora. “O amanhã da Alcoa está sendo construído hoje”, diz ele, concordando que grande obstáculo a investimentos produtivos é mesmo a inflação <sup>106</sup>.

A menção à Alcoa no contexto da matéria é reveladora, pois apresenta a multinacional como exemplo da confiança do capital estrangeiro na exploração econômica brasileira, mesmo em meio à inflação e à instabilidade dos anos 1980. A declaração do presidente da empresa, Alain Belda, de que “o amanhã da Alcoa está sendo

<sup>104</sup> **Jornal do Commercio**, Manaus, 2 out. 1980, p. 16.

<sup>105</sup> **Jornal do Commercio**, Manaus, 2 out. 1980, p. 16.

<sup>106</sup> **Jornal do Commercio**, Manaus, 13 jan. 1984, p. 14.

construído hoje”, reflete uma visão estratégica que contrasta com a desconfiança expressa por outros atores internacionais.

Esse otimismo, no entanto, deve ser entendido como parte de um movimento mais amplo. A construção de um complexo industrial de alumínio em São Luís, Maranhão, com um investimento de US\$ 1,5 bilhão, demonstra a capacidade das multinacionais de se apropriarem de territórios estratégicos para exploração. Essa dinâmica evidencia como as multinacionais prosperavam explorando a riqueza mineral brasileira enquanto usufruíam de incentivos, como tarifas reduzidas e infraestrutura subsidiada, fatores que ampliavam a dependência do país em relação ao capital estrangeiro.

A expansão da Alcoa, com a promessa de “10 novos projetos de estudo”, reforça o interesse pela Amazônia. Esse processo exemplifica como o capital internacional utilizava o discurso de modernização e desenvolvimento para consolidar sua presença em territórios periféricos, perpetuando a lógica de subordinação econômica e ambiental.

Em abril de 1984 o mesmo jornal publica sobre as articulações entre empresários brasileiros e estrangeiros para discutir as possibilidades econômicas da Amazônia. O seminário "A Amazônia e a Indústria Florestal", ocorrido em de 11 a 20 de junho em Belém e Manaus, foi citado como o principal evento desse debate, propõe como estratégia central a formação de *joint-ventures* para atrair investimentos.

A fonte aponta que os principais projetos já em execução na Amazônia eram: Carajás, Jari, Albrás-Alunorte e Alcoa. Nesse contexto, a formação de *joint-ventures* é apresentada como uma solução para os desafios financeiros e tecnológicos, mas a declaração do presidente da Consortex, Elliot Sasson, deixa clara a dependência de capitais externos: “O aproveitamento econômico da região será liderado por nós brasileiros. Mas as dimensões e a escala dos empreendimentos a serem desenvolvidos são de tal monta que não podemos prescindir dos investimentos externos”<sup>107</sup>.

Esse posicionamento reflete a contradição central: a tentativa de afirmar liderança nacional em projetos estratégicos enquanto se admite que, sem o aporte e tecnologia do estrangeiro, o desenvolvimento não seria viável.

A matéria usa do discurso de "desenvolvimento" para legitimar a crescente participação de empresas estrangeiras na Amazônia. Embora se afirme que os projetos seriam "liderados por brasileiros", o seminário não aborda a questão do controle efetivo do que seria explorado ou os lucros gerados. Pelo contrário, ao colocar como prioridade

---

<sup>107</sup> **Jornal do Commercio**, Manaus, 01 abr. 1984, p. 2.

o reforço das exportações, o texto reforça uma lógica extrativa-exportadora que historicamente coloca a Amazônia como fornecedora de matéria-prima.

De acordo com Gerd Kohlhepp, o planejamento regional na Amazônia, muitas vezes, se configurou como um “pseudo-planejamento”, no qual a região foi transformada em um espaço de experimentação de modelos de desenvolvimento desconectados das realidades locais<sup>108</sup>. Para o autor, as florestas amazônicas são usadas como palco de conflitos de interesses relegados à “periferia da periferia”. Apenas a criação de condições políticas de alto nível pode garantir um desenvolvimento regional que respeite as características ecológicas e atenda às necessidades socioeconômicas das populações envolvidas.

Agora, neste ponto das discussões, propomos fazer a análise das matérias publicadas no *Diário do Pará* ao longo de 1990, como se revela o avanço da Alcoa na exploração da bauxita na Amazônia, especialmente no Pará.

Por meio de uma sequência de eventos e anúncios oficiais, a empresa consolidou sua presença na região, utilizando discursos de “desenvolvimento econômico” e responsabilidade ambiental para legitimar suas operações.

#### **Secretários em reunião sobre o meio ambiente**

Os secretários de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan), Odinéa Leite Caminha, e de Saúde, Herundino Moreira, além da diretora do Idesp, Violeta Loureiro, viajaram nesta quarta-feira, a convite da Alcoa, para São Luís do Maranhão. Na quinta-feira, seguirão para Poços de Caldas, em Minas Gerais. Acompanhando a comitiva, também estão os técnicos envolvidos no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Mina de Bauxita da Amazônia: Lúcia Porpino, Paulo Sérgio Altieri dos Santos (Sespa) e Edson Wesche (DNPM). O objetivo da visita é permitir que os representantes da Seplan, Sespa, Idesp e os técnicos responsáveis pelos programas ambientais do governo Hélio Gueiros conheçam de perto as operações e as atividades de controle ambiental realizadas pela fábrica de alumínio e alumina do Consórcio Alumar, em São Luís, e pela Mineração de Bauxita da Alcoa, em Poços de Caldas (MG). Além disso, o grupo analisará os programas de reabilitação de áreas mineradas<sup>109</sup>.

Conforme relatado pelo *Diário do Pará* em 21 de fevereiro de 1990, uma comitiva composta por secretários estaduais e técnicos ambientais, entre eles a Professora Violeta Refkalefsky Loureiro (presidente e pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico do Estado do Pará - IDESP), realizou uma visita às operações da Alcoa. Essa visita ocorreu a convite da própria empresa, e por meio dela, foi possível perceber as relações institucionais que se estabeleciam e a imagem ambiental que estava sendo construída.

<sup>108</sup> KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, 2002, p. 53.

<sup>109</sup> **Diário do Pará**, Belém, 21 fev. 1990, p. 9.

A iniciativa buscava apresentar as práticas de controle ambiental e os programas de reabilitação de áreas mineradas da empresa, incluindo as operações do Consórcio Alumar, em São Luís, e da unidade de Poços de Caldas.

Essa ação não é neutra, mas sim uma das estratégias da Alcoa de construir uma narrativa de responsabilidade ambiental com a anuência das autoridades públicas. No entanto, é necessário questionar se essa proximidade entre governo e empresa compromete a independência das avaliações de impacto ambiental. A inclusão de técnicos diretamente envolvidos no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Mina de Bauxita poderia ter sido uma tentativa de direcionar o parecer final em benefício da empresa.

Alfredo Peña-Veja apresenta uma crítica contundente ao conceito de desenvolvimento sustentável, destacando suas limitações e superficialidades. Ele argumenta que a visão predominante do desenvolvimento sustentável, pautada pelo equilíbrio econômico, modelos homogêneos de consumo e distribuição de renda, não é suficiente para lidar com os desafios planetários e sociais. Essa abordagem, segundo ele, reduz o desenvolvimento a uma lógica econômica que subordina o desenvolvimento humano ao técnico-científico, ignorando a complexidade das relações sociais, políticas, culturais e ecológicas<sup>110</sup>.

A visita às operações da empresa ilustra como as grandes corporações utilizam o discurso de sustentabilidade para legitimar suas atividades. A Alcoa em São Luís, ao apresentar suas práticas de controle ambiental, não só busca assegurar um ambiente de conformidade, mas também reforçar sua narrativa de que suas operações estão em sintonia com os princípios de um "desenvolvimento sustentável" para reforçar suas expansões.

No dia 8 de abril de 1990, a Alcoa confirmou o início do projeto de exploração das jazidas de bauxita no Vale do Rio Trombetas, com investimento de 140 milhões de dólares e produção inicial de 2 milhões de toneladas. O jornal deixa claro que a empresa já detinha os direitos minerais da área há oito anos, mas adiava o início das operações<sup>111</sup>. Conforme Alain Belda já havia dito para o *Jornal do Commercio* em 1984, já se esperava o momento mais oportuno, tanto política quanto economicamente, para operar. Para ele, essa iniciativa representava a construção do futuro da empresa.

---

<sup>110</sup> PEÑA-VEGA, Alfredo. **Meta-desenvolvimento, auto-organização e incerteza**: um caminho em direção ao pensamento ecológico. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (ORGS.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 1997, p. 215.

<sup>111</sup> **Diário do Pará**, Belém, 8 abr. 1990, p. 24

Essa informação é importante para compreendermos como a Alcoa controla estrategicamente seu monopólio na Amazônia, utilizando o tempo como aliado para alinhar suas ações às condições globais de mercado. Enquanto isso, as populações locais permanecem à margem do processo decisório.

Ainda no *Diário do Pará* de 30 de maio de 1990, Idmilson Mesquita fala sobre o crescimento da produção mineral no Pará, que passou de 10 milhões de dólares anuais nos anos 1970 para 1,08 bilhão de dólares em 1989. Ele atribui esse crescimento a projetos como a Mineração Rio do Norte e a extração de ferro na Serra dos Carajás.

#### **Grande produtor mineral**

Idmilson Mesquita destacou que o Pará se consolidou como um dos maiores produtores de minérios do Brasil, especialmente a partir da década de 1980. Enquanto no final dos anos 1970 a produção mineral era de apenas 10 milhões de dólares anuais, em 1989 alcançou o recorde de 1,08 bilhão de dólares, posicionando o estado como o segundo maior produtor mineral do país, atrás apenas de Minas Gerais. Mesquita ressaltou que, enquanto na década de 1970 a produção era predominantemente voltada ao ouro, na década seguinte a diversificação foi impulsionada pela implantação de novos projetos, como a produção de bauxita pela Mineração Rio do Norte e o ferro extraído da Serra dos Carajás <sup>112</sup>.

A divulgação dos dados sobre o crescimento da produção mineral no Pará, reflete uma visão técnico-científica limitada e desconexa da realidade econômica da região. A imprensa omite as contradições subjacentes a esse sucesso. A reportagem não aborda as desigualdades sociais e os impactos ambientais gerados por um modelo extrativista. Ao celebrar o crescimento, a mídia contribui para a construção de uma narrativa que favorece os interesses das multinacionais, pois não questiona os custos sociais e ambientais desse processo.

Por fim, o *Diário do Pará* de 14 de novembro de 1990, informou que a Alcoa recebeu da Secretaria de Saúde Pública licença prévia para desenvolver estudos relacionados à implantação do projeto de exploração de bauxita em Oriximiná. Com validade de 360 dias, essa licença marca o início oficial do processo, consolidando a atuação da empresa no oeste do Pará<sup>113</sup>.

Contudo, reconstruir a cronologia dos eventos apresentados pelo *Diário do Pará* revela como a Alcoa consolidou seu domínio na Amazônia ao longo dos anos, avançando de forma planejada e articulada. Desde as visitas técnicas e articulações políticas para aprovar o RIMA em 1990 até a consolidação de projetos em São Luís, Paço de Caldas, Trombetas e Oriximiná, a empresa se utilizou de discursos sobre progresso e

<sup>112</sup> *Diário do Pará*, Belém, 30 mai. 1990, p. 12.

<sup>113</sup> *Diário do Pará*, Belém, 14 nov. 1990, p. 7.

sustentabilidade para legitimar suas ações. Esse processo culminou na exploração das jazidas de Juruti, que simbolizam o ápice de um modelo econômico que prioriza o capital estrangeiro, enquanto as comunidades locais arcam com os custos sociais e ambientais.

### **2.1.1 “A exploração da mina de bauxita em Juruti (PA) terá produção inicial de 2,6 milhões de toneladas anuais”<sup>114</sup>: crescimento econômico ou desafios socioambientais?**

Passamos, então, a analisar o processo de consolidação da Alcoa em Juruti, retomando as etapas que antecederam sua efetiva instalação e que já vinham sendo delineadas desde as ações da Reynolds Metals. Enquanto em Oriximiná a empresa expandia suas operações, o interesse pelas jazidas de bauxita em Juruti já estava em curso, como a continuidade de um projeto de exploração mineral voltado para atender às demandas do capital.

A transição de controle da Reynolds para a Alcoa, no início dos anos 2000, marca um ponto de inflexão, no qual Juruti deixa de ser apenas uma possibilidade e se concretiza como parte de uma estratégia ampla de expansão corporativa.

Nesse sentido, o projeto de exploração da bauxita em Juruti remonta à década de 1980, quando a Reynolds Metals iniciou estudos na região, inserindo o município no contexto da expansão do setor mineral na Amazônia. Esse período foi marcado por um interesse crescente de empresas transnacionais em recursos naturais amazônicos, impulsionado pelo do minério encontrado na região. Em Juruti, as reservas de bauxita são estimadas em cerca de 700 milhões de toneladas métricas, configurando-se como uma das maiores do mundo.

A Reynolds, terceira maior produtora de alumínio do mundo na época, investiu aproximadamente US\$ 200 milhões para o bloqueio de jazidas e outras iniciativas de pesquisa mineral entre 1980 e 1985, conforme noticiado pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em outubro de 1980<sup>115</sup>.

O foco da empresa estava na exportação de toda a produção, atendendo à demanda de transformadores de alumínio no mercado internacional. No ano 2000, a aquisição da Reynolds Metals pela Alcoa alterou o cenário do empreendimento. Com maior capacidade econômica e comercial, a Alcoa incorporou os estudos e investimentos

---

<sup>114</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24-25 set. 2005.

<sup>115</sup> *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 out. 1980, p.1

realizados anteriormente, passando a realizar novas pesquisas a partir de 2001 nos platôs Caapiranga, Guaraná e Mauari <sup>116</sup>.

Esse contexto revela uma dinâmica histórica marcada pela competição global e pela exportação de larga escala, que desconsidera como sujeitos políticos e possuidores de direitos os povos tradicionais. Em Juruti, embora a bauxita tenha elevado a importância econômica da região no cenário global, os benefícios foram desigualmente distribuídos. Essa compra foi só mais um capítulo de um processo que já vinha sendo desenhado há décadas de apropriação pelas grandes corporações capitalistas.

De acordo com Moraes, a Alcoa iniciou suas operações no Brasil ainda em 1915, com a instalação de um escritório de vendas e a aquisição de reservas de bauxita em Mariana, Minas Gerais. Contudo, foi a partir dos anos 1960, durante o regime militar, que sua atuação ganhou força. Período das políticas de incentivo ao capital estrangeiro, alinhadas ao projeto de industrialização liderado pelo Estado. Um marco significativo foi a criação da Companhia Mineira de Alumínio (Alcominas) em 1967, com financiamento de órgãos estaduais como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)<sup>117</sup>.

De acordo com a imprensa nacional a Alcoa consolidava sua atuação industrial no país com a construção de sua primeira fábrica em Poços de Caldas (MG), iniciada em 1965 e operacional a partir de 1970. Esse empreendimento marcou a transição da empresa de uma presença limitada à exploração de matéria-prima para uma atuação industrial integrada.

Em 2005, a Alcoa já possuía sete unidades no país, abrangendo desde a mineração até a fabricação de produtos industriais como tampas plásticas, empregando cerca de 6 mil pessoas. E no mesmo ano foi reconhecida como uma das líderes mundiais em sustentabilidade, com operações em 43 países<sup>118</sup>.

Nos anos 1970, com as pesquisas de jazidas de bauxita na Amazônia, a Alcoa se inseriu no centro de disputas econômicas e políticas. A obtenção de direitos de lavra na bacia do rio Trombetas, em 1976, marcou o papel da empresa, apoiada pela construção da hidrelétrica de Tucuruí. A formação do Consórcio de Alumínio do Maranhão

---

<sup>116</sup> VERDE, Rodrigo Braga da Rocha Villa; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. **Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico**. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; ARAÚJO, Eliane Rocha (Eds.). Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014, p. 49.

<sup>117</sup> MORAES, *op. cit.*, *passim*.

<sup>118</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 24-25 set. 2005, p. 3.

(Alumar), em 1982, com parcerias como a Billiton/Shell, reforçou essa expansão, novamente facilitada por políticas estatais.

Com o fim do regime militar e a transição para a democracia, a Alcoa demonstrou capacidade de adaptação. Durante o ciclo de privatizações nas décadas de 1990 e 2000, beneficiou-se de políticas neoliberais que incentivaram o capital estrangeiro.

A atuação da Alcoa reflete tanto o modelo de desenvolvimento industrial associado ao regime militar quanto a continuidade das relações entre Estado e capital internacional em períodos democráticos.

Figura 4: Belda explica a Luta e à ministra Dilma Rouseff, da Casa Civil, os projetos da Alcoa no País



Fonte: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24-25 set. 2005, p. 3

**Alcoa Inc. anuncia investimento de US\$ 1,6 bilhão no Brasil**  
O presidente mundial e executivo-chefe (CEO) da Alcoa, Alain Belda, anunciou nesta sexta-feira um investimento de US\$ 1,6 bilhão nas operações da empresa no Brasil, durante audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. O aporte será destinado à expansão da refinaria de alumina do Consórcio Alumar, em São Luís (MA), com um acréscimo de 2,1 milhões de toneladas por ano na capacidade de produção; à exploração da mina de bauxita em Juruti (PA), que terá produção inicial de 2,6 milhões de toneladas anuais; e à modernização da unidade de redução de alumínio em Poços de Caldas (MG). Os investimentos devem gerar 6,5 mil empregos diretos e impactar positivamente a balança comercial brasileira em cerca de US\$ 400 milhões anuais. “Esses investimentos, aliados à ampliação da autogeração de energia atualmente em andamento, fortalecerão a competitividade da Alcoa no mercado global e nos permitirão atender à crescente demanda mundial”, afirmou Alain Belda<sup>119</sup>.

O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro dos dias 24 e 25 de setembro de 2005, anuncia os investimentos da Alcoa, com destaque para a mina de Juruti, em que mostra como os grandes projetos de mineração são viabilizados por meio de articulações entre empresas multinacionais e o Estado.

<sup>119</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24-25 set. 2005, p. 3.

O investimento de US\$ 1,6 bilhão para ampliar operações em Minas Gerais, Maranhão e Pará reflete a intensificação da exploração especialmente em regiões periféricas e ricas em minérios, como Juruti.

O texto aponta que Juruti abriga uma das maiores jazidas de bauxita do mundo, com reservas estimadas em 695 milhões de toneladas<sup>120</sup>. Essa grande reserva coloca Juruti como peça-chave para atender às demandas internacionais de alumínio, reforçando o papel do Brasil como exportador de matérias-primas.

O investimento anunciado foi realizado em diálogo direto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então ministra da Casa Civil Dilma Rousseff<sup>121</sup>. A aprovação da Licença de Instalação pelo governo do Pará, em agosto de 2005, também é mencionada como parte do processo: “consultas públicas foram realizadas com a comunidade local ao longo dos últimos dois anos, e a Licença de Instalação (LI) foi concedida pelo governo do Pará em agosto de 2005”<sup>122</sup>.

A relação entre o investimento em Juruti e o contexto do neodesenvolvimentismo no Brasil evidencia como os grandes projetos de mineração são articulados dentro de um modelo econômico que prioriza a exploração de terras ocupadas por povos tradicionais para atender às demandas do mercado global. O investimento de US\$ 1,6 bilhão, anunciado em 2005, reflete não apenas o papel de Juruti nesse cenário, com sua reserva de 695 milhões de toneladas de bauxita, mas também a inserção do Brasil na lógica do "Consenso de *Commodities*", caracterizado pela exportação de bens primários em larga escala.

A participação do Estado, representada tanto pelo diálogo direto do governo federal com a Alcoa quanto pela concessão da Licença de Instalação pelo estado do Pará, ilustra a colaboração entre governo e grandes corporações transnacionais, como apontado por Maria das Graças Silva e Rebeca Silva. Essa articulação é uma característica do neodesenvolvimentismo, que, ao mesmo tempo em que promove crescimento econômico, intensifica a concentração de terras, a exploração e a expropriação de comunidades tradicionais<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> *Ibid.*

<sup>121</sup> Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>

<sup>122</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 24-25 set. 2005, p. 3.

<sup>123</sup> SILVA, Maria das Graças e; SILVA, Rebeca Gomes de Oliveira. **Conflitos socioambientais e megaprojetos: desenvolvimento capitalista periférico e expropriações contemporâneas**. In: ARAÚJO,

O caso de Juruti é emblemático porque expõe as contradições desse modelo. Embora a região tenha um papel de destaque na cadeia produtiva global de alumínio, os benefícios se concentram nas multinacionais.

As "consultas públicas" mencionadas na concessão da licença, muitas vezes, são processos formais que não refletem a real inclusão das comunidades na tomada de decisões, reforçando a desigualdade de poder entre as corporações e os grupos locais.

A Carta ao Povo Brasileiro, lançada em 2002, revelou o compromisso do presidente Lula com a plutocracia internacional, mantendo os fundamentos do neoliberalismo e fazendo com que o PT fosse visto como uma "esquerda confiável para o capital". Esse posicionamento levou à construção de uma hegemonia pautada em um pacto de classes, buscando garantir o consentimento dos trabalhadores para a manutenção da dominação burguesa. A inserção do Brasil na economia global, especialmente na exploração da bauxita, foi um reflexo direto dessa estratégia<sup>124</sup>.

Federici aponta que, no Brasil, os programas assistenciais do governo Lula teriam beneficiado cerca de trinta milhões de pessoas. No entanto, ela destaca que os investimentos em bem-estar social representaram apenas um décimo do valor transferido para mineradoras e indústrias do agronegócio, setores que mantiveram um papel dominante nas políticas nacionais.

A autora critica a continuidade do extrativismo como modelo de desenvolvimento, o que impediu a realização da reforma agrária, uma pauta defendida pelos movimentos que apoiaram a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. Consequentemente, houve um aumento da concentração de terras e a manutenção dos ataques às terras indígenas em nome da modernização<sup>125</sup>

Dito isso, o projeto em Juruti, com a promessa de geração de 6,5 mil empregos diretos, reflete a ênfase do governo em criar oportunidades de trabalho como um dos benefícios econômicos dos grandes projetos.

Entretanto, essa criação de empregos, muitas vezes, é apresentada como uma compensação pelos custos socioambientais que os projetos geram. Embora a geração de empregos seja colocada como um benefício econômico, é importante considerar que a qualidade desses empregos e esses cargos abrangem homens e mulheres comunitários.

---

Nailsa Maria Souza (ORG.). Estado, "questão ambiental" e conflitos socioambientais. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. p. 199.

<sup>124</sup> SILVA; SILVA, *op. cit.*, p. 200.

<sup>125</sup> FEDERICI. **Na luta para mudar o mundo**, p. 3.

Programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), refletem a dinâmica neoliberal, que buscava fortalecer no Brasil no mercado global. O destaque dado à logística favorável de Juruti para atender ao Consórcio Alumar, no Maranhão, demonstra como o projeto está voltado para a integração à cadeia produtiva global, e não para atender às demandas locais ou regionais “inicialmente, a mina de Juruti atenderá às necessidades da AWAC relacionadas à ampliação do Consórcio Alumar, com possibilidade de novas expansões a custos reduzidos”<sup>126</sup>.

Everton Melo da Silva e Paulo Roberto Felix dos Santos analisam o capitalismo contemporâneo a partir de sua crise estrutural e destacam as mudanças no papel do Estado nesse contexto. Os autores explicam que, desde os anos 1970, o sistema capitalista enfrentou uma crise profunda, caracterizada por superprodução, redução das taxas de lucro e esgotamento das bases que sustentavam o chamado "Estado Social". Essa crise marcou a transição para uma reorganização neoliberal, na qual o Estado abandonou políticas amplas de proteção social em favor de ajustes estruturais que priorizam a acumulação de capital<sup>127</sup>.

No discurso neoliberal, o papel do Estado deveria ser reduzido, mas, na prática, ele assume funções para garantir a reprodução do capital. Os autores destacam que o Estado opera como garantidor das condições para a expansão capitalista, promovendo grandes obras, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e sendo conivente com violações ambientais e sociais, como no desastre de Mariana (MG).

Essas ações são justificadas sob a retórica de desenvolvimento econômico, mas reforçam desigualdades e geram impactos devastadores sobre o meio ambiente e comunidades locais. Nesse sentido, a retórica de "desenvolvimento sustentável" é desmascarada como uma estratégia para legitimar práticas que ampliam a devastação e as desigualdades.

Assim, o Estado neoliberal não é um "Estado mínimo", mas um agente ativo na reprodução das contradições do capitalismo, promovendo ajustes que favorecem o capital financeiro e sacrificam tanto os trabalhadores quanto o meio ambiente. A crise, portanto,

---

<sup>126</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 24-25 set. 2005, p. 3.

<sup>127</sup> SILVA, Everton Melo da; SANTOS, Paulo Roberto Felix dos. **Uma abordagem crítica aos fundamentos do Estado**: natureza, significado e configuração contemporânea. In: ARAÚJO, Nailsa Maria Souza (org.). Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

expõe os limites absolutos do sistema e revela a incapacidade do capitalismo de garantir um futuro sustentável para a humanidade.

A Alcoa aproveita-se de uma região dita como “rica em bauxita” para expandir sua posição no mercado global, enquanto os custos sociais e ambientais recaem principalmente sobre a população local, mesmo que tenham sido “consultados”. Vejamos qual é essa pesquisa que foi feita mencionada pelo *Jornal do Commercio* ao longo de 2005.

Segundo o Ibope, 54% da população de Juruti se declarou expressamente favoráveis ao empreendimento, enquanto 35% dizem aceitar o projeto sem manifestar restrições. A pesquisa revelou ainda que 61% da população afirmou que as obras de implantação da mina melhoraram sua vida e a de suas famílias. Além disso, 64% veem o empreendimento como importante para si e seus familiares, 76% consideram importante para o desenvolvimento de Juruti, e 79% avaliam o projeto como relevante para o Estado do Pará. “O resultado desta pesquisa vem, sem dúvida, confirmar o apoio popular ao nosso projeto, que já havia sido demonstrado por ocasião das audiências públicas realizadas em 2005, em Juruti, Belém e Santarém, que contaram com a participação de mais de seis mil pessoas”, comemora Franklin Feder, presidente da Alcoa na América Latina<sup>128</sup>.

A pesquisa, realizada pelo Ibope em janeiro de 2008 a pedido da Alcoa, entrevistou moradores da cidade de Juruti, para avaliar a aceitação ao projeto de mineração de bauxita na região, e conclui-se que 80% apoiam o empreendimento mineral, dados esses mencionados outrora por Alain Belda, e comemorado por Franklin Feder<sup>129</sup> na imprensa.

Pesquisando mais a fundo essas estatísticas, os moradores da região do Lago Juruti Velho, em particular, figuram entre os principais críticos ao projeto. Esses grupos representam os 11% contrários à implantação da mina. As questões levantadas por essas comunidades incluem: Preocupações ambientais com a degradação do território e a reposição dos recursos naturais extraídos; Dificuldade de acesso a compensações ou benefícios diretos prometidos pela Alcoa, que muitas vezes não chegam a essas áreas periféricas; Mudanças na dinâmica social e cultural, que incluem a pressão sobre os modos de vida tradicionais e a intensificação de desigualdades regionais.<sup>130</sup>

De acordo com os dados da pesquisa, 68% dos entrevistados acreditam que a empresa demonstra preocupação ambiental, mas não há consenso sobre os impactos a longo prazo para regiões como Juruti Velho.

<sup>128</sup> LEAL, Paulo Leandro. 89% da população de Juruti apoia o empreendimento mineral da Alcoa. *EcoAmazônia*, Manaus, 8 mai. 2008. Disponível em: <https://blogdoestado.blogspot.com/2008/05/89-da-populao-de-juruti-apiam-o.html>

<sup>129</sup> Presidente da Alcoa da América Latina e Caribe.

<sup>130</sup> LEAL, Paulo. **89% da população de Juruti apoia o empreendimento mineral da Alcoa.**

Além disso, a percepção de benefícios é mais evidente entre os moradores urbanos de Juruti, que mencionam melhorias na infraestrutura, geração de empregos (55%), e ações na educação, como cursos profissionalizantes (17%). Para os moradores de Juruti Velho, esses benefícios são percebidos como mínimos ou inexistentes, reforçando a desigualdade na distribuição de impactos positivos e negativos.

Embora a Alcoa tenha promovido audiências públicas em 2005, incluindo a participação de mais de seis mil pessoas em Juruti, Belém e Santarém, há questionamentos sobre a efetividade dessas consultas em garantir a voz ativa das comunidades tradicionais.

Portanto, enquanto os dados quantitativos divulgados pela Alcoa sugerem amplo apoio ao projeto, os custos sociais e ambientais associados à mineração tendem a recair desproporcionalmente sobre as comunidades, como na Maravilha, Prudente, Vila Marapinima e entre outras no entorno do lago.

A integração ao mercado mundial, aliada à falta de participação das comunidades regionais e locais, intensifica a chamada "síndrome de periferia da periferia" na Amazônia. Essa dinâmica gera conflitos de interesse, desrespeito aos limites territoriais de terras indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, além de insegurança em relação aos direitos legais e uma crescente competição pelo uso da terra, como observado no caso do Grande Carajás<sup>131</sup>.

Em 2007 foi anunciado um plano de investir US\$ 5,5 bilhões em três anos no Brasil, consolidando sua presença como uma das maiores empresas do setor de alumínio no país. No caso de Juruti, o investimento de R\$ 1,8 bilhão para a extração de bauxita mostra a importância estratégica do município para atender à crescente demanda global, especialmente vinda da China, conforme anunciado por Alain Belda: “A demanda global por alumínio segue forte, impulsionada principalmente pelo processo de urbanização na China.”<sup>132</sup>.

O mercado global dita a lógica de exploração em regiões periféricas. Juruti é inserida nesse contexto como fornecedora de matéria-prima, enquanto os ganhos principais são direcionados para a cadeia global de alumínio<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> KOHLHEPP, *op. cit.*, p. 42.

<sup>132</sup> **Jornal do Comercio**. Rio de Janeiro, 11 out. 2007, p. 31.

<sup>133</sup> SILVA, Marciclei Bernardo da. **Exploração da bauxita e dinâmicas espaciais em Juruti (PA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2017. Até o ano de 2014 a produção de bauxita no estado do Pará correspondeu há mais de 90% da bauxita explorada no país. Os

Embora haja um destaque de que “o empreendimento já está gerando quatro mil empregos diretos”<sup>134</sup>, o impacto imediato desses postos de trabalho não se reflete de maneira uniforme na população local. A concentração de vagas, especialmente na fase inicial de implantação, sugere que grande parte dessas oportunidades não foram ocupadas por trabalhadores jurutienses, mas por trabalhadores vindos de outros lugares.

Outro ponto que pode ser observado na imprensa é a questão dos conflitos de terras relacionados ao projeto de Juruti. Segundo Franklin Feder: "no estado do Pará, os problemas fundiários já fazem parte da realidade". Essa declaração naturaliza uma problemática que é estrutural no Pará, onde o histórico de grilagem, disputa por terras e ausência de regularização fundiária cria um ambiente propício para conflitos<sup>135</sup>.

Já a inauguração da mina de bauxita da Alcoa em Juruti, foi em setembro de 2009, orçado em US\$ 1,5 bilhão (cerca de R\$ 2,8 bilhões à época), o empreendimento visava explorar cerca de 700 milhões de toneladas de bauxita ao longo de 70 anos. O presidente o Franklin Feder, destacou na inauguração o caráter “integrador, inovador e responsável” do projeto.<sup>136</sup>

Contudo, o discurso corporativo de responsabilidade e inovação precisa ser contextualizada no cenário local, marcado por tensões. A promessa de exploração por 70 anos reflete uma relação de longo prazo com o território, mas também evidencia a perpetuação de uma dependência estrutural da região em relação à lógica econômica de grandes corporações.

Nesse contexto, Lindomar Silva aponta que o regime capitalista transforma as formas de percepção do mundo por meio de um regime escópico, caracterizado pelo monitoramento em larga escala, um olhar masculino totalizador e a objetificação da paisagem. Essa visão instrumentalizada se alinha à ciência moderna, que se apoia em uma racionalidade que separa sociedade e natureza, sustentando-se em discursos racionais. Essa racionalidade, ao integrar-se à sociedade centrada no mercado, molda uma estrutura normativa e utilitária que reforça a lógica calculista<sup>137</sup>.

---

principais destinos de exportação da bauxita explorada no estado são para os seguintes países: Estados Unidos, Canadá, China, Irlanda e Índia.

<sup>134</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 11 out. 2007, p. 31.

<sup>135</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 11 out. 2007, p. 31.

<sup>136</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 set. 2009, p. 20.

<sup>137</sup> SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa. **Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo – Amazonas**. Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

Raymond Williams contribui para essa discussão, pois a ideologia não deve ser vista como um conjunto abstrato e imposto de forma manipuladora sobre uma sociedade, mas como uma construção mais complexa, vinculada a formações sociais reais. A hegemonia, segundo Williams, vai além do controle político ou econômico: ela é continuamente construída e negociada por meio de processos ideológicos e culturais.

Suas estruturas não são únicas, mas precisam ser renovadas, recriadas e defendidas constantemente. A promessa de exploração em Juruti não apenas revela as implicações econômicas e ambientais, mas também expõe como essas práticas são legitimadas e sustentadas por discursos hegemônicos que objetificam territórios e populações, naturalizando a lógica de exploração como parte de um desenvolvimento aparentemente inquestionável<sup>138</sup>.

O olhar da imprensa sobre a atuação da Alcoa no Lago Juruti Velho reflete uma visão predominantemente favorável aos grandes projetos. Por exemplo, as matérias mostram que a Alcoa investiu bilhões no Brasil, destacando a mina de bauxita em Juruti como um grande projeto de desenvolvimento.

O presidente da Alcoa, Franklin Feder, afirma que a empresa está gerando milhares de empregos e trazendo benefícios econômicos para a região, mas o discurso não questiona as condições de vida da população local, que sofre com o crescimento desordenado e a falta de infraestrutura para lidar com as mudanças causadas pela chegada da empresa.

Além disso, o tratamento dado aos "desafios fundiários" em Juruti, que são tratados como algo "normal", revela uma visão que minimiza as tensões sociais geradas pela disputa por terras e pelos impactos da mineração.

Sob essa perspectiva, a imprensa pode funcionar como um instrumento de legitimação do capital, ao promover os interesses das grandes corporações, como a Alcoa, sem questionar as desigualdades e as injustiças geradas pela exploração. Em Juruti, a promessa de riqueza e prosperidade, que a imprensa repete em suas matérias, é questionável diante dos problemas estruturais e das dificuldades enfrentadas pela população que, em grande parte, não consegue usufruir dos benefícios prometidos.

Nesse cenário, as mulheres rurais tornam-se as vozes que nos fazem compreender as alterações no cotidiano e no trabalho, trazendo uma nova perspectiva para se explorar

---

<sup>138</sup> WILLIAMS, Raymond. **Base e Superestrutura na teoria da cultura marxista**. In: *Cultura e Materialismo*. Tradução de André Glaser. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 3 de novembro de 2011, p. 54.

as dinâmicas sociais que foram marginalizadas nos debates sobre grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia.

## **2.2. A implantação da Alcoa e os impactos socioambientais no contexto de vida das trabalhadoras rurais no Lago Juruti Velho**

Agora o foco será nas trajetórias de mulheres com idades entre 30 e 60 anos, cujas entrevistas, realizadas em 2019 e 2020, abordam os impactos socioambientais causados pela chegada da mineradora Alcoa. A delimitação temporal abrange o período de 2000 e 2009.

Essas mulheres, no qual atribuíamos a elas principal fonte, pois sendo guardiãs da memória local, carregam, por meio de suas vivências, as histórias e transformações das comunidades rurais da região. Com base na metodologia da história oral, este trabalho busca resgatar suas narrativas, oferecendo uma perspectiva subjetiva das experiências de trabalhadoras sobre as mudanças sociais, ambientais e econômicas que impactaram suas vidas.

O problema central é entender como as transformações socioambientais promovidas pela mineração alteraram a vida das mulheres nas comunidades tradicionais de Juruti Velho. Antes da chegada da Alcoa, a vida era centrada na agricultura de subsistência, pesca artesanal, caça e em uma relação simbólica e funcional com o meio ambiente.

Através das entrevistas com moradoras de diversas comunidades, como Monte Sinai Católico, Bom Jesus, Prudente, Macaiane e Santo Antônio-Ingria, é possível entender a complexidade dessas vivências. Suas histórias revelam uma luta constante pela terra, água, preservação ambiental e pela garantia de direitos em um cenário de mudanças profundas.

Seja na produção agrícola, na defesa de seus costumes ou na participação em associações comunitárias, elas constroem e reconstróem a memória coletiva. As experiências compartilhadas neste capítulo demonstram que, mesmo diante das adversidades, as mulheres de Juruti Velho continuam lutando para preservar suas tradições, proteger o meio ambiente e garantir um futuro mais digno para suas comunidades.

Podemos começar apresentando a agricultora aposentada Cenira de Souza Camarão, de 64 anos de idade, nasceu na comunidade de Maravilha onde iniciou sua vida

no trabalho rural, dedicando-se à roça, criação de galinhas e produção de farinha para sustentar a família. Aos 30 anos, estabeleceu-se na comunidade Prudente onde constituiu família e reforçou seus laços com a terra. Durante as décadas que viveu em Prudente, Cenira testemunhou mudanças significativas no modo de vida da comunidade, especialmente com a chegada da Alcoa, que alterou dinâmicas locais. Ela é ativa na organização comunitária, integrando a ACORJUVE para defender os interesses dos moradores frente às mudanças trazidas pela empresa.

Crisvalda Batista nasceu e cresceu em Juruti Velho, mantendo, desde a juventude, uma relação estreita com o trabalho agrícola e o cotidiano da comunidade. Em suas memórias, descreve um ambiente de fartura, com pesca, cultivo e laços sociais intensos, que moldavam a vida local. Entretanto, com o passar dos anos, ela observa que a chegada do empreendimento trouxe alterações que exigiram organização e resistência dos moradores<sup>139</sup>.

Devani Alves de Souza e Souza, de 40 anos, mora na comunidade de Bom Jesus, onde equilibra a vida como pescadora e mãe de quatro filhos. Associada à Colônia de Pescadores há mais de 16 anos, ela enfrenta desafios frequentes relacionados à pesca, que variam conforme as estações do ano e os métodos empregados. O cotidiano de Devani reflete as dificuldades de manutenção de atividades tradicionais diante de mudanças no contexto econômico e social da região. Sua vivência demonstra a complexidade da subsistência em comunidades como Bom Jesus, onde práticas antigas se entrelaçam com novas realidades<sup>140</sup>.

Sandra Alves da Silva, com 38 anos, também residente em Bom Jesus, divide seu tempo entre a agricultura de subsistência e as celebrações religiosas locais. Apesar dos desafios enfrentados pela comunidade, como a crescente dificuldade no cultivo e na pesca, Sandra valoriza a manutenção das tradições, representada pela festa anual que ocorre em agosto do Bom Jesus. Este evento, apoiado por esforços comunitários, simboliza a força dos valores transmitidos por gerações.

---

<sup>139</sup> Ela não mencionou sua idade. Juntamente com outros membros da comunidade, ela foi uma das sócia-fundadora da ACORJUVE.

<sup>140</sup> Devani compartilha que a pesca varia entre os períodos de verão e inverno, usando diferentes métodos, como malha fina, anzóis e trapoleiras. Ela pesca principalmente tucunaré e, ocasionalmente, vende peixe, mas de maneira limitada. Sua venda é voltada mais para a comunidade, com cerca de 20 quilos de peixe vendidos por mês, e não para mercados maiores. Com a chegada da Alcoa, ela observa mudanças significativas em sua prática tradicional. Os recursos como castanha, madeira e outros insumos ficaram muito mais caros e difíceis de encontrar. A caça, que antes era comum e essencial para a subsistência, tornou-se rara.

Idaliana Silva de Souza, de 48 anos, vive na comunidade de Macaiane, onde trabalha no cultivo da mandioca e na produção de alimentos tradicionais como farinha e tapioca. Desde a infância, aprendeu as técnicas da agricultura, que sustentaram sua família por décadas. Idaliana ressalta as dificuldades de comercialização da farinha, desvalorizada no mercado, o que limita as possibilidades de renda para os produtores. Embora Macaiane esteja afastada das áreas diretamente impactadas pela mineração, ela reconhece mudanças nos entornos, frequentemente mencionadas por comunidades vizinhas<sup>141</sup>.

Rosileia Tavares de Souza, de 42 anos, vive na comunidade Santo Antônio-Ingria, onde atua na produção de farinha. Seu trabalho, iniciado há 11 anos, é complementado por programas sociais como o Bolsa Família que ajudam no sustento de sua família. Rosileia relata dificuldades crescentes, como a redução de repasses de apoio dos *royalties* e a precariedade dos serviços básicos em sua comunidade. Sua preocupação com o futuro dos filhos, especialmente no acesso à educação, evidencia as limitações enfrentadas por famílias rurais em regiões menos assistidas.<sup>142</sup>

Rosinete Prata, de 39 anos, nasceu e permanece na comunidade Monte Sinai Católico. Seu cotidiano é moldado pelas práticas agrícolas tradicionais, mas também pelos desafios impostos pelas mudanças. Rosinete se engaja ativamente nas associações locais, buscando mediar melhorias para a comunidade, como manutenção de estradas e condições de vida mais dignas.

A realidade vivida pelas moradoras do Lago reflete, em muitos aspectos, as tensões e desafios mais amplos enfrentados pelas comunidades tradicionais na Amazônia. Enquanto resistem para preservar seus modos de vida e buscar melhorias para suas condições de existência, essas comunidades se deparam com um cenário moldado por

---

<sup>141</sup> Idaliana menciona que, no passado, já conseguiu vender farinha a preços significativamente melhores, como R\$ 300,00 o saco, mas atualmente, o valor caiu para R\$ 40,00, tornando inviável a comercialização. Para ela, essa desvalorização reflete a falta de apoio e valorização do trabalho rural. Ela relata também a dificuldade de negociação com intermediários (os marreteiros), que pagam preços baixos pelos produtos, mesmo sabendo que os revenderão por valores mais altos em outros mercados. Embora more em Macaiane, uma comunidade distante da microzona de mineração, Idaliana observa os impactos da presença da Alcoa através de relatos de conhecidos em comunidades próximas, como Caapiranga. Ela descreve que esses locais sofrem com problemas como poluição, redução da qualidade da água e impactos na pesca, além de promessas de melhorias feitas pela empresa que, segundo ela, não foram cumpridas.

<sup>142</sup> Segundo a entrevistada, apesar de sua dedicação ao trabalho, enfrenta desafios financeiros. A redução do repasse da Alcoa, que antes era de R\$ 600 e passou a R\$ 200, afeta ainda mais a estabilidade econômica da sua família, especialmente em uma comunidade que sofre com precariedades como falta de energia e água. Ela menciona as dificuldades que surgem ao tentar reivindicar melhorias: abaixo-assinados não são atendidos, e as promessas de políticos muitas vezes ficam restritas ao período eleitoral.

políticas públicas que, historicamente, têm desconsiderado as especificidades culturais, sociais e ambientais da região.

A reflexão sobre as políticas públicas voltadas à Amazônia ao longo das últimas décadas revela profundas contradições e equívocos que têm moldado o futuro dessa região de maneira preocupante. Conforme disserta Violeta Refkalefsky Loureiro, o que prevalece é a lógica que enxerga a floresta não como um elemento para o equilíbrio ambiental e para as comunidades que dela coexistem, mas como um entrave ao desenvolvimento ou como um recurso inesgotável a ser explorado<sup>143</sup>.

Entre os erros mais graves das políticas de planejamento regional está o tratamento uniforme dos ecossistemas amazônicos. Loureiro aponta que a exploração econômica tem sido feita de forma indiferente sobre áreas de floresta densa, manguezais, encostas e nascentes, promovendo uma devastação acelerada. Dados alarmantes mostram que, em apenas 30 anos, 14% da floresta foi destruída, proporção muito superior aos 2% registrados em quase cinco séculos anteriores. Das atividades predatórias as principais são a mineração, pecuária e exploração madeireira.

Além disso, Loureiro critica a falsa oposição entre desenvolvimento e preservação ambiental, tão presente nos planos governamentais. Em vez de adotar práticas sustentáveis que considerem a Amazônia uma aliada no processo de desenvolvimento, as políticas têm favorecido modelos econômicos imediatistas, que ignoram os limites naturais da região e os impactos irreversíveis das ações humanas.

Para Loureiro, preconceitos históricos e estruturais têm moldado as políticas públicas na Amazônia, perpetuando a exclusão de populações indígenas, negras e tradicionais. As comunidades são vistas, nos planos federais, como ocupantes de vastas terras de forma "improdutiva" e incompatível com a lógica da economia moderna. Além disso, são retratadas como portadoras de uma cultura inferior, primitiva e sem relevância para o processo de desenvolvimento.

Esse olhar preconceituoso resulta na "invisibilidade" desses grupos nas políticas públicas, tanto no passado quanto no presente. Ao perderem suas terras, identidades e modos de vida tradicionais, muitos acabam sendo forçados a se engajar em atividades predatórias, como garimpo e exploração madeireira, que contradizem sua relação original com a floresta.

---

<sup>143</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, 2002.

As reflexões de Loureiro sobre os preconceitos relacionados às populações tradicionais da Amazônia oferecem importantes contribuições para a compreensão dos impactos socioambientais causados pela presença da Alcoa em Juruti, especialmente no que tange às experiências das mulheres das comunidades tradicionais do Lago de Juruti Velho.

À medida em que perdem acesso a terras, modos de vida e práticas tradicionais, essas mulheres enfrentam um duplo impacto: a desestruturação de seu papel na dinâmica comunitária e a imposição de uma lógica econômica que não considera seus saberes e vivências<sup>144</sup>.

Sim, ficou difícil, como bem, a castanha, a castanha pra gente comprar é difícil. Já, paneiro, cipó assim já muito difícil pra gente comprar, se tornou mais caro, porque lá pros lugares onde eles tiravam foi lá que foi atingido pela mineradora, aí ficou muito difícil mesmo, castanha ficou muito difícil. Madeira também ficou caríssima a madeira, por isso que muitas pessoas, a gente consegue fazer um pouco da casa da gente com madeira, mas tá muito caro, é 60,00 reais a dúzia da madeira de ferro, e olha esses esteios, por isso que muitas pessoas eles preferem fazer de alvenaria né, do que de madeira que tá muito caro. Casco não se encontra mais barato, só a partir de 800,00 a 1000,00 reais. Um casquinho pra pescaria. Bote também a partir de 1200,00 daí pra frente. Nós temos até aquele nosso grande que tá ali em terra, ele custa 1500,00. A madeira de taúba né, mas agora gente puxo aqui pra terra teve que colocar a palafita, já tava tomando bastante água, teve que colocar outra palafita nele de novo. Mas assim, na verdade, em muitas coisas a gente viu a diferença, que mudaram. Caça, como bem, caça assim os filhos da gente, eles no futuro não têm experiência com caça quase, às vezes eles nem sabe como é né, a paca, o veado é muito difícil já, o jabuti<sup>145</sup>.

A narrativa de Devani Alves de S. Souza ilustra, como impacto desestruturante da mineração sobre as comunidades tradicionais amazônicas. O aumento do preço de produtos como madeira e castanha não é apenas um dado econômico: é um indicativo de como essa fonte de vida e sustento, antes acessíveis e fundamentais para a subsistência e acesso à moradia, se tornam inacessíveis diante da exploração intensiva. A dificuldade em adquirir paneiros, cipós e madeira para construção reflete a interrupção do fluxo tradicional de uso sustentável dos bens florestais, que há décadas sustentava essas comunidades.

Nesse cenário, a substituição de casas de madeira por construções de alvenaria não se dá por escolha, mas pela imposição de uma nova realidade que privilegia materiais industrializados.

---

<sup>144</sup> LOUREIRO, *op. cit.*, p. 114.

<sup>145</sup> SOUZA, Devani Alves de S. Comunidade Bom Jesus, 23 jul. 2019. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

A diminuição da caça, que antes garantia não apenas alimento, mas também a transmissão de saberes intergeracionais, demonstra o quanto as atividades predatórias desorganizam os ecossistemas. A ausência de espécies como a paca, o veado e o jabuti revelam o impacto na reprodução das práticas culturais. A perda desse vínculo entre a comunidade e a natureza rompe o ciclo de aprendizado e pertencimento, deixando os jovens desconectados de tradições que sustentaram seus antepassados.

Outro ponto significativo é a transformação nos custos e na disponibilidade de itens essenciais para a pesca, como barcos e cascos. Esses elementos não apenas representam ferramentas de trabalho, mas também símbolos da relação dessas comunidades com os rios que atravessam seus territórios. O aumento dos preços demonstra como a pressão econômica se estende a todas as dimensões da vida, restringindo o acesso a bens comuns que antes estavam integralmente inseridos no cotidiano dessas populações.

A narrativa de Devani, quando analisada sob uma perspectiva historiográfica, permite compreender as camadas de opressão que emergem no contexto da mineração. A lógica racionalista que prioriza a exploração de bens naturais em larga escala compromete profundamente a sustentabilidade ambiental e social. Trata-se de um processo de marginalização que desconsidera a autonomia dessas comunidades e as coloca à mercê de um modelo de desenvolvimento excludente e destrutivo.

O testemunho de Devani, transcende o individual para representar o coletivo de resistência e denúncia diante da devastação de territórios e saberes ancestrais.

É, pra consumo próprio, era caça que ajudava muito as famílias tradicionais mais antiga de que a gente né, meu pai, minha mãe eles contavam que na época deles foram criados principalmente mais com caça. Frutas, era açaí, era bacaba com facilidade, a castanha né, hoje em dia é muito difícil já. Já outras frutas, outras frutas já vêm já da cidade pra gente comprar né, a gente vai lá em Juruti Novo e compra um abacate, compra um castanha mesmo, compra uma batata, até porque as terras da gente por aqui não oferecem também, é qualidade assim, a gente planta uma planta, como bem, a banana ela não chega até um certo porte se a gente não tiver a técnica a gente não consegue a bananeira <sup>146</sup>.

Ela descreve a ruptura de um modo de vida que era baseado na caça e no aproveitamento das frutas e plantas da floresta, como o açaí, bacaba e castanha, que sustentou seus pais e famílias mais antigas. Essas práticas, que antes garantiam a subsistência e estavam ligadas ao cotidiano das famílias, tornaram-se quase inviáveis.

Outro aspecto importante é que as mulheres das comunidades precisam se deslocar até a cidade de Juruti para adquirir produtos básicos como castanhas, batatas e

---

<sup>146</sup> SOUZA, Devani, *idem*.

frutas que antes eram colhidos diretamente em seus quintais. Esse deslocamento não só aumenta os custos de vida como também simboliza uma perda de autonomia, já que a população passa a depender de mercados da cidade para se alimentar.

Então, mesmo que haja um discurso de "desenvolvimento sustentável" amplamente utilizado pela empresa por meio da imprensa, ele tende a priorizar o "natural", o físico e os ditos recursos naturais, sem considerar as relações sociais e humanas que sustentam a vida das famílias tradicionais que Devani bem enfatiza na sua fala. Como aponta Mariana Baptista:

Qualquer ideal de sustentabilidade só faz sentido se levar em consideração a capacidade de uso e de resiliência da natureza, sua agrobiodiversidade e o reconhecimento do imprescindível papel do homem na garantia dessas condições<sup>147</sup>.

Isso implica em romper com a ideia de "santuário verde", que separa homens e mulheres do meio ambiente, e compreender que a preservação deve incorporar as pessoas, suas práticas e suas histórias.

Antes quando começou era muito bom. Quando ela começou a entrar era muito bom. Lá na base onde é agora, tinha uma enfermagem se triscava no dedo da gente, a gente corria lá e eles atendia. Se uma pessoa tava com ferimento a gente ia lá e era atendido. Quando minha filha adoeceu aqui e fui muito atendida com eles, muito mesmo. Aí depois com um ano ou dois anos aí foi mudando, foi mudando a diferença. Tiraram o hospital aí da base e as coisas foi mudando, ficou diferente. Aí foi pra conseguir mana, foi pra parecer essa manifestação, foi por isso. Foi uma maravilha quando eles vieram, como eu tô te dizendo, se tu ias lá e tinha uma dor de cabeça "mas vai lá que eles vão te atender" tinha enfermagem lá era uma maravilha, atendiam na hora. Se fosse pra levar pra Juruti, levavam. Se fosse pra Santarém, levavam. Mas depois com três anos o fogo foi apagando e já foi boiando pra outra coisa. Olha, as promessas dela era que tivesse um hospital, era que tivesse uma coisa boa, era que tivesse uma enfermagem no Prudente, era que eles iam fazer bilhar<sup>148</sup>.

A narrativa de Cenira Di Souza Camarão revela uma estratégia recorrente em projetos capitalistas de grande escala: a utilização de políticas assistencialistas como instrumento de legitimação e pacificação social. O suporte médico oferecido pela Alcoa, no início de sua atuação, simbolizava mais do que uma promessa de progresso; era um mecanismo para consolidar o consentimento das comunidades impactadas, promovendo uma ideia de desenvolvimento alinhada aos interesses da empresa. Essa prática, típica de grandes corporações, visa criar uma dependência inicial enquanto minimiza tensões

<sup>147</sup> BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. **O Estado plurinacional e comunitário na Bolívia**: as lutas populares e o bem viver a partir de El Alto. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2019, p. 145.

<sup>148</sup> CAMARÃO, Cenira diSouza. Comunidade Prudente, 19 jan. 2020. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

sociais e facilita a implantação de empreendimentos que reconfiguram profundamente as relações territoriais e de produção.

No entanto, o desmonte progressivo desses serviços, como a não construção do hospital prometido, evidencia os limites estruturais e contraditórios do assistencialismo. Em vez de promover transformações que empoderem as comunidades e assegurem autonomia, essas ações reforçam uma relação hierárquica, em que a empresa se coloca como benfeitora, mas retira o suporte quando o projeto já está consolidado. O sentimento de abandono e desconfiança narrado por Cenira mostra como esse modelo utiliza as necessidades urgentes da população para viabilizar o acúmulo de capital, deixando as contradições sociais ainda mais acentuadas após a retirada da assistência.

Além disso, a questão da saúde pública exemplifica uma dinâmica mais ampla de transferência de responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. No início, a Alcoa substituiu o papel do poder público ao prover assistência médica, criando a ilusão de que sua presença atenderia às demandas sociais da região. Contudo, essa atuação temporária ocultou a ausência de políticas públicas consistentes e sustentáveis.

Pra ver que logo que ela entrou deu trabalho até pra “piu-piu”, era mulher, era criança, pra homem era do tipo que quisesse. Trabalhavam em muita coisa lá eles davam trabalha lá. Pros homens era de roçar, era zeladoria e muita coisa... Aí depois elas foram alimpando. Não deram mais trabalho, não deram mais trabalho. Foram jogando os homens, foram jogando as mulheres <sup>149</sup>.

Cenira também expõe as contradições inerentes ao modo de produção capitalista em sua relação com as populações locais. Inicialmente, essas comunidades foram incorporadas ao projeto da Alcoa como uma fonte de força de trabalho barata, explorada para atender às demandas da empresa no estágio inicial de implantação.

A diversificação de empregos, como serviços de roçagem, zeladoria e outras atividades de caráter precário, gerou uma euforia momentânea, alimentando a ilusão de integração. No entanto, o tempo revelou que: com a consolidação da estrutura, os postos de trabalho diminuíram drasticamente, e os trabalhadores rurais, especialmente as mulheres, foram relegados à exclusão.

Ao cotejar essa experiência com a notícia do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, publicada em setembro de 2005, observa-se uma clara contradição ideológica. Enquanto o jornal exaltava o investimento de US\$ 1,6 bilhão pela Alcoa e prometia a criação de 6,5 mil empregos diretos em Juruti.

---

<sup>149</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

O discurso serviu como ferramenta para legitimar o avanço do capital, mascarando o processo de apropriação e a exploração da força de trabalho, enquanto as comunidades locais, na prática, arcavam com os custos dessa acumulação.

No caso, ofereceram para população local para serviços básicos foi substituída por uma redução gradual de postos de trabalho, demonstrando que o compromisso com as comunidades se esgotava após a fase inicial de instalação do projeto.

A guardiã ressalta como essa redução de empregos impactou diretamente as mulheres, que foram as primeiras a serem excluídas das oportunidades. Isso reflete um padrão de gênero recorrente na exploração de mão de obra em grandes empreendimentos: as mulheres são, muitas vezes, incluídas de forma periférica e temporária, enquanto os homens ocupam os poucos postos que permanecem disponíveis com o tempo.

Antes era muito bom aqui, quando me entendi nesse mundo Juruti Velho era terra da fartura, muito peixe, muita caça, eu ainda vi muita fartura aqui nesse rio. Hoje em dia minha irmã, a gente não vê nada você anda aí nesse rio você pra encontrar um peixe pra você se alimentar é a coisa mais difícil. A gente tá sofrendo necessidade, a gente sofre fome muita fome tá aqui com nós, não só aqui nessa comunidade, mas aqui nessa região né, muita fome, muita falta de alimento. Caça não se vê é muito difícil, é muito difícil você comer uma carne de caça, muito difícil você pegar um peixe pra você comer você anda aí é difícil encontrar. Antes era muito bom, mas depois que essa empresa entrou aí, eu acho que foi uma coisa muito ridícula que afastou cada vez mais. Prejudica a água, o que eles dizem é que não prejudica, mas prejudica a água, dá muito inseto como já tem como comunidade aí que não podem dormir com tanto carapanã a noite, as comunidades vizinhas aqui em Prudente lá passam a noite toda sem poder dormir com tanto carapanã. No verão há muita perseguição de meruim, muito muito que antes você dormia a noite nesse... por baixo das ramas que eu me lembro bem na época do meu pai quando era muito quente ‘umbora’ dormir debaixo da rãmera que tá bonito muito a noite muito linda aí a gente vai pra lá” a gente dormia sem menor preocupação <sup>150</sup>.

Os relatos de Crisvalda trazem uma perspectiva singular de suas experiências sobre os impactos sociais e ambientais vividos pelas comunidades após a chegada da Alcoa. Sua narrativa, semelhante à de outras mulheres da região, mostra como a presença da mineradora transformou as dinâmicas cotidianas e as condições de vida de quem vive próximo às áreas de exploração.

Crisvalda menciona que, antes da chegada, o ambiente ao redor oferecia segurança, sustento e harmonia. As comunidades tinham uma relação direta e equilibrada com a terra, a água e a natureza, que serviam como base para sua reprodução social. Com a chegada da mineradora, essa relação foi abalada, resultando na perda de espaços essenciais para atividades como a pesca, a agricultura e a caça. Essa mudança não apenas

---

<sup>150</sup> LOPES, Crisvalda Batista. Comunidade Prudente, 19 jan. 2020. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

impactou a alimentação, mas também desestruturou os laços que conectavam as pessoas ao seu território.

Com o desmatamento e a abertura de grandes áreas para a exploração, trouxe, segundo Crisvalda, um sentimento de desamparo. A presença constante de poeira, o barulho das máquinas e o risco de acidentes nas proximidades das operações mudaram completamente seu cotidiano. Caminhar em áreas que antes eram seguras e familiares passou a ser perigoso, com buracos e lama que dificultam a mobilidade.

A fala de Cenira também aborda a questão do barulho gerado pelas operações da mineradora. Ela reconhece que, embora sua comunidade não seja tão afetada diretamente pelo ruído constante, a situação é mais intensa em Prudente, onde as operações estão mais próximas “porque assim, vamo supor assim, antes logo que começou uns meses ou dois meses, porque nós fica mais pra cá, onde eles recebem mais barulho é lá na comunidade (Prudente)”<sup>151</sup>, relata Cenira.

Ela menciona especificamente os barulhos esporádicos de máquinas e do trem, reconhecendo que, na sua experiência, esses sons não são constantes: “tem vezes que tem uma máquina que ela barulha alto assim, mas não é também todo dia, acho que é um motor de puxar água não sei o que é que barulho pra lá”<sup>152</sup>. No entanto, ao mesmo tempo que minimiza o incômodo, suas palavras revelam como o barulho se tornou um elemento novo e invasivo.

Crisvalda remonta um tempo em que para ela simbolizava fartura: "Antes era muito bom aqui, quando me entendi nesse mundo Juruti Velho era terra da fartura, muito peixe, muita caça, eu ainda vi muita fartura aqui nesse rio". Sua memória nos fala da abundância de bens comuns que, no passado, sustentavam as famílias locais. Ela lamenta a dificuldade crescente em encontrar peixe e caça, práticas essenciais à alimentação e à cultura das comunidades: "Hoje em dia, minha irmã, a gente não vê nada [...] caça não se vê, é muito difícil, é muito difícil você comer uma carne de caça"<sup>153</sup>.

Esse declínio não é percebido apenas como uma mudança material, mas também como uma ruptura nos costumes e na própria segurança alimentar na reprodução da vida dessas mulheres. A caça, que antes era uma prática regular para o sustento das famílias, tornou-se quase inviável, forçando as comunidades a buscarem alimentos industrializados.

---

<sup>151</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

<sup>152</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

<sup>153</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

Devani reforça que a relação entre as famílias e bens locais no passado, da abundância de frutas, castanhas e caça como pilares da subsistência tradicional: "Era caça que ajudava muito as famílias tradicionais mais antigas [...] frutas, né, era açaí, era bacaba com facilidade, a castanha." No entanto, ela também menciona como essas práticas foram se perdendo, obrigando as comunidades a dependerem cada vez mais de produtos comprados em mercados urbanos: "Hoje em dia é muito difícil já, já outras frutas [...] vêm já da cidade pra gente comprar."

Silva e Silva destacam que a expropriação dos trabalhadores e das comunidades tradicionais dos seus meios de produção é uma característica intrínseca ao capitalismo. O movimento dos megaprojetos, em nome do progresso e da acumulação, está diretamente relacionado à subordinação dessas comunidades à lógica capitalista<sup>154</sup>.

No caso de Juruti, os relatos de Crisvalda, Devani e Cenira revelam como a transformação da natureza em mercadoria, impulsionada pela mineração, resulta em uma contínua expropriação de terras impactando diretamente a estrutura social das comunidades. Como afirmam as autoras, essa dinâmica é acompanhada por uma intensificação dos conflitos socioambientais, com a tensão entre a exploração e os modos de vida sustentados pelas comunidades tradicionais.

Nesse contexto, a busca incessante pela acumulação não só transforma a natureza, mas também ameaça a própria estrutura de vida das comunidades, resultando em um processo de destruição das formas de vida tradicionais.

Pensando em questões tão urgentes quanto essa que Jean Chesneaux nos convida a pensar na história natural como parte inseparável da história social. Para ele não se trata apenas de estudar a natureza em si, mas de compreender como ela é transformada pelas ações humanas ao longo do tempo. Nesse sentido, a história natural é também política, porque revela as contradições geradas pelo sistema capitalista e as lutas sociais que dele decorrem, especialmente quando pensamos nos movimentos ecológicos. Esses movimentos questionam diretamente a lógica da exploração desenfreada, expondo os limites de um modelo que subordina a natureza às exigências do lucro<sup>155</sup>.

Chesneaux faz uma reflexão sobre as mudanças no modo como os recursos são percebidos no capitalismo. Durante o período de Marx e Engels, os recursos naturais, energéticos, industriais e alimentares, eram vistos como uma base praticamente ilimitada

---

<sup>154</sup> SILVA; SILVA, *op. cit.*

<sup>155</sup> CHESNAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre história e os historiadores. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 136.

à disposição da produção humana, compondo o alicerce das forças produtivas. Essa visão, influenciada pelo otimismo iluminista, acreditava no progresso contínuo da humanidade, desde que houvesse o domínio da natureza.

No entanto, vivemos hoje uma fase qualitativamente nova do capitalismo. Essa nova etapa é marcada por uma contradição: de um lado, a busca incessante pelo crescimento do capital e sua reprodução ampliada; de outro, os limites finitos dos recursos que a natureza pode oferecer. Essa contradição, que Marx e Engels não puderam analisar profundamente, emerge agora como um dos aspectos centrais do desenvolvimento capitalista contemporâneo, já que a destruição ambiental deixou de ser um fenômeno localizado e tornou-se global e estrutural.

O historiador defende a necessidade de repensar a relação entre a evolução das forças produtivas e a organização social, propondo um controle seletivo do crescimento produtivo. Esse controle, ao contrário do "crescimento zero" defendido por alguns tecnocratas, busca conciliar o desenvolvimento com a justiça social, evitando a perpetuação das desigualdades entre classes sociais e povos. A ideia de um "controle seletivo" revela que não é o fim do crescimento, mas sim a regulação desse crescimento para que ele aconteça de forma a respeitar os limites ecológicos e sociais, atendendo aos imperativos da sociedade<sup>156</sup>.

A contradição do capitalismo se reflete diretamente nas questões ecológicas: a oposição entre países "desenvolvidos" e países dependentes. Ele observa que, enquanto no Ocidente a crise ecológica já abalou as estruturas da sociedade, nos países do "Terceiro Mundo", essa crise ainda não é plenamente vivenciada pelas massas, que estão imersas na luta pela sobrevivência diária, marcada pela fome e pela carência. Nos novos Estados, mesmo que se tenha uma liderança íntegra e preocupada com o bem-estar de sua população, é quase impossível medir os efeitos a longo prazo de um progresso industrial descontrolado, que destrói o meio ambiente em troca de benefícios imediatos, como aumento da produtividade e criação de empregos.

A margem "pobre" do Mediterrâneo, a do Sul, está ainda mais poluída que a margem "rica" pelos detritos da indústria, das grandes cidades e dos petroleiros. No quadro do capitalismo, não há solução planetária para esse mal planetário que é a falência ecológica. Aqui, mais do que nunca, povos que exploram outros povos não podem se tornar livres, senhores de suas relações com a natureza<sup>157</sup>.

---

<sup>156</sup> *Ibid.*, *passim*.

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 137.

A crise ecológica que começa a se manifestar em lugares como Juruti reflete um problema maior, global, que Chesneaux identifica como a falência ecológica no sistema capitalista. Em um mundo onde países que exploram, outros não têm liberdade para controlar suas próprias relações com a natureza, e a solução para essa crise ecológica permanece distante.

Chesneaux defende a tomada de consciência ecológica está profundamente vinculada a uma relação combativa com o passado, fundamentada nas memórias de tempos em que os bens comuns eram abundantes e respeitados. Ele destaca que essa consciência não se limita ao presente, mas carrega a pergunta: "que terra deixaremos para os nossos filhos?". Essa perspectiva histórica contrasta com a lógica capitalista, que exalta um presente desconectado das dimensões temporal e ambiental<sup>158</sup>.

Nas falas das guardiãs do Lago de Juruti Velho, essas ideias ganham forma concreta. Elas recordam o período anterior à chegada da mineradora, quando os rios e lagos eram ricos em peixes, a terra oferecia alimentos diversos e as práticas de cuidado com o ambiente garantiam a continuidade da vida. Essas lembranças se misturam com saberes práticos, como o uso de plantas medicinais, a preparação de alimentos e o manejo sustentável do espaço doméstico, que resistem às "falsas necessidades" impostas pela modernidade.

Além disso, as guardiãs reforçam que essas memórias não pertencem apenas ao passado; elas atuam como um alerta para o futuro. Ao questionarem o legado que será deixado para as próximas gerações, suas falas ecoam o que Chesneaux descreve como a historicidade da humanidade em face da "vacuidade histórica" do capitalismo. Suas vozes, enraizadas em experiências vividas, confrontam diretamente o modelo de exploração predatório e reafirmam a importância de preservar o meio ambiente e os modos de vida tradicionais.

Assim, as memórias e práticas dessas mulheres não apenas resgatam um tempo perdido, mas também denunciam os impactos da mineração e reivindicam um futuro em que a relação com a natureza seja orientada pela responsabilidade do uso da terra e da água.

Então eu acho que pela uma parte melhora nenhuma não tem pra gente aqui, dizer que a gente vai passar bem que a gente tá numa boa porque a Alcoa tá aqui tá dando maior assistência, NÃO! Não tá acontecendo isso, e eles colocam como muitas vezes eu escuto na Rádio Sucesso de Itacoatiara as mentiras deles

---

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 137.

nos jornais que estão fazendo nas comunidades, mas infelizmente isso é mentira <sup>159</sup>.

A fala de Crisvalda expressa de forma contundente que a presença da empresa não trouxe os benefícios prometidos. Suas palavras revelam um descompasso entre o discurso amplamente difundido pelos meios de comunicação e a realidade vivida pelos moradores.

Ela refuta a imagem de que a mineradora promoveu melhorias significativas para a comunidade. Sua afirmação explicita a frustração diante das expectativas criadas pelas promessas da empresa, de assistência e qualidade de vida.

A fala dela nos reafirma que a propaganda pode funcionar como um instrumento de poder, manipulando a percepção pública e silenciando as vozes. Ao construir uma imagem de desenvolvimento e assistência, a empresa não apenas se protege de críticas externas, mas também dificulta que as demandas das comunidades ganhem visibilidade e legitimidade. Essa estratégia, muitas vezes, coloca os moradores em uma posição de descrédito, tornando ainda mais desafiadora a luta por direitos e reparações.

Ao criticar diretamente a "Rádio Sucesso de Itacoatiara" e os jornais que, segundo ela, veiculam informações enganosas sobre as ações da Alcoa: "Eu escuto as mentiras deles nos jornais que estão fazendo nas comunidades". A memória da guardiã reflete diretamente a questão levantada por Márcio Souza sobre a manipulação discursiva em torno da Amazônia. Souza argumenta que, ao se afastar das narrativas locais e críticas, a publicidade e os noticiários, moldados pelos interesses econômicos, contribuem para a neutralização das vozes regionais e a esterilização das lutas da população amazônica <sup>160</sup>.

A percepção de Crisvalda que a propaganda não apenas desinforma, mas também atua como um instrumento de poder, moldando percepções públicas e obscurecendo os impactos negativos enfrentados pela população local. O "descompasso" mencionado por ela não é apenas um reflexo das promessas não cumpridas, mas parte de uma estratégia maior que, como Souza aponta, serve para silenciar resistências e legitimar intervenções econômicas na Amazônia sem considerar os projetos de sociedade e a visão crítica necessária para enfrentar essas contradições.

**Maiara:** Quais foram as principais dificuldades dos moradores após o funcionamento da empresa?

**Rosinete:** A dificuldade é que hoje o pessoal não tem trabalho, né, muitos trabalhavam porque vendiam castanha, tirava cipó e palha "praí" pra cima, agora eles não têm mais... essas frutas pra eles colherem para eles venderem, eles também, coitados, não tem estudo né aí não consegue. Aí eles ficam aí só na farinha, mas aí a farinha com o preço fica baixo. Eu acho que o maior é isso.

<sup>159</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>160</sup> SOUZA, Márcio. **Amazônia e modernidade**. Estudos Avançados, 2002, v. 16, n. 45.

**Maiara:** Isso se dá por que as áreas aí dentro os moradores não podem mais acessar?

**Rosinete:** Não mana, não pode. Porque até pra lá pra cima, aqueles que tão tirando terra eles (Alcoa) tão tirando fora né, mete o caminhão em cima vão jogando, e nem vão perguntando. Tinha lá no Quarenta e Sete jogaram toda aquela família que tava lá com todo bagulho, todas as plantas que tava, tudo jogaram fora.

**Maiara:** Aonde foi isso?

**Rosinete:** Aí no Quarenta e Sete da mina pra lá um pouco (apontou) porque eles vão minerar essa área. Aí expulsaram a família, muita família eles expulsaram de lá. Aí não tem trabalho, porque o único trabalho que tinha era lá pra plantar nessas que é massapé, terra massapé, não como essa daqui que é arreião. Aí quem pegou trabalho eles demitiram porque não tinha mais a coisa (profissionalização) pra eles trabalharem. Porque quando era ainda manual trabalharam, depois que foi só já na máquina não “tive” mais condições <sup>161</sup>.

A entrevista com Rosinete Prata fala de um sentimento de perda, mostrando como o trabalho está diretamente ligado à coleta, cultivo e transformação desses bens em produtos que podem ser usados pela comunidade ou comercializados.

Antes, as pessoas viviam do que o território oferecia: castanha, cipó, palha, frutas. Hoje, ela explica, não há mais acesso a esses bens. Além disso, a falta de estudo e oportunidades faz com que os moradores não consigam se adaptar a novas formas de trabalho. Como resultado, muitos acabam restritos à produção de farinha, que enfrenta o problema de preços baixos e não garante renda suficiente, e para ela esse é o maior impacto: “A farinha com o preço fica baixo. Eu acho que o maior é isso”.

Rosinete também revela conflitos e da perda do território, ela conta que algumas famílias foram expulsas de suas terras por causa da mineração. Essa violência mostra como o direito à terra é constantemente violado em nome da exploração. Terras férteis, que eram fundamentais para a agricultura e a vida dessas pessoas, deram lugar a áreas mineradas que não oferecem mais sustento.

Quando ela diz: “terra eles tão tirando fora né, mete o caminhão em cima vão jogando, e nem vão perguntando”, ela transmite o sentimento de impotência diante de uma força representada pela mineradora, que avança sem considerar as necessidades e direitos dos moradores locais.

A ausência de consulta ou negociação com as comunidades é algo que preocupa Rosinete, a desconsideração pela história e pela vida daqueles que habitavam aquelas terras. Ao apontar para um lugar “aí no Quarenta e Sete da mina pra lá um pouco... porque eles vão minerar essa área”, ela nos indica uma área específica que irá ser licenciada para minerar a bauxita. Com isso vem a mudança nas dinâmicas de trabalho dos agricultores

---

<sup>161</sup> PRATA, Rosinete. Comunidade Monte Sinai, 19 jan. 2020. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

e agricultoras: “o único trabalho que tinha era lá pra plantar nessas que é massapé, terra massapé, não como essa daqui que é arreião”.

A comparação entre as terras massapé e arreião diz respeito à qualidade do solo e sua capacidade de sustentar atividades agrícolas. A terra massapé<sup>162</sup>, mais fértil, permitia a prática agrícola de subsistência, enquanto a terra arreião, mais árida, não oferece as mesmas condições. A perda de uma forma de trabalho que estava intimamente ligada à terra e à produção local.

O sentimento de perda, que percorre o relato de Rosinete, também se conecta com uma crítica implícita ao modelo de desenvolvimento imposto pela mineração. A transformação da terra fértil, antes utilizada para atividades produtivas, em área de exploração mineral não só destrói os meios de subsistência, mas também reforça um modelo excludente, no qual os trabalhadores não têm espaço para se integrar.

Marilene Correia da Silva discute como a racionalização do mundo cria espaços e fluxos desterritorializados, onde pessoas e objetos são deslocados de seus contextos físicos e políticos tradicionais, reorganizando-se em redes globais influenciadas por dinâmicas transnacionais. No entanto, apesar desse processo, a dimensão local continua sendo importante, pois é nesse nível que ocorrem as interações sociais que filtram tanto as manifestações de resistência quanto de aceitação às mudanças impostas por essas lógicas globais. Dessa forma, o local emerge como um espaço central na mediação entre forças globais e práticas cotidianas<sup>163</sup>.

Apesar desse processo de desterritorialização, a organização local permanece. É nele que transformações globais se manifestam concretamente, tornando-se o espaço onde ocorre a socialização, ou seja, a assimilação e adaptação das normas, práticas e valores resultantes dessas mudanças.

Portanto, enquanto a racionalização do mundo conecta pessoas e objetos a fluxos desterritorializados e globais, o local mantém sua centralidade, pois é nele que essas forças externas são vividas, negociadas e enfrentadas.

Outro ponto diz respeito às promessas de emprego, amplamente divulgadas pela imprensa e outros canais de comunicação, mas que Rosinete critica em sua fala.

---

<sup>162</sup> O massapé é um solo muito fértil e, portanto, excelente para a prática da agricultura. O massapé tem em sua composição uma elevada presença de argila. Ele se forma através da decomposição do granito, em regiões tropicais que possuem estações seca e úmida bem definidas. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/geografia/massape.htm>

<sup>163</sup> SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

Inicialmente, quando o trabalho era manual, havia oportunidade para trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No entanto, com a mecanização das operações, a empresa passou a dispensar a mão de obra local. Rosinete relembra: “Quando era ainda manual trabalharam, depois que foi só já na máquina não tive mais condições.” Esse sentimento é compartilhado por Cenira, que também rememora a diminuição das oportunidades: “Trabalhavam em muita coisa lá, eles davam trabalho lá. Pros homens era de roçar, era zeladoria e muita coisa... Aí depois eles foram limpando. Não deram mais trabalho”<sup>164</sup>.

Rosinete explica a exclusão dos comunitários a partir de sua experiência e das mudanças trazidas pela mineração. Ela descreve como o trabalho manual, que antes incluía muitos moradores, foi substituído por processos mecanizados que exigiam habilidades ou conhecimentos diferentes daqueles que os trabalhadores locais possuíam. Complementando essa perspectiva, Sandra Alves da Silva <sup>165</sup>aponta que: "agora lá pra perto da Alcoa é mais difícil porque eles não deixaram nem mais as pessoas tirarem o cipó e nem plantar mais nada". Logo, conclui-se que a mineração não apenas alterou as relações de trabalho, mas também restringiu o acesso aos bens do território que sustentavam práticas e modos de vida, como o extrativismo e a agricultura.

Esse é reflexo de dinâmicas mais amplas do capitalismo, que, enquanto sistema totalizador, reconfigura todas as esferas da vida. Em seu contexto de crise estrutural, esse modelo intensifica uma crise ecológica sem precedentes, pois subordina a natureza à lógica do mercado, valorizando-a prioritariamente por seu valor de troca<sup>166</sup>.

O capitalismo contemporâneo tem sua dinâmica marcada pelo binômio exploração e expropriação, que impulsiona o capital a se apropriar de novos territórios. Esse processo é intensificado pela financeirização da natureza, como água, recursos do subsolo e até serviços ambientais, são transformados em mercadorias. Essa lógica é especialmente evidente nos países do sul global, onde a pilhagem desses bens cresce junto com a expansão da produção de *commodities* <sup>167</sup>.

**Maiara:** E qual a principal finalidade, nas suas palavras do movimento, da manifestação?

**Rosinete:** Era a negociação mesmo, que eles tinham que aceitar, porque eles não aceitavam pagar o dano que estavam causando, eles vinham pra cá vê a água e diziam que não estavam causando, eles iam pro lado de lá e diziam que não

<sup>164</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

<sup>165</sup> SILVA, Sandra Alves da. Comunidade Bom Jesus, 23 jul. 2019. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

<sup>166</sup> SILVA; SILVA, *op. cit.*, p. 195.

<sup>167</sup> SILVA; SILVA, *op. cit.*

tava causando e os moradores conhecem né, que já e de muito tempo, eles não que não estavam causando nada de dano. Quem mora aqui sabe que a água era desse jeito. A gente dormia bem, quando chega por aquelas horas (barulho), eles dizem que é normal, mas para aquele que mora aqui não é normal<sup>168</sup>.

Sob a lógica da financeirização da natureza, a água, que é essencial à vida e historicamente acessada de forma coletiva pelas comunidades, é impactada. As manifestações e negociações trazem consigo a de resistência e luta por reconhecimento dos danos causados pela mineração, em particular no que diz respeito à água.

A resposta de Rosinete expõe a discordância entre os relatos dos moradores e a postura da empresa, que nega os impactos ambientais, mesmo diante da experiência vivida pela comunidade. Essa contradição é central na dinâmica de conflitos socioambientais: enquanto os moradores utilizam sua memória e vivência como evidência, as empresas recorrem a discursos técnicos e institucionais para deslegitimar essas vozes.

A insistência da empresa em negar a contaminação da água ou outros problemas, "diziam que não tavam causando", entra em disputa com a memória coletiva dos moradores, que conhecem a qualidade da água e os sons do território antes da chegada da mineradora.

Rosileia Tavares de Souza narra que antes da mineração, a água do Lago de Juruti Velho era a principal fonte de abastecimento para os moradores, sendo consumida diretamente sem maiores preocupações: "antes da Alcoa a gente consumia essa água", ela lembra, pois existe uma relação histórica entre a comunidade e o lago como um espaço de sustento, vida e autonomia.

Rosileia diz que hoje, tanto a água encanada quanto a do lago são associadas a problemas de saúde recorrentes, como diarreia e vômitos:

Essa água já causou muita doença como diarreia, vômito, aqui em casa mês passado que foi toda a turma e até agora a gente não conseguiu melhorar. Tô com uma filha ali e inclusive eu trabalhando porque tenho que trabalhar porque a minha parceira tá grávida e não pode tá fazendo muito movimento. E a diarreia pra mim é devido a água. Até agora a gente não conseguiu melhorar<sup>169</sup>.

---

<sup>168</sup> PRATA, Rosinete, *idem*.

<sup>169</sup> SOUZA, Rosileia Tavares de. Santo Antônio-Ingraça, 23 de jul. 2019. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

Figura 5: Rosileia Tavares de Souza, Casa de Farinha, comunidade Santo Antônio-Ingriça, dia 23 de julho de 2019



Figura 6: Filhos e parentes de Rosileia na Casa de Farinha, comunidade Santo Antônio-Ingriça, dia 23 de julho de 2019



*Fonte: autora, 2019*

Sob o olhar da guardiã traz, percebe-se o papel das mulheres na manutenção da vida cotidiana e como essa responsabilidade se intensifica em situações de crise. Ela descreve os efeitos da água contaminada em sua família, mencionando como doenças como diarreia e vômito afetaram todos, especialmente sua filha grávida.

Ela também compartilha sua jornada de trabalho para garantir o sustento da casa e atribui a sobrecarga das mulheres que assumem o cuidado da saúde familiar, muitas vezes sem o apoio necessário.

Esse cuidado, a principal manutenção da reprodução da vida, se torna ainda mais exigente em contextos de precariedade, como o vivido por Rosileia, onde o acesso à água potável, é comprometido. O fato de ela ser a responsável por lidar com as doenças causadas pela água e, ao mesmo tempo, cuidar de sua filha grávida, evidencia como as mulheres, especialmente em comunidades tradicionais, têm uma carga social desproporcional.

Essas mudanças refletem a precarização das condições de vida na comunidade e a perda de uma relação de autonomia com o território. Rosileia explica que, mesmo com a distribuição de água encanada, muitas pessoas ainda recorrem ao lago em situações de necessidade.

O lago representa memória, identidade e o direito a uma vida digna. Como Rosinete enfatiza, os moradores conhecem a história do lago, sua importância e as

mudanças que ele sofreu: "Eles vinham pra cá ver a água e diziam que não estavam causando danos. Mas quem mora aqui sabe que a água era desse jeito."

Idaliana em sua narrativa traz principais impactos, especialmente no que diz respeito à água. Ela compara o passado, quando a água do rio era límpida e confiável, com o presente, marcado pela turbidez e pela relação direta com problemas de saúde: "Era uma praia muito linda, agora todo tempo amodo essa água tá encardida e uma grande coceira que deixa na gente"<sup>170</sup>. Essa mudança não só afetou o consumo, mas também para práticas cotidianas como lavar roupas na beira do rio.

Segundo Idaliana, antes da chegada da mineradora, a comunidade consumia a água diretamente do rio ou por meio das cacimbas, pequenos poços cavados na beira do rio que deixavam a água mais limpa para uso. Ela relembra que a água era "bem clara, que você enxergava o claro dela no chão".<sup>171</sup>

Com o passar do tempo, especialmente após a chegada da mineradora, essa relação foi transformada. Idaliana observa que hoje, mesmo utilizando a água encanada vinda do poço artesianos, as mudanças na água do rio são evidentes. Ela afirma que "ela fica muito feia, seja na cheia ou na vazante, e ela dá problema na gente, as doenças aparecem".<sup>172</sup>

Peña-Vega critica a ideia de desenvolvimento ao destacá-la como um mito global e multidimensional, mas com uma prática redutora e tecnocrática, que se limita a índices de crescimento e curvas econômicas, sem considerar os aspectos sociais e humanos mais complexos<sup>173</sup>.

Para Mariana Bruce Baptista, o conceito tradicional de desenvolvimento, argumentando que, mesmo em contextos em que ocorreram transformações mais profundas, essas mudanças ainda estavam atreladas a um modelo comprometido com a falida promessa de desenvolvimento. Ela o define como um processo linear e ininterrupto, associado à "dominação da natureza", focado no acúmulo incessante de mercadorias.

Mesmo em casos em que houve uma redistribuição das riquezas, o modelo permanecia predatório, dependente da primarização da economia e vulnerável às oscilações dos preços das *commodities* no mercado global. Além disso, esse modelo contribuía para a espoliação cultural e territorial das comunidades tradicionais, reforçando um sistema extrativista e negligenciando a possibilidade de um horizonte pós-

---

<sup>170</sup> SOUZA, Idaliana, *idem*.

<sup>171</sup> SOUZA, Idaliana, *idem*.

<sup>172</sup> SOUZA, Idaliana, *idem*.

<sup>173</sup> PEÑA-VEGA, *op. cit.*

extrativista. Assim, a autora critica a persistência de um modelo de desenvolvimento que, embora tente ser reformulado, ainda se baseia em princípios de exploração e exploração das riquezas naturais e culturais<sup>174</sup>.

É nesse contexto que o conceito de Bem Viver<sup>175</sup> surge como uma alternativa. Para as comunidades, especialmente as mulheres, o Bem Viver não é um retorno a um passado perdido, mas uma ressignificação das tradições ancestrais, que se adaptam às necessidades do presente, mantendo vivas as práticas de cuidado com a terra e com a água. Esse horizonte de Bem Viver se constrói no cotidiano das mulheres, que são as principais responsáveis pela preservação do modo de vida.

Elas não apenas lidam com as consequências do desenvolvimento imposto pelas grandes corporações, mas são protagonistas de uma re-existência, tecendo novas formas de resistência, que são essencialmente locais, mas também em sintonia com movimentos globais que buscam uma alternativa ao capitalismo.

Portanto, o Bem Viver não é uma ideia abstrata ou distante, mas algo que se constrói e se refaz nas lutas cotidianas das mulheres, que reconfiguram suas tradições ancestrais de acordo com as demandas contemporâneas. Isso se reflete na presente pesquisa, na capacidade dessas mulheres de manterem viva uma outra forma de civilização, uma civilização que se opõe à lógica do lucro e da exploração, e que oferece um modelo de vida baseado no respeito à natureza, à coletividade e à solidariedade

Para Baptista, o conceito de Bem Viver vai além de uma simples alternativa econômica ou ambiental. Trata-se de uma concepção filosófica e política complexa, que reflete uma cosmovisão própria das culturas indígenas e de outras comunidades tradicionais latino-americanas.

O Bem Viver, segundo ela, está enraizado na ideia de coletividade e relacionalidade. Isso significa que o ser humano não pode ser concebido como um indivíduo isolado, mas sim como parte de uma rede de relações que se estabelecem entre

---

<sup>174</sup> BAPTISTA, *op. cit.*, p.123-124.

<sup>175</sup> BAPTISTA, *passim*. Para a autora Baptista, o Bem Viver é um conceito que está sempre em movimento, nascendo das experiências de re-existência das comunidades tradicionais, especialmente dos povos originários. Ela faz questão de destacar que não estamos falando de um retorno romântico a um passado que escapou ileso do colonialismo. Pelo contrário, o Bem Viver é um processo contínuo de ressignificação dessas tradições, adaptando-as para responder aos desafios e demandas do presente. É exatamente por ser tão dinâmico que o Bem Viver se torna um horizonte de sentido para diversas lutas por emancipação. Por isso, ele não pode ser algo fixo ou ter um significado único e fechado, como a autora frisa. Embora a ideia do Bem Viver não seja nova e já tenha sido usada de várias formas ao longo da história, sua relevância atual é inegável. Ela aponta que o conceito ganhou destaque nos últimos anos, ressurgindo com força na época dos governos nacionalistas e populares da Bolívia (com Evo Morales e o *Vivir Bien*) e do Equador (com Rafael Correa e o *Buen Vivir*).

as pessoas e com a natureza. Essa visão rejeita a ideia de individualismo e enfatiza a importância das práticas comunitárias, solidárias e cooperativas, que têm um vínculo direto com a terra e com os outros seres.

O conceito de Bem Viver, a partir da narrativa de Devani, ganha vida na maneira como ela ressignifica as tradições e enfrenta os impactos ambientais da mineração. Para ela, o Bem Viver é algo construído no cotidiano, onde a relação com o território e os ensinamentos dos antepassados continuam sendo fundamentais, mesmo diante das transformações impostas pelo tempo e pela modernidade.

Quando questionada sobre os valores e aprendizados dos antepassados, Devani reconhece as mudanças:

Mudou, tem também mudança. É porque os aprendizados que eles repassaram pra gente, hoje em dia, na época que eles ralavam mandioca, que faz a farinha, hoje em dia é com motor de serra mandioca. Muitas coisas mesmo que mudou<sup>176</sup>.

Essas palavras evidenciam como a modernidade impacta a rotina da comunidade, mas também como esses novos meios coexistem com as tradições, sem apagar o valor da memória ancestral. O rio, para Devani, apesar das mudanças ambientais “ele baixa, chega o tempo da seca, ele baixa. Às vezes, ele fica só o riachinho, mas tem a água encanada também, né, do microssistema... graças a Deus funciona bem aí”<sup>177</sup>. Essa fala demonstra como o rio permanece vital, mesmo em períodos de seca. Ele não é apenas um recurso, mas um elo entre o presente e o passado, entre a natureza e a vida comunitária.

Ao falar sobre o cotidiano, também menciona as práticas de subsistência e mobilidade, mostrando como a adaptação às mudanças se dá sem perder a conexão

A gente só viajava pra um lugar, como bem, pra vila de Juruti Velho, só a casco, de canoa, remando com remo. Agora é só de rabetinha, com motor, mas com remo só pra pescaria mesmo. Até mesmo pra pescaria a gente vai de rabeta<sup>178</sup>.

Essas palavras traduzem como as transformações tecnológicas coexistem com as práticas tradicionais, criando uma forma de vida que se ajusta ao presente sem romper completamente com o passado.

Mesmo com a substituição do remo pelo motor nas canoas ou o uso de máquinas para ralar mandioca, a comunidade incorpora elementos novos sem abandonar as raízes. Esse equilíbrio reflete uma vivência prática do Bem Viver: adaptar-se ao presente

---

<sup>176</sup> SOUZA, Devani, *idem*.

<sup>177</sup> SOUZA, Devani, *idem*

<sup>178</sup> SOUZA, Devani, *idem*.

enquanto preserva os saberes e a memória coletiva que sustentam a identidade da comunidade.

A relação com o rio também emerge no Bem Viver. Mesmo enfrentando mudanças como a baixa na seca ou os desafios com a qualidade da água, o rio permanece essencial para a vida. Ele representa mais do que um meio de sustento; é parte da história, da cultura e do dia a dia da comunidade, integrando a convivência harmoniosa com o ambiente.

Ao longo deste capítulo, foi possível perceber, a partir das narrativas das mulheres entrevistadas, os impactos profundos e multifacetados que a presença da mineradora ALCOA causou nas comunidades tradicionais do Lago de Juruti Velho.

As entrevistadas, mulheres de 30 a 60 anos, atribuí significados às mudanças em seu cotidiano, tanto nas esferas de trabalho quanto nas suas relações familiares e comunitárias. A entrada da mineradora, ao lado de outras mudanças impulsionadas pelos planos governamentais de desenvolvimento econômico, trouxe consigo uma reestruturação das dinâmicas laborais, com a precarização de outros tipos de trabalho tradicionais, especialmente aqueles relacionados à agricultura familiar e pesca.

Além disso, as mulheres perceberam um enfraquecimento das práticas culturais e comunitárias que antes eram o cerne de sua vida social. A terra, fonte de identidade e sustento, foi sendo progressivamente consumida pela mineração, afetando a relação das mulheres com o território e com a natureza.

Entretanto, as entrevistas também revelaram uma resistência notável dessas mulheres que encontraram formas de reexistir e ressignificar suas tradições. Mesmo frente à pressão de um modelo excludente, as mulheres de Juruti resistem, reinterpretando as práticas do passado e buscando, no Bem Viver, uma forma de resgatar e reintegrar valores ancestrais que possam garantir a continuidade de suas culturas.

O Bem Viver tem se consolidado como um referencial comum entre diferentes povos e grupos oprimidos, reunindo experiências de resistência e resiliência que, mesmo diversas em suas especificidades, compartilham um sentido profundo de luta pela preservação da vida e da dignidade. Conforme apontado, ele emerge como um campo que reflete os esforços re-existência de povos indígenas, quilombolas, mulheres negras, agricultoras e tantas outras comunidades que enfrentam os impactos de sistemas opressores e exploratórios <sup>179</sup>.

---

<sup>179</sup> BRUCE, Mariana. **Relatos de um mundo Ch'ixi: El Alto/Bolívia**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 204-234, jan./abr. 2023, p. 211.

Encerrar esse capítulo com as vozes dessas mulheres é reconhecer que o Bem Viver, mais do que um conceito teórico, é uma prática viva, tecida na resistência cotidiana das comunidades tradicionais.

Essa reflexão ganha ainda mais força ao pensarmos, como nos aponta Jean Chesneaux, na evolução do capitalismo. O capitalismo industrial, que marcou a era de Marx e Engels, tinha como base a produção em larga escala, a manufatura e a exploração da força de trabalho nos centros urbanos. Contudo, o capitalismo contemporâneo se reorganizou, deslocando suas dinâmicas para novas formas de expropriação e acumulação, que se expandem sobre os territórios.

Esse novo modelo capitalista opera por meio da mineração, das hidrelétricas, do agronegócio, do garimpo e de outros empreendimentos que exploram intensivamente a terra, e muitas vezes em territórios periféricos e tradicionalmente habitados.

Para a história social, compreender esses processos vai além de uma análise econômica ou técnica. É necessário olhar para as relações sociais que se transformam nesses contextos: como as comunidades locais são impactadas, como seus modos de vida são reorganizados e como resistem às forças do capital.

A mineração, como ocorre no Lago de Juruti Velho, exemplifica essa transição do capitalismo industrial para o contemporâneo. O território, antes pensado como espaço de reprodução da vida, é transformado em área de expropriação e lucro. A lógica da acumulação avança sobre as terras, rios e florestas, afetando diretamente as comunidades tradicionais, que veem suas práticas, como a pesca e o cultivo, serem inviabilizadas.

A importância de historicizar essas transformações: é preciso reconhecer que o avanço do capital sobre a natureza é também um avanço sobre as relações sociais que dela dependem.

### **CAPÍTULO III**

## **ENTRE A LUTA E A MEMÓRIA: mulheres rurais, associações e mobilização social**

A organização comunitária tem sido historicamente uma das principais ferramentas das populações tradicionais para reivindicar direitos, fortalecer laços de pertencimento e resistir às transformações socioambientais impostas por grandes empreendimentos. Em territórios impactados pela mineração, como Juruti Velho, a criação de associações comunitárias se consolidou como uma estratégia para enfrentar os desafios decorrentes desse processo. Essas associações não apenas articulam demandas coletivas, mas também constroem redes de apoio que contribuem para a manutenção das dinâmicas sociais.

No caso específico de Juruti Velho, a presença da mineradora Alcoa transformou significativamente a realidade da região, afetando a organização do trabalho, as relações econômicas e as estruturas comunitárias. Diante desse cenário, as associações emergiram como espaços de luta e negociação, atuando tanto na intermediação entre as comunidades e a mineradora quanto na mobilização por direitos e por bens comuns, como foi o caso das disputas em torno dos *royalties*<sup>180</sup> da mineração em 2009. Nesse processo, embora a liderança dessas organizações tenha sido masculina, as mulheres estiveram ativamente envolvidas na sustentação e no fortalecimento das mobilizações comunitárias.

Buscamos compreender as formas de atuação das mulheres nas associações comunitárias de Juruti Velho, analisando os desafios que enfrentaram para se inserir nesses espaços e as estratégias que desenvolveram para reivindicar seus direitos.

Por isso, este capítulo adota um caminho metodológico distinto: em vez de recorrer a fontes burocráticas, como documentos administrativos ou estatutários, busca entender o funcionamento das associações a partir das narrativas das mulheres que delas participam. A história oral, assim, se apresenta como um instrumento central, permitindo que as próprias trabalhadoras rurais e sócias relatem, com suas palavras e compreensões, como essas organizações operam no cotidiano, quais papéis desempenham na vida comunitária e de que forma a participação nelas molda suas experiências políticas e sociais.

---

<sup>180</sup> Os moradores de Juruti Velho, ao serem reconhecidos como superficiários e legítimos ocupantes da área coletiva em disputa com a mineração, passaram a ter respaldo legal para pleitear judicialmente uma parcela dos lucros obtidos com a lavra. Esse direito, conhecido como Participação nos Resultados da Lavra, é comumente denominado *royalties* da mineração e se soma às indenizações por danos e prejuízos causados pelas atividades da Alcoa no território.

Neste estudo, optamos por uma abordagem baseada na história oral, privilegiando as narrativas das próprias mulheres que participaram dessas associações e mobilizações. Em vez de recorrer exclusivamente a documentos burocráticos, como estatutos e atas, priorizamos as vozes daquelas que vivenciam diretamente as dinâmicas associativas, permitindo que relatem, com suas próprias percepções e interpretações, como essas organizações funcionam no cotidiano.

A memória coletiva, conforme Ecléa Bosi, não é apenas um repositório de lembranças individuais, mas uma construção social que reflete escolhas e silenciamentos dentro de um grupo. A comunidade atua nesse processo como testemunha e intérprete das experiências vividas, influenciando quais narrativas são preservadas ou rejeitadas em relação ao que será lembrado<sup>181</sup>.

Nesse sentido, Losandro Tedeschi reforça que recuperar as memórias individuais e coletivas das mulheres significa romper com o anonimato e possibilitar a reconstrução do passado a partir de suas experiências concretas. Ao trazer suas vivências à tona, torna-se possível reconhecer os processos históricos que as moldaram e, assim, favorecer novas formulações de projetos e realidades no presente. Esse movimento não apenas resgata trajetórias femininas antes invisibilizadas, mas também fortalece a consciência coletiva sobre a participação ativa das mulheres nas lutas sociais, permitindo a identificação com sua própria historicidade<sup>182</sup>.

Também serão discutidas as limitações impostas pelas estruturas associativas e as estratégias utilizadas pelas mulheres para se inserirem nas discussões coletivas. Além disso, será abordado o papel desempenhado pelas Irmãs Franciscanas de Maristela, destacando suas contribuições nas mobilizações comunitárias e na construção de espaços de resistência e organização social.

Por fim, a mobilização de 2009 será analisada como um marco na trajetória das associações em Juruti Velho, destacando a luta pelos royalties como um dos eixos centrais da resistência comunitária. Ainda que as mulheres não tenham ocupado majoritariamente os cargos de liderança formal, seu envolvimento foi indispensável tanto na sustentação da mobilização quanto na formulação de estratégias para pressionar a Alcoa e o poder público. Além das conquistas obtidas, a luta pelos royalties desencadeou novos conflitos internos, refletindo desigualdades estruturais e tensões sobre a distribuição dos recursos.

---

<sup>181</sup> BOSI. **A pesquisa em memória social.**

<sup>182</sup> TEDECHI, *op. cit.*

### **3.1 As associações comunitárias em Juruti Velho sob o olhar e a participação das mulheres rurais**

A formação das associações reflete a necessidade da comunidade de se articular frente às mudanças estruturais trazidas pela instalação da mineradora. Desde sua criação, ambas articulam na formulação de demandas coletivas, no fortalecimento da identidade comunitária e na luta pela garantia de direitos.

Ao abordar o funcionamento da Associação das Comunidades Prudente e Monte Sinai (ACOPRUMS) e da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), este capítulo busca compreender como essas estruturas associativas se constituíram, quais foram suas principais frentes de atuação e de que forma suas integrantes percebem seu próprio papel dentro dessas organizações. A partir das memórias e testemunhos das mulheres que delas participam, torna-se possível analisar não apenas os aspectos administrativos, mas também as relações de poder, os conflitos internos e as estratégias de resistência desenvolvidas ao longo dos anos.

A escolha de abordar não só a ACORJUVE, mas também a ACOPRUMS na pesquisa se deve à relevância dessas organizações na representação das comunidades e na busca por reconhecimento fundiário e na mediação de políticas públicas. E pela delimitação espacial da pesquisa que incluem as comunidades onde foram realizadas as entrevistas.

As comunidades Prudente e Monte Sinai Católico, representadas pela ACOPRUMS, estão situadas mais próximas da microzona de mineração, assim como a Comunidade Maravilha, tornando-as áreas mais diretamente impactadas pelas atividades da mineradora. Já comunidades como Vila Muirapinima, Comunidade Bom Jesus, Santo Antônio-Ingraçã, e Nova Macaiane, são mais afastadas da mina, mas também tem igual importância para as discussões que se fazem presente na pesquisa.

É importante, antes de tudo, dizer que as comunidades Prudente e Monte Sinai não estão incluídas no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho e, por isso, precisaram construir sua própria organização política para reivindicar direitos. Foi nesse contexto que surgiu a ACOPRUMS, que foi criada para reivindicar o reconhecimento fundiário dessas áreas.

Através da mobilização coletiva, as duas comunidades conseguiram ser contempladas pelo Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Prudente e Monte Sinai, conquistando segurança sobre suas terras e acesso a políticas

públicas voltadas ao extrativismo. Elas estão localizadas na Gleba Curumucuri, enquanto o PAE Juruti Velho foi estabelecido na Gleba Juruti Velho, pertencente ao Imóvel Vila Amazônia.<sup>183</sup>

Já as comunidades inseridas no PAE Juruti Velho, como Vila Muirapinima, Bom Jesus, Santo Antônio-Ingraça, Nova Macaiane e Maravilha, contam com uma organização diferente, articulada pela ACORJUVE. Como fazem parte de um assentamento agroextrativista, já possuíam um modelo de gestão coletiva do território, voltado para a manutenção do modo de vida tradicional.

No entanto, a chegada da mineração trouxe desafios que exigiram novas formas de mobilização, e que também incluíam os comunitários do Prudente e Monte Sinai, especialmente no que diz respeito à defesa do território e à garantia de que a atividade extrativa não inviabilizasse seus modos de vida.

Dentro desse grande Vila Amazônia<sup>184</sup>, o INCRA estabeleceu o PAE para garantir terras às comunidades tradicionais da região, sendo sua gestão concedida à ACORJUVE. Segundo seu estatuto a associação é concessionária e administradora das terras ocupadas pelas comunidades tradicionais localizadas na Região de Juruti Velho, Gleba Juruti Velho, conforme a Portaria INCRA/SR-30E/Nº 18/05, de 10 de novembro de 2005<sup>185</sup>.

Já as comunidades Prudente e Monte Sinai estavam na Gleba Curumucuri, que segundo o Decreto Estadual nº 105, de 20 de junho de 2011, menciona que essa área foi reservada para gestão florestal e proteção da biodiversidade, além da criação de um Centro de Treinamento para manejo florestal. Dessa forma, essa gleba não foi originalmente destinada a assentamentos agrícolas, dificultando a inclusão das comunidades Prudente e Monte Sinai no projeto do INCRA<sup>186</sup>.

Para solucionar a falta de regularização fundiária dessas comunidades, o governo do Pará, por meio da INTERPA, criou o PEAEX Prudente e Monte Sinai, que é voltado

---

<sup>183</sup> Para garantir a regularização fundiária e a organização dos moradores, essas comunidades se uniram e criaram uma associação, englobando as duas comunidades, e buscaram reconhecimento junto ao Estado do Pará. Assim, a Instituto de Terras do Pará (INTERPA) estabeleceu um novo assentamento específico para elas: o PEAEX Prudente e Monte Sinai do governo estadual.

<sup>184</sup> O Imóvel Vila Amazônia foi criado em 1987 pelo Decreto nº 94.969, que desapropriou 300.000 hectares para fins de reforma agrária, sendo 78.270 hectares no Amazonas e 221.730 hectares no Pará (MEDEIROS, 2017).

<sup>185</sup> Estatuto social da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE. Vila Muirapinima, 10 out. 2009

<sup>186</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Decreto nº 105, de 20 de junho de 2011. *Diário Oficial do Estado do Pará* (DOE), nº 31.947, de 1º jul. 2011. Disponível em: <https://www.sembras.pa.gov.br/legislacao/normas/view/359#:~:text=Documento%20atualizado%20em%2021/11,do%20Anexo%20%C3%A9Anico%20deste%20Decreto>

para assentamento agroextrativista, mantendo a proposta de uso sustentável dos recursos naturais.

A ACOPRUMS foi criada em 2014 com sede na Comunidade Prudente, sua atividade principal está ligada à promoção de direitos sociais, além de desenvolver ações voltadas à produção florestal em florestas nativas e ao incentivo à cultura e arte. Atualmente, a diretora administrativa da associação é exercida por Valdiva Maciel de Souza<sup>187</sup>.

Foi a partir dessa organização que conseguiram ser contempladas com o PEAEX, coordenado pela INTERPA. No processo, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi listado como "Interessado", indicando sua participação na tramitação do caso. Esse projeto beneficia 51 famílias, garantindo a elas segurança fundiária e acesso a políticas de apoio à produção agroextrativista<sup>188</sup>.

Já a ACORJUVE foi fundada em 21 de março de 2004 com a missão de unir e fortalecer as comunidades tradicionais da região de Juruti Velho. Conforme o Artigo 1º do estatuto, trata-se de uma associação civil composta por moradores permanentes e tradicionais da área, responsável por administrar as terras e garantir a sustentabilidade das comunidades locais. O §1º do mesmo artigo define "moradores permanentes" como aqueles que há mais de cinco anos desenvolvem atividades agropecuárias, extrativistas ou artesanais. Sua sede fica localizada na Vila Muirapinima.

Segundo Lindomar Silva, a ACORJUVE surgiu das contradições entre instituições locais, como o Sindicato e a Colônia dos Pescadores, na luta pelos direitos territoriais. Desde sua criação, assumiu um papel supracomunitário, organizando e negociando em nome das comunidades do PAE<sup>189</sup>.

Um documento de 2005, enviado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, reforça essa identidade, destacando que a associação representa 45 comunidades e mais de 1.500 associados, descendentes dos povos Munduruku. No contexto da chegada da Alcoa, reivindicava transparência e participação dos moradores na discussão dos impactos do projeto, ressaltando a importância da agricultura familiar, da pesca e do extrativismo local.

---

<sup>187</sup> Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/21399587000123-ASSOCIACAO-DAS-COMUNIDADES-PRUDENTE-E-MONTE-SINA>

<sup>188</sup> Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/assentamentos-estaduais/>

<sup>189</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 194-195.

Figura 7: Vista do porto da Vila Muirapinima a partir do lago, 23 de julho de 2019.

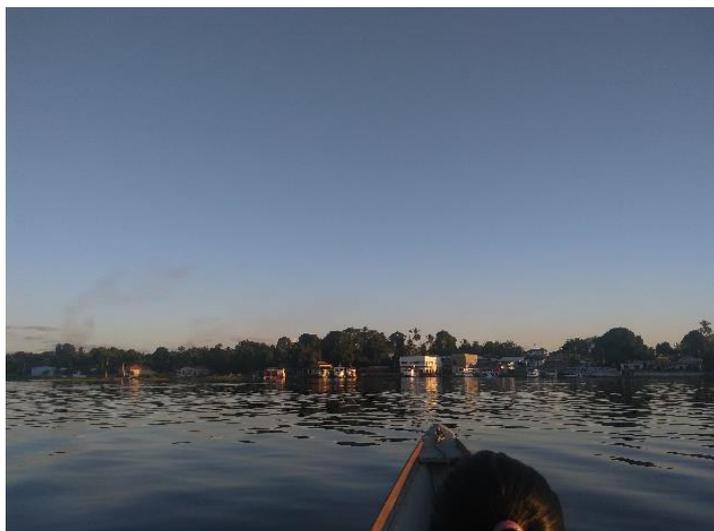


Figura 8: Sede da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE, localizado na Vila Muirapinima, dia 23 de julho de 2019



*Fonte: autora, 2019*

Durante o trabalho de campo realizado em julho de 2019, visitei a sede da ACORJUVE, na Vila Muirapinima. As fotografias registram a vista do lago para o porto da vila, e a sede, o esse espaço da organização comunitária. Na ocasião, pude observar sua estrutura e o local das reuniões e assembleias onde são formuladas as estratégias coletivas e a reivindicação de demandas essenciais para a comunidade.

### **3.2 Regulação fundiária e a organização da social do Prudente e Monte Sinai**

O trabalho de memória individual e coletiva é um processo dinâmico, no qual lembranças, esquecimentos e silêncios se entrelaçam, permitindo a reconstrução das trajetórias de mulheres inseridas em diferentes assentamentos. Apesar das particularidades de cada território, elas compartilham desafios comuns, como a luta pela permanência na terra, a organização social e outras experiências que as conectam, pois, a memória constitui-se num trabalho de construção e reconstrução, em campo e objeto de luta, integrando redes sociais e cognitivas pela qual é possível acessá-las<sup>190</sup>.

A partir das narrativas das entrevistadas, busco compreender as dinâmicas de organização política, especialmente à luz das formas de atuação das associações que operam no território. Se, por um lado, os documentos oficiais dessas organizações, como

<sup>190</sup> PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. **Identidades em trajetória**: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata(orgs.). Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 153

os estatutos e decretos, delineiam uma estrutura formal que regula direitos e deveres, por outro, as experiências vividas pelas mulheres que entrevistamos revelam a complexidade e as nuances desse processo organizativo, marcado pelas relações sociais e de gênero.

Podemos começar com a fala de Nelsia Santarém, que deixa claro o motivo da criação da ACOPRUMS: a luta pelo direito à terra. Ela explica a associação não surgiu por interesses financeiros, mas como uma necessidade diante da exclusão do PAE.

**Maiara:** A senhora participa de alguma associação?

**Nélsia:** Assim, sócia mesmo eu não sou da ACORJUVE, eu sou de outra associação daqui.

**Maiara:** E qual é a sua?

**Nélsia:** A ACOPRUMS.

**Maiara:** E o que a senhora pode me falar sobre a ACOPRUMS?

**Nélsia:** Até agora, ela está indo devagar, mas a gente confia que vai continuar. É uma associação que não foi criada por causa de dinheiro, e sim pela nossa terra, porque a gente estava fora do PAE. Então, montamos essa associação para desmembrar e garantir o direito à terra e o título da terra. Meu pensamento não é por dinheiro ou para gastar recurso, mas, através da associação, a gente consegue acessar projetos. Quando a associação está legalizada, a gente tem direito a esses projetos.

**Maiara:** Quais são os projetos que a ACOPRUMS está desenvolvendo?

**Nélsia:** Agora, o projeto que veio ainda era do INCRA, mas está acumulado, ainda esperando ser liberado. O primeiro projeto já saiu, algumas pessoas já receberam, mas ainda tem projeto parado, faltando sair do papel.

**Maiara:** Achei interessante que a senhora disse que a associação foi criada para garantir o direito à terra. Como foi esse processo de negociação aqui no assentamento da comunidade?

**Nélsia:** Foi um pouco difícil, mas eles se uniram com a ajuda de pessoas que já conheciam esse caminho. Nossa presidente saiu em busca desse direito, conseguiu o título entregue pelos governadores e por essas pessoas grandes (risos). Foi uma luta difícil, mas conseguimos.

**Maiara:** Qual é o nome da presidenta?

**Nélsia:** Valdiva Maciel <sup>191</sup>.

O impasse sobre a regularização fundiária e a demora na titulação das terras mostram como as instituições públicas, em vez de facilitarem o processo, acabam criando barreiras que forçam os moradores a se mobilizarem. A presidenta Valdiva Maciel ao "sair em busca" dos títulos reforça a desigualdade no acesso à terra: não é um direito concedido de forma simples, mas sim conquistado com muito esforço, articulação política e enfrentamento de burocracias.

Devido as comunidades Prudente e Monte Sinai estarem em território estadual deixou muitas famílias sem segurança sobre seu próprio território. Diante dessa situação,

---

<sup>191</sup> SANTARÉM, Nelsia Batista. Comunidade Prudente, 27 jan. 2024. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Nélsia nasceu na comunidade de Açailândia, em Juruti, e atualmente vive na comunidade Prudente, onde constituiu família. Filha de Maria de Nazaré e Wilson Rodrigues, trabalha na agricultura familiar. Com 30 anos e mãe de oito filhos, divide-se entre o cuidado com a família, a produção de farinha e a criação de pequenos animais, como galinhas.

os comunitários se uniram. Foi nesse contexto que a ACOPRUMS surgiu, como uma resposta coletiva à falta de garantias.

Nelsia explica que a associação se organizou para se legalizar, pois isso facilita o acesso a projetos e benefícios. Entre esses projetos, a regularização fundiária se destaca, pois a entrega dos títulos coletivos definitivos, assegura o uso

legal das terras evitando futuros conflitos. Além disso, a associação busca acesso a créditos para produção, como os incentivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para criar galinhas, peixes, plantar cebola, fazer roça etc. Também há expectativas de melhorias na infraestrutura, com projetos para estradas, energia elétrica e abastecimento de água.

**Nélsia:** A nossa preocupação é que, depois que elas tirarem tudo, vão embora e deixarão isso aqui. Muitos dizem que, depois que tudo estiver reflorestado, elas vão sair, mas não podemos confiar. Então, como diz a história, muitos já morreram, e os nossos antigos falavam: "Ah, não vai ficar assim, vai aparecer doença". Então, claro, seja aqui ou em outro lugar, tudo isso está acontecendo. A gente espera que eles vão embora, mas deixem alguma coisa, como a natureza reflorestada novamente.

**Maiara:** A senhora sabe o ano em que a ACOPRUMS foi criada?

**Nélsia:** 31 de maio de 2014.

**Maiara:** E qual o motivo de tanto o Prudente quanto o Monte Sinai não estarem no assentamento do PAE?

**Nélsia:** O motivo foi que, quando o INCRA veio fazer o levantamento com o IBGE, eles falaram que essa área estava dentro do assentamento da ACORJUVE. Depois de um tempo, o INCRA fez um documento dizendo que não estava. Ele fez um documento pedindo assinaturas para incluir a área no assentamento, porque não era uma área do INCRA, mas sim da INTERPA. Depois de um tempo, a gente descobriu que não estava dentro do assentamento da ACORJUVE, a gente estava fora <sup>192</sup>.

Diferente do PAE Juruti Velho, incorporado à lógica de concessão do INCRA, o assentamento agroextrativista criado pelo INTERPA seguiu outro percurso, adaptando-se às políticas estaduais. O relato de Nelsia revela, a partir da vivência das próprias comunidades, que as definições territoriais não ocorreram de forma linear, mas foram construídas por meio de negociações, conflitos e estratégias para assegurar a permanência das famílias na terra.

Os relatos de Nelsia mostram a preocupação dos mais velhos da comunidade, que sempre alertaram sobre as consequências da mineração. Quando ela fala dos "nossos antigos", está se referindo aos idosos, que guardam a memória das mudanças no território e avisavam que isso poderia trazer doenças e dificuldades.

---

<sup>192</sup> SANTARÉM, Nélsia, *idem*

Como Adriana Domingues nos diz, "o idoso se apresenta como testemunha de nossa história, isto é, ocupa o lugar de narrador privilegiado das transformações que ocorreram ao longo do tempo nas relações entre as pessoas e o mundo que as circundam". Essa experiência faz com que muitos temam o que vai acontecer depois que a empresa for embora. Há um medo real de que a terra seja abandonada, cheia de buracos e desmatamento, sem que ninguém cuide do que foi destruído<sup>193</sup>.

Rosinete Prata relata como lida com a dificuldade de ser ouvida. Ela conta que as decisões que afetam a vida dos moradores são tomadas sem que eles participem na íntegra. A empresa prefere conversar apenas com representantes, o que afasta ainda mais a população do processo de decisão. Isso gera frustração. Essa exclusão reflete a forma como as grandes empresas operam, impondo suas próprias regras e limitando a participação das trabalhadoras para manter o controle das negociações.

**Rosinete:** Só essas daqui são a ACORJUVE e da ACOPRUMS.

**Maiara:** A senhora participa do qual?

**Rosinete:** De todas as duas.

**Maiara:** E qual é sua relação com as duas, o que a senhora faz?

**Rosinete:** Não, da associação ACORJUVE a gente vai nas reuniões, a gente vai nas manifestações que acontece, que já aconteceu, e dessa daqui (ACOPRUMS) só das reuniões que tem.

**Maiara:** Qual a relação dos moradores com a mineradora?

**Rosinete:** Eu acho que eles não atendem. Quem representa a comunidades eles atendem, agora nós não, porque toda vez que eles atendem é nas reuniões e não aqui na comunidade.

**Maiara:** E do que se trata em reuniões?

**Rosinete:** Não tenho muito conhecimento sobre as reuniões, mas é sobre a estrada. Mas eles não ajudam nem nada, até agora não conseguiram ajuda de nada.

**Maiara:** Qual o problema sobre a estrada?

**Rosinete:** É pra colocarem pra cá essa estrada, furar a estrada de lá pra varar aqui pra comunidade.

**Maiara:** Ah, porque tem que passar pela mina, né?

**Rosinete:** É, que tem que passar pela mina, eles não aceitam mais passarem por lá, aí tem que ser por aqui pra furar outra<sup>194</sup>.

A reivindicação pela estrada, expõe um problema que vai além da infraestrutura. A dificuldade de acesso compromete a rotina da comunidade, tornando o transporte mais caro, o deslocamento mais demorado e o escoamento da produção local mais difícil.

Na minha ida a campo em 2020 e 2024, percorri o mesmo trajeto que os moradores fazem para chegar às comunidades de Maravilha, Prudente e Monte Sinai. O caminho começa pela estrada da mina, uma via controlada pela empresa e que exige escolta de um carro do bombeiro responsável, como parte de um protocolo de segurança. A justificativa

<sup>193</sup> DOMINGUES, Adriana Rodrigues. (2014). **O Envelhecimento, a Experiência Narrativa e a História Oral: um encontro e algumas experiências.** *Psicologia Política*, 14(31), 2014, p. 553.

<sup>194</sup> PRATA. Rosinete, *idem*.

para essa medida fica evidente ao longo do percurso: a estrada passa ao lado de uma das bacias de rejeito, um espaço de alto risco.

Figura 9: Entrada da mina da Alcoa, ponto de espera para o transporte escoltado por veículo do corpo de bombeiros, 25/01/2024



Figura 10: Ponta da praia. Na margem oposta do lago, encontra-se a comunidade Prudente, acessível por travessia em embarcações, 25/01/2024.



Fonte: autora, 2024

Ao sair da área da mina, chegamos à ponta de uma praia. É nesse ponto que a dinâmica ribeirinha se impõe: para continuar a viagem, um morador, previamente avisado da nossa chegada, nos encontra com uma rabeta. A travessia pelos rios, feita em pequenas embarcações, muitas vezes são o único meio de locomoção disponível. Mas se o uso da rabeta faz parte do cotidiano das pessoas, o que torna essa jornada mais difícil é justamente o trecho inicial, passando pela estrada da mina, um caminho perigoso e controlado pela mineradora.

Essa experiência me fez compreender ainda mais a importância da reivindicação dos moradores por um acesso direto, sem a necessidade de atravessar a área da empresa. A luta por uma estrada alternativa não se resume a um pedido de melhoria na infraestrutura, mas a uma necessidade real de segurança e autonomia.

Atualmente, a única opção é um trajeto que não apenas expõe os moradores a riscos, mas também reforça que mineração está introduzida em vários aspectos da vida cotidiana.

Em síntese, a Associação das comunidades Prudente e Monte Sinai nasceu da necessidade da comunidade de se organizar diante das questões fundiárias. Mais do que

buscar o reconhecimento oficial, a associação luta por melhores condições de vida, acesso a direitos básicos e a garantia de que os moradores tenham voz nas decisões sobre seu território. Entre as principais reivindicações estão a regularização da terra, melhorias na infraestrutura e projetos de produção familiar.

Muitos dos associados da ACOPRUMS também fazem parte da ACORJUVE, mostrando como essas organizações caminham juntas na defesa dos direitos das comunidades. Mesmo com nomes e assentamentos diferentes, elas enfrentam os mesmos desafios e acabam se fortalecendo mutuamente. A união entre elas permite que as reivindicações tenham mais força e que os moradores se apoiem na busca por melhorias, mostrando que, no dia a dia, a luta é uma só.

### **3.3 “Ela foi criada para lutar pelos nossos direitos”<sup>195</sup>: um símbolo de luta e pertencimento.**

A ACORJUVE não é apenas uma associação; para muitas mulheres das comunidades do Lago de Juruti Velho, ela representa segurança, pertencimento e resistência diante das mudanças impostas pela mineração. Através dos relatos das entrevistadas, percebe-se que a organização é vista como um espaço de luta coletiva, um elo entre o passado e o presente, onde as histórias de resistência ganham voz e sentido.

No meio desse processo, a ACORJUVE, fundada em 2004, tornou-se a principal referência de organização comunitária, especialmente diante do afastamento de instituições governamentais e jurídicas. Para muitas moradoras, ela simboliza a última linha de defesa dos direitos coletivos. Devani relembra uma reunião recente, na qual um conselheiro da associação manifestou a solidão da entidade na luta pelos interesses da comunidade, “está praticamente sozinha, se afastou prefeitura, se afastou Ministério Público, Ministério Federal, todos esses órgãos praticamente se afastaram”<sup>196</sup>.

Ainda que os sócios recebam uma pequena quantia de *royalties* da mineradora, apenas R\$ 300 a cada três meses para cada associado, esse valor é insuficiente para atender às necessidades da comunidade, “a gente, como comunitário, participa, ajuda na medida do possível”, explica Devani. As festas religiosas, como a festividade comunitária de Bom Jesus, e outras ações coletivas continuam sendo momentos de união, onde os moradores reafirmam a tradição da cooperação mútua.

---

<sup>195</sup> SILVA, Sandra Alves. Comunidade Bom Jesus, 23 jul. 2019. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

<sup>196</sup> SOUZA, Devani, *idem*.

Foi depois dela que, graças a Deus, através dessa associação, foram feitos os microssistemas nas comunidades. Mas ainda existem comunidades mais afastadas que ainda não têm acesso a essa água. No Igarapé, para onde o seu menino<sup>197</sup> mora, daí em diante, a água que desce da serra ainda é a única opção, pois eles não consomem água encanada<sup>198</sup>.

A ACORJUVE tem sido fundamental na luta por melhores condições de vida para as comunidades, e a construção de microssistemas de água é um exemplo claro disso. Essa conquista coletiva trouxe melhorias para muitas famílias, mas também revelou desigualdades que ainda persistem. Enquanto algumas áreas agora contam com água encanada, outras, especialmente as mais afastadas, ainda dependem do lago e dos igarapés para suprir suas necessidades diárias. Isso mostra como o acesso à água, um bem comum para o Bem Viver, ainda é desigual, mesmo com os esforços da associação.

O modelo extrativista, baseado na exploração intensiva, usa da água do lago para a lavagem de rejeitos, reorganiza o território e afasta ainda mais os moradores remanescentes das terras produtivas. Quem sempre viveu da terra e da água agora vê esses bens sendo controlados e distribuídos de forma desigual.

Para Crisvalda Batista, a associação está enraizada na história de resistência das comunidades do Lago de Juruti Velho. Para ela, representa um espaço de organização coletiva que nasceu da necessidade de garantir direitos em meio de um cenário de mudanças e incertezas.

Sou sócia fundadora [...] isso foi um conflito foi muito grande muito mesmo. Ajudada pelas irmãs Franciscanas, irmã Brunilde na época que agora ela não existe mais no meio da gente, foi estocada pra terra dela de volta né, por estar velhinha mesmo. E foi muita luta também, o presidente da associação que ainda é até agora com todos os defeitos dele ele é um cara de batalhou muito, muita coragem, muita garra e vai aonde ele nem é chamado, vai mesmo enfrenta tudo, é chuva, é sol, é guerra ele diz que não tem medo, ele luta pela população dele e ajudado pelos moradores também<sup>199</sup>.

A entrevistada é incisiva em dizer que a entidade sempre veio da dedicação daqueles que não medem esforços para lutar pela comunidade, enfrentando sol, chuva e qualquer obstáculo para reivindicar melhorias. “Ele luta pela população dele”, diz sobre o presidente da associação e sua importância na liderança comunitária nesse processo<sup>200</sup>.

Para ela, a ACORJUVE não é apenas um canal de negociação com a mineradora, mas um suporte. Seu vínculo com a associação vai além da participação formal; há um sentimento de pertencimento.

<sup>197</sup> Ela estava se referindo ao senhor Vadico, comunitário do Monte Sinai Evangélico e voluntário responsável por me guiar de rabetá pelo lago até as comunidades.

<sup>198</sup> SOUZA, Devani, *idem*.

<sup>199</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>200</sup> Ela se refere ao diretor administrativo Gerdeonor Pereira do Santos.

Ao lembrar que o grupo esteve ao seu lado na morte de sua mãe, sua memória carrega um peso afetivo. A perda, que costuma ser vivida de forma íntima, torna-se um reflexo do papel coletivo da associação, "eles ajudam as pessoas quando estão precisando, como motivo de doença, motivo de morte"<sup>201</sup>. Esse amparo demonstra que, mais do que um espaço de luta política, estão presentes nas horas de maior fragilidade no seio familiar.

No entanto, mesmo reconhecendo essa importância, Crisvalda não ignora as limitações da ACORJUVE, "é pouco o dinheiro que é repassado, mas pelo menos assim, como muitas paragens falam mesmo que nossa região foi a única que eles atacaram e que a população conseguiu, que outras paragens era só buraco e nada mais"<sup>202</sup>.

Aqui, há um duplo reconhecimento: o de que os benefícios não são suficientes, mas também de que, em comparação a outros lugares afetados por mineradoras, sua comunidade quando se organizaram politicamente conquistaram o que muitas outras populações na mesma situação não conseguiram, a indenização por perdas e danos e a participação nos resultados da lavra.

eu participo, só não participei dessa assembleia agora que teve por que eu adoeci do meu joelho [...], mas eu tenho um filho que também foi pra lá no dia da assembleia, mas é muito difícil eu perder. Quando a população é convidada eu vou mesmo!<sup>203</sup>.

A participação de Crisvalda como sócia-fundadora e sua constante presença nas assembleias reforçam o papel feminino na sustentação da vida comunitária. Mesmo quando as mulheres não ocupam cargos formais de liderança, sua atuação cotidiana é indispensável para a manutenção da associação, seja garantindo que as pautas sejam discutidas, seja mantendo a mobilização dos moradores.

Ao mesmo tempo, as crianças e jovens também são parte desse tecido social e acabam sendo impactadas pela atuação da ACORJUVE. Seja pelo acesso a melhorias estruturais nas comunidades, como o fornecimento de água, seja pelo envolvimento indireto nas lutas de seus pais e avós, elas crescem dentro de um ambiente onde a organização comunitária se torna parte da identidade coletiva.

Embora a participação das Irmãs Franciscanas de Maristela já tenha sido mencionada por Crisvalda no processo de organização comunitária, pretendemos abordar essa questão de forma mais aprofundada mais a frente em um momento específico da análise. A atuação das religiosas não se limitou ao apoio inicial na fundação da ACORJUVE, mas é de muito mais tempo no município de Juruti.

---

<sup>201</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>202</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>203</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

Passamos agora a palavra para Sandra, que enfatiza que a representação da organização comunitária se dá de uma estrutura que supre as lacunas deixadas pelo poder público, que, segundo ela, só se faz presente em períodos eleitorais:

Sim, ela está representando porque, se não fosse por ela, eu não sei como a gente estaria. A gente não tem prefeito, ele não liga para nada, e vereador também não. Eles só aparecem quando estão querendo voto. A ACORJUVE ajuda bastante em toda a nossa região. Ela foi criada para lutar pelos nossos direitos. Se não fosse a ACORJUVE, eu não sei o que seria de nós <sup>204</sup>.

A fala de Nelsia relata as relações de poder: a ausência do Estado e a transferência de responsabilidades para as associações comunitárias. Enquanto Sandra é crítica quanto a inoperância do poder público, que só se faz presente em períodos eleitorais, Nelsia acrescenta uma dimensão histórica, apontando que a prefeitura já teve um papel mais ativo na mediação de demandas e no repasse de benefícios.

Essa trajetória de retração do Estado e avanço do setor privado já se manifestava em 2007, quando o então prefeito de Juruti, Henrique Costa do Partido dos Trabalhadores<sup>205</sup>, junto com a associação denunciava os impactos do empreendimento da Alcoa. Na época, a prefeitura ainda atuava em conjunto com o Ministério Público e a associação de moradores, levando suas reivindicações à imprensa nacional.

A reportagem do jornal *O Globo*, de junho de 2007, demarca o conflito emergente, comparando a disputa em Juruti ao embate em torno da construção de hidrelétricas no Rio Madeira. O trecho da reportagem mostra um cenário em que, de um lado, a Alcoa avançava com seu projeto de exploração de bauxita e, de outro, a prefeitura e o Ministério Público alertavam para os impactos negativos do empreendimento: contaminação da água, invasão de assentamentos e danos socioambientais.

O próprio prefeito, à época, reconhecia a incapacidade da cidade de absorver as transformações impostas pela mineração:

A Alcoa não previu que nossa demanda de serviços aumentaria. Tinha que nos ajudar a preparar a cidade antes de começar as obras. Nossos serviços estão estrangulados, hospitais e escolas superlotados, e a criminalidade aumentou. Nem lugar para a gente botar todo o lixo tem mais – diz o prefeito Henrique Costa (PT)<sup>206</sup>.

Esse discurso, ainda naquele período, já se desenhava uma lógica de exploração em que a empresa chega, ocupa, muda as dinâmicas espaciais e sociais, mas não garante a devida infraestrutura para a população.

---

<sup>204</sup> SILVA, Sandra, *idem*.

<sup>205</sup> Prefeitura do município Henrique Costa – PT (2004-2008), Henrique Costa – PT (2008-2012), Lucidia Benitah Batista – MDB (2021 - atual).

<sup>206</sup> Chegada de um gigante na pequena Juruti: empresa americana leva empregos para cidade da Amazônia, mas MP e prefeito reclamam de danos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2007, p. 13. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC.

Para além disso, tanto Sandra quanto Nelsia trazem como a ausência do poder público fortalece a atuação da mineradora, que ocupam esse vácuo institucional com suas próprias práticas de mediação e compensação. O que se vê é uma sobreposição de poderes: de um lado, associações como a ACORJUVE e a ACOPRUMS assumem funções que deveriam ser do Estado; de outro, a Alcoa se coloca como um ator central, negociando diretamente com a comunidade.

A fala de Sandra também reforça outras experiências das outras sócias: o medo em relação os rejeitos e bacias da mina. A mineradora afirma que há segurança, mas os moradores não têm meios para verificar essa informação. Ainda que visitas tenham sido feitas, não há respaldo técnico suficiente para avaliar as condições reais da mineração,

Olha, eles já foram lá várias vezes fazer visita, mas não levaram, na verdade, os técnicos para ver. Eles vão assim, mas só foram os sócios e os conselheiros, e não o conhecimento, aquele conhecimento. Mas o Gerdenor tá querendo levar os técnicos para ver mesmo como tá lá. Eles falam que tem segurança, mas não tem. A gente se preocupa com isso porque sabe que eles estão mentindo pra gente, né? Aí, sobre isso, a gente fica preocupado mesmo. Eu ainda não fui nenhuma vez, mas quando tiver outra visita, eu vou lá [...]. Não tá em segurança porque a gente tem que ir lá verificar, mas como a gente não aprendeu e estudou para isso, a gente não sabe realmente se tá seguro ou não. Aí, já foram vários sócios e também comunitários da comunidade, presidente de comunidade, conselheiros, né? Já foram lá. Só que daqui, da nossa comunidade, ainda não foi ninguém, porque esse mês passado, que era para a gente ir, não teve mais a visita lá<sup>207</sup>.

Esse cenário não é isolado. Assim como outras entrevistadas já demonstraram, há uma percepção crescente de que a luta comunitária não se dá apenas no campo político, mas também no campo do conhecimento.

Figura 11: Visita técnica à mina da Alcoa, publicada sexta-feira, 10 de fevereiro de 2012



Fonte: Blog ACORJUVE. Disponível em: <https://acorjuve-acorjuve.blogspot.com/2012/02/visita-tecnica-mina-da-alcoa.html>

<sup>207</sup> SILVA, Sandra, *idem*.

Na sexta feira dia 03 de fevereiro, conselheiros, diretores e assessores da ACORJUVE visitaram a mina de bauxita da ALCOA. Durante a visita foi explicado como a mesma funciona e como será o processo de recuperação das áreas onde foi tirada a bauxita. Se é que isso é possível?<sup>208</sup>

Tivemos acesso a imagens publicadas pela ACORJUVE nas redes sociais (blog) de 2012 que demonstram como a associação tem utilizado as novas mídias digitais para ampliar vozes e reivindicar suas demandas. Ao divulgar a visita de homens e mulheres do assentamento PAE Juruti Velho à mina, a ACORJUVE não apenas documenta sua atuação, mas também estabelece um canal direto com a população, reforçando sua posição como mediadora e articuladora das questões locais.

Como apontam Dagmar Talga e Thiago Mainieri, os movimentos sociais têm se apropriado das mídias digitais para publicizar suas ações e fortalecer suas articulações políticas e formativas; estabelecer canais diretos com seu público; divulgar e publicizar suas ações por meio da internet<sup>209</sup>.

O fato de a ACORJUVE manter uma presença constante nas redes sociais, publicando as visitas e registrando, demonstra que as comunidades não estão passivas. Pelo contrário, ao utilizar a internet como ferramenta, a associação constrói um espaço contra-hegemônico de comunicação já visto aqui com a imprensa nacional, rompendo com a tradicional assimetria de poder na circulação de informações e reafirmando sua autonomia no debate público.

Entretanto, a Sandra ainda deseja maior participação da comunidade na fiscalização da bacia. É fato de que alguns representantes já visitaram a empresa, mas que moradores da sua comunidade ainda não tiveram essa oportunidade, reforça a importância de ampliar os espaços de envolvimento. Assim como já foi observado em outras falas, a organização política vai além das lideranças formais, envolvendo também os moradores, que buscam meios de exercer seu direito à informação e à segurança.

O histórico da Alcoa em deixar rastros de contaminação e destruição não é uma preocupação de agora para assentados como a Sandra. Em maio de 2007, durante duas audiências públicas realizadas em Juruti, os comunitários denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público do Pará (MPPA) os impactos causados pela empresa. Eles relataram que a água dos igarapés estava sendo contaminada, que o

---

<sup>208</sup> Disponível em: <https://acorjuve-acorjuve.blogspot.com/2012/02/visita-tecnica-mina-da-alcoa.html>

<sup>209</sup> TALGA, Dagmar Olmo; MAINIERI, Tiago. **O impacto das novas mídias digitais na luta pela terra no estado de Goiás**. In: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, 38., 2015, Rio de Janeiro. Anais. São Paulo, Intercom, 2015, *passim*.

desmatamento avançava dentro do território do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Juruti Velho e que a qualidade de vida das comunidades estava piorando<sup>210</sup>.

Diante dessas denúncias, os Ministérios Públicos entraram com uma ação na Justiça pedindo a suspensão das licenças ambientais da mineradora<sup>211</sup>, alegando que os estudos apresentados pela empresa não mostravam a real dimensão dos danos que estavam sendo causados. Enquanto isso, os moradores de Juruti sentiam, na prática, as consequências da chegada da mineração: a terra encareceu, o custo de vida subiu, a criminalidade aumentou e a cidade não tinha estrutura para comportar tanta gente nova que chegava em busca de trabalho.

Enquanto as comunidades tradicionais, que se opuseram desde o início, sentem os impactos em todas as esferas da vida, como já narrado e rememorado pelas guardiãs da memória/entrevistadas da pesquisa, também podemos analisar a situação sob a ótica de outros sujeitos, vejamos a seguinte entrevista:

**Procurador afirma que impactos causados pela Alcoa no Pará são graves**

Em reunião hoje com o secretário de Meio Ambiente do estado do Pará, Valmir Gabriel Ortega, os Ministérios Públicos Federal e Estadual solicitaram o cancelamento da licença ambiental concedida à Alcoa para exploração de bauxita no município de Juruti.

Em entrevista exclusiva ao site Amazônia, o procurador Raimundo Moraes, coordenador do núcleo de meio ambiente do Ministério Público Estadual (MPE), explicou que a decisão de solicitar a suspensão tem o objetivo de evitar uma reação violenta por parte da população local, que deseja a saída da empresa a qualquer custo, e promover uma revisão rigorosa do licenciamento. Apesar de a exploração do minério estar programada para começar apenas em 2008, a população, em audiências públicas realizadas nos dias 2 e 3 de maio, afirmou já sofrer com impactos decorrentes da construção dos alojamentos para funcionários da multinacional, de um porto e de uma estrada. Para Moraes, "os impactos são tão evidentes que a Alcoa não rejeitou nenhum deles. Ela afirmou que estava fazendo a correção dos problemas e reconheceu que não tem uma boa relação com a comunidade". Para ele, porém, os problemas são graves e não se trata apenas de fazer reparos.

**Impactos**

Dentre os problemas constatados nas audiências está a contaminação da água de Igarapés que banham a cidade. Estudos técnicos apontaram a presença de coliformes fecais no lago Jará, que abastece o município, e dados da Secretaria de Saúde mostram que os casos de hepatite viral – causada pela ingestão de água contaminada por fezes humanas – saltaram de 26 em 2006 para 121 nos

<sup>210</sup> Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mineracao-versus-comunidades-tradicionais-extrativistas-no-extremo-oeste-do-para-deterioracao-de-igarapes-lagos-e-corte-de-matas-e-castanheiras/>

<sup>211</sup> A licença prévia para a instalação da planta pela Alcoa foi concedida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) em 2005. Na ocasião, o representante do Ministério Público Estadual (MPE) emitiu voto contrário à emissão. Logo em seguida, o órgão, juntamente com o Ministério Público Federal (MPF), ajuizou ação civil pública solicitando o inter rompimento das atividades da empresa na região. As audiências foram acompanhadas pelo coordenador do Núcleo de Meio Ambiente do MPE, o promotor de Justiça Raimundo Moraes, e o procurador da República Daniel César Azeredo Avelino, que responde pelo MPF em Santarém. Membros dos dois órgãos também visitaram os locais afetados.

quatro primeiros meses deste ano. A comunidade acusa a Alcoa de não realizar o tratamento adequado do esgoto do alojamento de seus funcionários<sup>212</sup>.

A primeira matéria, de 13 de maio de 2007, publicada no Fórum Carajás<sup>213</sup>, destaca o depoimento do procurador Raimundo Moraes, que aponta uma série de problemas graves causados pela presença da empresa, incluindo a contaminação da água e o desmatamento em áreas não autorizadas. A população local já sofria com impactos, como a poluição dos igarapés, antes mesmo do início das atividades de exploração, o que mostra a falha no processo de licenciamento.

A falta de confiança na empresa e os impactos diretos sobre a saúde, como o aumento dos casos de hepatite viral, são elementos importantes no relato do procurador. A crítica de que a empresa não assume integralmente seus problemas e tenta minimizar a situação se alinha à falta de uma resposta satisfatória e de amparo adequado por parte das autoridades e da empresa.

Além disso, documentos apresentados pelo Incra indicavam que a empresa estaria desmatando áreas protegidas dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho e Socó.

Outra publicação feita em 11 de maio de 2007 pela Repórter Brasil expõe a versão da Alcoa sobre os mesmos problemas, mas de uma maneira mais defensiva, tentando justificar o que foi descrito como "impressões" da comunidade sobre a contaminação:

[...] De acordo com Tiniti Matsumoto Júnior, gerente geral de desenvolvimento da Alcoa Mina de Juruti, a mineradora investiu R\$ 1,7 bilhão nessas obras. O objetivo da empresa é explorar 2,6 milhões de toneladas de bauxita anualmente; metade da produção deve se destinar ao mercado externo. Segundo estimativas, as reservas devem durar para a exploração de um período de 70 anos, "não temos evidências de contaminação [nos mananciais]", diz o gerente da Alcoa em entrevista à Carta Maior. Segundo ele, houve dois casos em que a população "pode ter tido a impressão de que a empresa estivesse jogando esgoto nos igarapés". No ano passado, durante a época de chuvas, uma lagoa transbordou. Essa lagoa seria uma estação de tratamento do alojamento temporário dos empregados da Alcoa, mas foi fechada porque uma análise indicou um "potencial de risco". A segunda situação ocorreu quando obras de melhorias estavam sendo feitas nas ruas de terra e, com o início da estação chuvosa, a terra correu para o lado dos lagos, segundo Matsumoto. "Por isso paramos com as atividades de melhorias, que vão ficar suspensas durante esse período de chuvas", explica. Sobre o desmatamento indevido, Matsumoto afirma que a empresa é autorizada a suprimir até mil hectares de vegetação nativa. "Mas a nossa intenção é reduzir em 40%", declara. O MPE afirma que, na última audiência pública, Matsumoto admitiu que a empresa jogou

---

<sup>212</sup> **Fórum Carajás**. Marabá, 13 mai. 2007. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC. PA0854 UF: PA Número: 1805 Tipo: Conflito - TE Município: Juruti Volume: 01 Conflito: Assentamento Agroextrativista Juruti Velho e Socó / Alcoa.

<sup>213</sup> O Fórum Carajás é uma articulação de entidades do Pará, Tocantins e Maranhão que monitora e acompanha os impactos socioambientais de grandes projetos.

"efluentes" do alojamento dos operários nos igarapés. "Foi um erro já corrigido", disse<sup>214</sup>.

Francisco Fonseca (2011) argumenta que a mídia, sendo uma mercadoria especial, está sujeita a influências de múltiplos interesses, como os econômicos, políticos e sociais. A notícia, como uma mercadoria, não é neutra, mas é moldada por esses fatores, o que pode resultar na distorção de informações e na criação de versões que favorecem determinados grupos. O autor argumenta que a mídia frequentemente mistura intencionalmente fatos e versões, realidade e imaginação, acontecimentos e ficção, o que pode prejudicar indivíduos ou grupos. No entanto, ele não defende uma única verdade absoluta (pois ela não existe), mas sim que os veículos de comunicação sejam obrigados a apresentar diferentes perspectivas sobre os fatos, revelando os múltiplos interesses envolvidos.

Ocorre, assim, uma combinação, muitas vezes propositada, entre "fato" e versão, o "real" e o imaginário, "acontecimento" e ficção, em prejuízo de algo e/ou alguém (indivíduo ou coletivo). Portanto, tal "confusão" na mídia é, sob todos os aspectos, pernicioso à sociedade democrática. Note-se que não se aventa a perspectiva de uma "verdade" única, pois inexistente, mas sim de órgãos da mídia que sejam obrigados a exporem as múltiplas "verdades", isto é, as múltiplas (plurais portanto) interpretações dos "fatos" e, dessa forma, dos interesses. Assim, se essas, dentre outras, consequências do poder da mídia são verdadeiras e, mais ainda, se todos os outros tipos de mercadoria, seus processos produtivos e seus proprietários são, por meios diversos, responsabilizados e fiscalizados por mecanismos de Estado e mesmo da sociedade, não haveria razão para a mercadoria notícia não se submeter a mecanismos semelhantes<sup>215</sup>.

A matéria da Repórter Brasil sobre a Alcoa exemplifica essa dinâmica. A empresa, embora admitindo alguns erros pontuais, como o lançamento de efluentes nos igarapés, tenta minimizar os impactos, descrevendo-os como "impressões" da comunidade e apresentando suas ações corretivas como adequadas. Essa tentativa de controlar a narrativa e reduzir os danos à sua imagem pode ser vista como uma estratégia de manipulação da opinião pública. A empresa utiliza a mídia para apresentar sua versão dos fatos e desqualificar as acusações feitas pelos Ministérios Públicos e pelos assentados.

Além disso, a forma como a Alcoa descreve os problemas como "isolados" ou "já corrigidos" reflete o que Fonseca chama de um equilíbrio instável entre informar e proteger interesses privados. A tentativa de reduzir a gravidade dos impactos e de suavizar a imagem da empresa aponta para a influência que os proprietários dos meios de comunicação podem exercer na forma como as informações são moldadas, visando

<sup>214</sup> **Repórter Brasil**. São Paulo, 11 mai. 2007. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC PA0854 UF: PA Número: 1805 Tipo: Conflito - TE Município: Juruti Volume: 01 Conflito: Assentamento Agroextrativista Juruti Velho e Socó / Alcoa.

<sup>215</sup> FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia**: teoria e práxis dos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, p. 47-48.

interesses econômicos e de imagem. Percebemos que a notícia se inicia com os investimentos da empresa no município, “objetivo da empresa é explorar 2,6 milhões de toneladas de bauxita”, isso teve uma intenção.

Em 2007, a disputa de narrativas já estava veemente. De um lado, a Alcoa e seus aliados políticos e econômicos apresentavam a mineração como a solução para o desenvolvimento. Do outro, moradores, movimentos sociais e o Ministério Público denunciavam os impactos socioambientais da atividade.

A luta da ACORJUVE, através das sócias que fazem parte da associação, mostra o quanto as comunidades de Juruti Velho têm resistido e não estão em vulneráveis às mudanças impostas pela Alcoa. As membras não apenas denunciam os impactos da mineração, como também lutam para garantir que suas vozes sejam ouvidas. Elas falam sobre a contaminação da água, o desmatamento e a dificuldade de acesso às comunidades, problemas que a mineradora insiste em minimizar. Além disso, cobram mais transparência e participação das comunidades nos processos de decisão. Para essas mulheres, essa luta não é só sobre o meio ambiente, mas sobre o direito de permanecer no território, criar seus filhos com dignidade e manter vivas suas formas de organização e trabalho.

Mesmo diante das dificuldades, elas seguem firmes, participando das reuniões, cobrando respostas e denunciando os problemas. A resistência da ACORJUVE não se limita a questionar os efeitos da mineração, mas busca garantir que a comunidade tenha autonomia para decidir seu próprio futuro, sem depender apenas das promessas da empresa.

### **3.3.1 Fé e mobilização: A atuação das Irmãs Franciscanas de Maristela**

“O conflito foi muito grande, muito mesmo”, assim Crisvalda descreve os desafios enfrentados na organização comunitária em Juruti Velho. A criação do movimento não foi um processo simples ou pacífico, mas sim uma construção marcada por disputas. No entanto, essa luta não aconteceu sozinha. Entre aqueles que estiveram ao lado das comunidades temos as Irmãs Franciscanas de Maristela.

A irmã Brunilde<sup>216</sup>, em especial, ofereceu apoio e incentivo à mobilização popular, ajudando a fortalecer a organização local. Hoje, ela já não está mais presente

---

<sup>216</sup> Irmã Brunilde, cujo nome secular é Gertrude Maria Hemerberger, nasceu em 1940, na cidade de Würzburg, localizada na região de Unterfranken, na Franconia, Alemanha, em meio à Segunda Guerra Mundial. Sua cidade natal foi devastada durante o conflito, com 95% de sua infraestrutura destruída. Seu

“foi estocada pra terra dela de volta”, como relembra Crisvalda, mas sua atuação deixou marcas.

A mobilização dos moradores de Juruti Velho não surgiu de forma espontânea. Foi um processo coletivo, envolvendo diferentes atores. Nesse contexto, a presença das missionárias mostra como, naquele momento, a Igreja Católica esteve próxima das comunidades, não apenas pelo viés religioso, mas também pelo compromisso com a organização popular. A atuação das Irmãs Franciscanas faz parte dessa história, revelando como redes de apoio externas se somaram à luta local e colaboraram para consolidar a ACORJUVE como um instrumento de resistência.

Em 1970, as freiras da Congregação Franciscana Maristella chegaram Juruti e se depararam com uma realidade de extrema pobreza e abandono social. Embora a congregação tenha sido fundada em Recife, muitas das irmãs eram originárias da Baviera, na Alemanha, e sua atuação estava profundamente alinhada aos princípios da Teologia da Libertação<sup>217</sup>.

As condições de vida da população jurutiense, marcada pela ausência do poder público e a carência em diversos setores como saúde, educação e moradia, despertaram as irmãs, que decidiram elaborar um planejamento para auxiliar na transformação dessa realidade.

O projeto que desenvolveram estava dividido em ações de curto e longo prazo: no curto prazo, a prioridade era a melhoria da saúde e da educação, com um atendimento básico às necessidades mais urgentes da população, enquanto no longo prazo, buscava-se criar alternativas sustentáveis de geração de renda e formar a população para que, no futuro, pudesse se engajar ativamente nos rumos políticos do município<sup>218</sup>.

A filosofia das freiras e dos padres que as acompanhavam não se limitava a um trabalho assistencialista, no qual as famílias receberiam apoio temporário e, após a partida dos religiosos, retornariam à sua situação de miséria. Ao contrário, eles acreditavam que a verdadeira mudança só seria alcançada por meio de uma educação popular

---

pai, preso como prisioneiro de guerra na Rússia, ficou ausente por mais de dez anos. Com três irmãos, Gertrude enfrentou as dificuldades da guerra com a mãe, recebendo notícias esparsas do pai. Após a guerra, Gertrude se dedicou à vida religiosa e, na década de 1970, chegou ao Brasil, onde começou sua missão em Juruti, no Pará, com a Congregação Franciscana Maristella. Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-de-vida/construir-pela-f/>

<sup>217</sup> COUTO, Raimundo Jorge da Cruz; COLARES, Anselmo Alencar. **Educação popular e engajamento político: o legado das freiras franciscanas Maristella em Juruti, Pará – 1970-1992**. In: Colóquio Nacional E Colóquio Internacional Do Museu Pedagógico Da UESB, 14.; 7., 2022. Anais. Vitória da Conquista: UESB, 2022, p. 1158

<sup>218</sup> COUTO; COLARES. **História de saberes amazônicos e emancipação política**, p. 2.

transformadora, que permitisse à população compreender e atuar sobre as questões sociais que os afetavam diretamente.

Esse foco na educação, na formação cidadã e na autonomia foi central na atuação das irmãs. Por meio do movimento de puxirum, foram erguidas mais de 200 casas de tijolo, tanto na cidade quanto no interior. Esse trabalho colaborativo visava melhorar as condições de moradia, como casas de palha e falta de saneamento básico<sup>219</sup>.

As freiras entenderam que, além das questões de saúde ligadas a mortalidade de crianças, a alimentação da população estava diretamente ligada à pobreza, o que motivou sua atuação em diferentes frentes<sup>220</sup>.

Ao longo de suas ações, elas também se depararam com o potencial da população de Juruti para o artesanato, um saber tradicional herdado dos povos indígenas que ocupavam a região. O artesanato, que anteriormente era uma prática não rentável, foi identificado pelas religiosas como uma forma de gerar renda, e por isso, elas iniciaram cursos de corte, costura e bordado, com o objetivo de aperfeiçoar e profissionalizar as habilidades locais. Esse processo visava não só atender à demanda local, mas também inserir os produtos artesanais no mercado mais amplo, tanto nacional quanto internacional.

A partir de 1970, a produção de artesanato passou a ser um dos pilares da transformação econômica da região, e a participação das comunidades em feiras de artesanato e exposições no Brasil e na Europa começou a gerar novos impulsos e regularidade na produção<sup>221</sup>.

Além disso, as irmãs não se limitaram à promoção da economia local; sua atuação se estendeu à organização comunitária e à conscientização política, com o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se tornaram um espaço de reflexão e ação política para as populações. As CEBs eram formadas por pequenos grupos que refletiam sobre os ensinamentos bíblicos à luz das questões sociais locais, especialmente as desigualdades estruturais e as injustiças históricas enfrentadas pelos moradores de Juruti.

---

<sup>219</sup> COUTO; COLARES. **História de saberes amazônicos e emancipação política**, p. 2.

<sup>220</sup> As diversas atividades iniciadas que incluíram a fundação do ambulatório Casa Samaritana, a criação de um ateliê de artesanato (com técnicas de corte, costura e cerâmica decorativa), a construção de casas populares em regime de mutirão, a administração da escola paroquial de ensino fundamental Nossa Senhora da Saúde e a fundação do Projeto Casulo para atendimento de crianças em idade pré-escolar. Além disso, as freiras incentivaram a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O fortalecimento do sindicato, no entanto, gerou incomodo ao grande latifúndio e ódio da classe política e dos donos de grandes extensões de terras na região. Cf. COUTO; COLARES. **Educação popular e engajamento político**, p. 1156.

<sup>221</sup> COUTO; COLARES. **História de saberes amazônicos e emancipação política**, p. 3-4.

Esse modelo pedagógico, influenciada pela Teologia da Libertação, defendia a luta contra as desigualdades sociais e a promoção da justiça, foi um marco importante na atuação das freiras. O engajamento das CEBs, que se espalharam pela cidade e pela zona rural, teve uma grande importância na formação de lideranças comunitárias que, mais tarde, se envolveriam nas disputas políticas locais <sup>222</sup>.

Na década de 1980, as ações das freiras e padres começaram a incomodar os poderosos locais. A resistência das classes dominantes foi crescendo, especialmente com a organização dos trabalhadores rurais e o fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti. O trabalho das CEBs passou a ser alvo de hostilidade, à medida que os grupos de base questionavam a velha política opressora.

As demandas por direitos como melhores condições de educação, acesso à energia elétrica, água potável e regularização fundiária começaram a ganhar força, e os religiosos se tornaram cada vez mais atacados pela elite local. A luta por direitos políticos e sociais foi intensificada, culminando na eleição de dois candidatos, oriundos das discussões populares, para a câmara municipal em 1988 <sup>223</sup>.

O ponto de virada foi quando as comunidades locais começaram a se organizar para lutar pela posse das terras, tomando de volta terras que anteriormente pertenciam a latifundiários. Com o apoio da Igreja e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, as comunidades entraram com ações judiciais para garantir o direito à terra, obtendo vitórias progressivas na justiça e recebendo, eventualmente, o título definitivo das propriedades.

Essa resistência levou a um contra-ataque das elites locais, que se utilizaram de acusações e ameaças de morte para deslegitimar o trabalho das freiras e padres. Os ataques incluíam pichação na Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde acusando os religiosos(as) de “comunistas” e ameaçando os padres de morte.

A acusação de comunismo contra padres e freiras em Juruti insere-se em um fenômeno mais amplo de repressão contra setores progressistas da Igreja no Brasil. Como apontam Pere Petit, Airton Pereira e Fábio Pessôa, desde o golpe militar de 1964, a hierarquia eclesiástica estava dividida: enquanto um setor conservador apoiava o regime

---

<sup>222</sup> COUTO; COLARES. **História de saberes amazônicos e emancipação política**, p. 13-14.

<sup>223</sup> COUTO; COLARES. **História de saberes amazônicos e emancipação política**, p. 15.

e combatia o "comunismo ateu"<sup>224</sup>, outro se aproximava das demandas populares, influenciado pelo Concílio Vaticano II e pela Teologia da Libertação.<sup>225</sup>

No Pará, esse processo se manifestou com a perseguição a religiosos que incentivavam a mobilização social. Em 1964, o arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos, um dos principais defensores do golpe, reafirmou a necessidade de combater o comunismo e desmobilizar iniciativas populares, como o Movimento de Educação de Base e a Frente Agrária Paraense<sup>226</sup>. Essa visão legitimou a repressão contra padres e freiras que apoiavam trabalhadores rurais e populações marginalizadas, levando à criminalização de suas ações em todo o estado.

No caso de Juruti, a atuação das CEBs e do Sindicato dos Trabalhadores fortaleceu a luta por direitos como acesso à terra, energia elétrica, escolas e saneamento básico. Esse movimento representava uma ameaça direta às elites locais, que historicamente controlavam o território e exploravam a mão de obra de trabalhadores rurais.

A pichação na Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde em Juruti, acusando os religiosos de "comunistas", reflete esse processo. O objetivo não era apenas atacar ideologicamente as freiras e padres, mas enfraquecer os movimentos populares e deslegitimar suas reivindicações. Como ocorreu em outras partes do país, a elite local apropriou-se do discurso anticomunista para impedir mudanças estruturais e manter seu domínio sobre as comunidades rurais.

O trabalho das freiras em Juruti, embora tenha sido interrompido pela perseguição política e pela saída dos religiosos em 1980, deixou um legado duradouro. Em 1992, as freiras franciscanas encerraram suas atividades na sede do município de Juruti e partiram para outras missões. Do grupo inicial, restou apenas a freira Brunilde, que continuou seu trabalho na região ribeirinha do município, mais especificamente na Vila Muirapinima.

---

<sup>224</sup> PETIT, Pere; PEREIRA, Airton dos Reis; PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **Camponeses, fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990**. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 337-365, 2º sem. 2014, p. 354.

<sup>225</sup> PETIT; PEREIRA; PESSÔA, *op. cit.*, p. 354. Como uma instituição extremamente complexa, em 1964 a Igreja católica no Brasil abrigava, em seu interior, setores que expressavam posições diferentes diante da conjuntura política do país. Havia um amplo setor conservador, anticomunista, que identificava o governo Goulart como sendo pró-comunista, ou condescendente com estes, que participava ativamente das manifestações de oposição ocorridas em várias capitais do país intituladas Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em consonância com a posição baseada na visão do papa Pio XI "de que o comunismo era o mal a ser combatido, já que ele e a ação de seus partidários eram os responsáveis pelo enfraquecimento da Igreja e pelo impedimento de sua ação pastoral entre os pobres".

<sup>226</sup> PETIT; PEREIRA; PESSÔA, *op. cit.*, p. 354-355.

Foi nesse local que a freira inaugurou uma nova casa, dando continuidade ao trabalho de apoio à comunidade <sup>227</sup>.

Em entrevista de irmã Brunildes, registrada e digitalizada como parte do projeto *25 anos de Museu da Pessoa no Brasil: Fortalecimento e Consolidação de Acervo*, publicado em 15 de março de 2024, mas realizada antes de seu retorno à sua terra, traz reflexões importantes sobre a dinâmica política de Juruti Velho. Seu relato nos mostra como as disputas partidárias e o a mobilizações no campo se deram ao longo dos anos<sup>228</sup>.

Ela destaca que quando chegou, durante a Ditadura Militar, a política local estava restrita à polarização entre Arena e MDB, sendo este último predominante em Juruti Velho, “aqui em Juruti Velho, é interessante, sempre foi o MDB que ganhou”<sup>229</sup>. Contudo, segundo sua percepção, o MDB local não tinha como objetivo central transformar a realidade da população, mas sim manter uma estrutura de poder: “Não é muito do... era mais um negócio, assim, de poder, né? Não é tanto de ajudar, a mudar a região. Simplesmente uma luta pelo poder - eu vejo assim, não sei. Eles dizem que não”<sup>230</sup>.

A primeira grande ruptura nesse cenário ocorreu com o surgimento do Partido dos Trabalhadores na década de 80 na região. Segundo irmã Brunildes, as primeiras eleições foram difíceis, e a aceitação do partido foi lenta: “a primeira eleição do PT aqui eram sete votos (risos). Certo: sete votos.” O fortalecimento do partido, no entanto, esteve ligado ao trabalho de conscientização política realizado pela Igreja e sua congregação, “a gente ajudou no sentido de mostrar que outra política é possível. Que o povo tem direito, o povo tem poder se eles se unirem... e podem fazer outro Brasil”. Essa influência gerou reações adversas por parte das forças políticas tradicionais, “sempre colocaram que não presta, não sei o que... às vezes horrível (risos).”

O relato da irmã Brunildes confirma que, em Juruti Velho, a mobilização política não se deu espontaneamente, mas foi resultado de um processo de construção coletiva. Se, por um lado, a política era dominada por interesses de manutenção de poder, por outro, a chegada de novas perspectivas, impulsionadas pela Igreja e por movimentos sociais, abriu caminho para uma participação mais ativa da população. O avanço do PT

---

<sup>227</sup> COUTO; COLARES. **Educação popular e engajamento político**, p. 1158.

<sup>228</sup> Realização Museu da Pessoa, PRONAC 164380, com o apoio financeiro do BNDES, via Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal. Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-de-vida/construir-pela-f/>

<sup>229</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes). Depoimento concedido ao projeto **25 anos de Museu da Pessoa no Brasil: Fortalecimento e Consolidação de Acervo**. Publicado em 15 mar. 2024

<sup>230</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes), *idem*.

na região e sua disputa com o MDB refletem a transformação do cenário político, marcado por embates e pelo desafio de romper com estruturas consolidadas.

A atuação da irmã, com seu foco na formação política e social das comunidades, ajudou a criar uma base sólida de resistência que perdurou muito além de sua saída. Esse processo culminou na criação da ACORJUVE, que se tornou um dos principais instrumentos de organização e luta por direitos e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais de Juruti Velho.

**Maiara:** sobre as irmãs franciscanas, você poderia me falar qual foi o papel delas para o Movimento da ACORJUVE?

**Eliana:** Elas também foram mulheres que lutaram muito para conseguir isso por nós, porque eu digo assim, né, que se não fosse elas, a gente não teria conseguido isso para nós. Graças a Deus, ver essas mulheres, graças a Deus elas conseguiram o que queriam, não conseguiram mais porque já são velhas e foram embora, né, tem as outras, mas elas estão sempre incentivando para que venham melhorias para nós. Porque nós temos precisado, nós temos precisado dessa ajuda e estamos sendo perseguidos por eles, né. A gente faz a reunião para ver se conseguimos mais para o sustento da nossa comunidade, do nosso PAE Juruti Velho<sup>231</sup>.

A fala de Eliana nos permite perceber a profundidade da relação entre a Igreja Católica, as irmãs franciscanas e o movimento. Ela representa a congregação não apenas como uma assistência religiosa, mas principalmente como rede de apoio e orientação. Ao afirmar que "se não fosse elas, a gente não tinha conseguido isso para nós", ela reconhece a participação das irmãs foi determinante na articulação e na criação de uma base que possibilitou o fortalecimento da comunidade.

Contudo, a saída delas não significou o fim dessa luta. Ao contrário, foi um processo de socialização, inicialmente orientada pela congregação, se tornou capaz de seguir com suas próprias iniciativas, ainda que com novos desafios pela frente.

O pensamento e o sentimento religiosos, em suma, as representações e preceitos religiosos, são dimensões constituintes da práxis e se exprimem em práticas que os sustentam e conservam em condições históricas determinadas<sup>232</sup>.

Marilena Chauí, nos fala como o pensamento e o sentimento religiosos não operam de forma isolada, mas estão diretamente ligados à práxis, na ação concreta dos indivíduos em suas realidades históricas. A religiosidade, nesse sentido, não se apresenta apenas como um reflexo da cultura ou da tradição, mas como um elemento constitutivo das formas de organização e mobilização social.

Vejamos o relato de Cenira, especificamente sobre a reivindicação da indenização de perdas e danos no Platô Capiranga em 2009. Ao mencionar as irmãs “Blunilde, Deca

<sup>231</sup> BATISTA, Eliana, *idem*.

<sup>232</sup> CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização social**. Marilene Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p. 13.

e Fátima”<sup>233</sup>, atribui a participação da Igreja a uma assistência espiritual que se entrelaçou com a estrutura política.

As irmãs estavam “com a bíblia na mão, cantando hinos e hinos por cima de hino”<sup>234</sup>, logo a prática religiosa não estava separada da luta, mas era um dos meios pelos quais a comunidade encontrava força e coesão. A religiosidade, nesse contexto, não era apenas um refúgio emocional, mas uma ferramenta concreta de mobilização, ressignificando que na fé se encontrava forças para pertencer firme durante os dias cansativos e desafiadores acampados na praia.

Figura 12: Irmã Brunildes Hemerberger discursando na ocupação da Base Capiranga da ALCOA pelo “Movimento Juruti em Ação”, jan. 2009.



Fonte: Arquivo digital ACORJUVE, 2009. In: Tese de Luis Otávio do Canto Lopes, 2012, p. 188.

A imagem da Irmã Brunildes discursando durante a ocupação da Base Capiranga, em janeiro de 2009, pelo Movimento Juruti em Ação<sup>235</sup>, representa um momento marcante na ocupação, como já rememorado por Cenira e Eliana. No centro da fotografia, Irmã Brunildes, que segura um microfone, gesticula enquanto discursa para os comunitários. E todos estão aplaudindo e dando apoio ao seu discurso.

A ocupação da base da empresa foi um ato político, no qual as comunidades reivindicavam direitos e denunciavam os prejuízos ambientais e sociais causados pela

<sup>233</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

<sup>234</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

<sup>235</sup> Nome dado à articulação coletiva dos moradores do Assentamento Mamuru, da Gleba Curumucuri e do PAE Juruti Velho.

mineração. O protesto simbolizava o amadurecimento da oposição à empresa, que inicialmente havia sido bem recebida, mas que, com o tempo, passou a ser vista como uma ameaça ao modo de vida tradicional das comunidades.

Além disso, destaca-se o caráter interconfessional da luta: “a maior parte é pela Igreja Católica, a maior parte, mas é como uma divisa, mana, tem católico, tem evangélico. Então ela é apoiada pelo católico e evangélico”<sup>236</sup>. A presença de diferentes grupos religiosos mostra que a mobilização não se restringia a uma única denominação, mas reunia moradores em torno de um direito comum, que beneficiaria a todos, independentemente de sua filiação religiosa.

Crisvalda acrescenta outra camada à compreensão do papel das irmãs na mobilização da comunidade. Se, por um lado, Cenira traz a presença ativa das freiras, acompanhando as manifestações e fortalecendo o movimento com orações e hinos, Crisvalda aponta que essa relação mudou com os anos. “Na época foi elas, aí depois elas abandonaram, não quiseram mais”<sup>237</sup> diz, revelando que, em determinado momento, as irmãs se afastaram da associação.

Esse afastamento, segundo Crisvalda, não foi apenas uma decisão unilateral, mas resultado de conflitos dentro do próprio movimento. Ela menciona que houve desavenças porque as freiras tinham uma posição sobre o “fundo”<sup>238</sup> em que o Ministério público orientava a associação criar um “modelo ideal” em contrapartida ao “modelo nativo” de gerenciamento dos *royalties*, e isso que gerava discordâncias.

“Elas também são a favor desse negócio desse fundo, né. Eles são contra a gente receber assim, né”<sup>239</sup>, explica. A posição das freiras entrou em choque com alguns dos

---

<sup>236</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>237</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>238</sup> Cf. DEMEDA, K. S. N. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties de mineração em Juruti Velho, Juruti - PA**. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020. Diante das discussões sobre a destinação dos royalties e indenizações da ALCOA, o Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA) recomendou que a ACORJUVE e a empresa criassem uma fundação de direito privado para administrar esses recursos. A proposta visava evitar o que o órgão considerava um “uso inadequado” dos valores pagos às comunidades do PAE Juruti Velho. Segundo essa recomendação, todos os pagamentos da mineradora deveriam ser depositados em um fundo específico, cuja gestão caberia a um conselho tripartite, formado pela Prefeitura, por empresas locais – incluindo a própria ALCOA – e por representantes da sociedade civil, como a Igreja Católica, que, nesse momento, já estava afastada da associação. Esse modelo passou a ser uma condição imposta para a liberação da indenização às famílias do PAE, resultando em negociações entre a ACORJUVE e instituições que anteriormente apoiavam a associação. A justificativa para essa medida era garantir que os recursos da mineração fossem distribuídos de maneira mais equitativa entre os moradores. No entanto, o formato proposto também introduzia exigências burocráticas e critérios administrativos mais rígidos, distanciando a gestão dos royalties da autonomia das comunidades e submetendo-a a uma estrutura formalizada e institucionalizada.

<sup>239</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

associados e liderança, “mas ele também bateu de frente com elas, aí ele as venceu. Mas, por elas, era pra ter esse negócio de fundo [...] Só sei que o que vai pro fundo não boia mais”<sup>240</sup>, completa sobre a disputa interna e que, no final, a decisão tomada não foi aquela que as irmãs defendiam.

Ao reavaliar o caso e a entrevista concedida ao Museu da Pessoa, percebe-se que o desejo da irmã era que os 1,5% do lucro da exploração repassados para a ACORJUVE fossem utilizados de forma planejada e coletiva. Ela expressava a necessidade de um direcionamento organizado para o uso desse dinheiro, de modo que todas as 23 comunidades fossem beneficiadas de maneira equitativa. “Agora a gente fez o planejamento de como vai ser aplicado esse dinheiro para que 23 comunidades sejam beneficiadas. Pelo menos é a primeira vez que uma mineração tem de pagar para o povo”<sup>241</sup>, afirmou.

Essa realidade não é isolada. Muitas comunidades diretamente impactadas pela mineração ainda enfrentam a falta de investimentos básicos em infraestrutura, como escolas. Nesse contexto, a disputa sobre a destinação do fundo não era apenas uma questão burocrática, mas refletia as desigualdades estruturais que marcam essas localidades.

Por outro lado, a recomendação do Ministério Público para a criação de um fundo administrado por um conselho tripartite, composto pela Prefeitura, por empresas locais (incluindo a própria mineradora) e por representantes da sociedade civil, como a Igreja Católica, suscitou outros debates, uma vez que retiraria a autonomia dos sócios e das famílias do assentamento PAE.

A partir de 2013, com as divergências surgindo em relação à gestão dos royalties da mineração, gerou questionamentos sobre a transparência e o cumprimento das deliberações da assembleia geral. As irmãs de Maristela passaram a contestar a administração e a exigir maior clareza na prestação de contas, o que resultou em um acirramento das tensões com a diretoria da ACORJUVE.

O ponto de ruptura ocorreu quando as irmãs defenderam que Gerdeonor Pereira não se candidatasse novamente à presidência da associação, recomendação que não foi acatada por ele. Em resposta, um grupo de moradores organizou uma chapa de oposição com o apoio das irmãs, como mentoras. A disputa resultou na divulgação de críticas

---

<sup>240</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>241</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes), *idem*.

públicas<sup>242</sup> e um de solidariedade manifesto assinado pelo Padre Alfonso Brumenfeld, da Associação dos Padres da Diocese de Óbidos<sup>243</sup> às religiosas. Esse episódio consolidou o rompimento entre a ACORJUVE e as irmãs de Maristela<sup>244</sup>.

Mesmo com conflitos internos, as entrevistas sempre lembram com carinho e gratidão a presença ativa das irmãs Irmã Fátima, Irmã Deca e Irmã Brunildes, “elas foram guerreiras”<sup>245</sup>, declara Dinai.

Na entrevista ao Museu da pessoa, Irmã Brunildes faz uma análise crítica sobre a chegada da mineradora Alcoa, que a imagem solicita que passaram no princípio foi de bons vizinhos, “no início, eles chegaram e no começo foram muito... toda semana estavam duas vezes aqui, né? Conosco, falaram, não sei o que. E a gente realmente apoiava porque não sabia como era”<sup>246</sup>.

No entanto, a irmã expressa que, com o tempo, o apoio e as visitas amigáveis foram diminuindo. Sempre houve uma preocupação com a dependência futura da comunidade e com a política assistencialista que tentaram empregar: “Apoiava, mas não foi contra, orientava. Eles perguntaram ‘em que a gente podia ajudar?’ Eles disseram que iam ajudar, mas a gente disse que não queria ajudar pra não ficar dependente, né?”<sup>247</sup>.

Com o tempo, ela e outros membros da comunidade começaram a perceber a verdadeira natureza das ações da mineradora, especialmente as táticas usadas para agradar

---

<sup>242</sup> O "Informativo ao Povo de Juruti Velho" denuncia um episódio ocorrido durante uma reunião na sede da ACORJUVE, no dia 5 de fevereiro, em que o Diretor Administrativo da associação divulgou uma gravação feita clandestinamente. A gravação continha falas da Irmã Brunilde, representante das Irmãs Franciscanas de Maristella, e havia sido obtida sem o conhecimento dos envolvidos, durante um encontro entre membros da Chapa 2 e as religiosas no Centro Tabor. O documento acusa Gerdeonor e seu aliado, o técnico agrícola Augustinho, de terem gravado a conversa de forma oculta e de terem reproduzido apenas um pequeno trecho do áudio na reunião, com o objetivo de manipular os membros do Conselho. A estratégia teria sido usada para descredibilizar a Chapa 2 e colocar os participantes contra as Irmãs Franciscanas, especialmente contra a Irmã Brunilde, que havia feito críticas à influência de Gerdeonor sobre o Conselho. O texto classifica a atitude como "suja e desleal", reforçando o tom crítico contra a condução do processo eleitoral da ACORJUVE. Anexo disponível em: DEMEDA. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties...**, p. 227.

<sup>243</sup>O Manifesto de Solidariedade detalha preocupações sobre a condução de processos internos na ACORJUVE, surgidas após uma gravação não autorizada e a não publicação de depoimentos em 5 de fevereiro de 2013. O documento enfatiza que a representatividade da ACORJUVE depende do respeito às regras democráticas, repudiando manipulações e manobras contra a autenticidade e o respeito à Irmã Brunilde e às Irmãs Franciscanas de Maristela, reconhecendo sua importante contribuição às comunidades. O manifesto expressa ainda solidariedade aos que pedem uma eleição livre e com voto secreto em 15 de fevereiro, priorizando os interesses da Associação acima de quaisquer interesses pessoais. Anexo disponível em: DEMEDA. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties...**, p. 228.

<sup>244</sup> DEMEDA. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties...**

<sup>245</sup> BATISTA, Dinai, *idem*.

<sup>246</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes), *idem*.

<sup>247</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes), *idem*.

a população: “Eles distribuíram presentes, sabe? Fizeram reunião e deram faca, deram isso, deram aquilo”<sup>248</sup>.

Esse comportamento de “compra”, através de presentes, foi algo que gerou desconfiança e críticas por parte da Irmã Brunildes, que fez uma comparação com as ações dos colonizadores portugueses: “A gente disse 'igual ao que fizeram com os índios!’”. Quando questionada sobre os resultados da mineração, a Irmã manifestava preocupação com a grande área de terra destinada à exploração de bauxita: “Eu acho muito. Quarenta mil hectares de terra para fazer a mina...”<sup>249</sup>.

Depois das comunidades se organizarem e lutarem, obtiveram a compensação financeira, embora considerasse que o valor ainda era insuficiente para os danos causados: “0,5% do lucro da exploração vai para a ACORJUVE. Zero vírgula cinco por cento, isso que conseguimos. Só isso. Agora, é um bocado, sabe?”<sup>250</sup>.

Ao longo da entrevista, é enfatizado que a postura da Igreja e de Irmã Brunildes em relação à Alcoa foi de oposição. Ela menciona como as comunidades, especialmente a ACORJUVE, e a conjuntura política de esquerda, marcada pelo crescimento da aceitação popular do Partido dos Trabalhadores, foram essenciais para a construção de uma identidade política capaz de cobrar da Alcoa um pagamento justo e exigir reparações pelos danos causados. A luta pelos royalties, materializada na exigência de um pagamento trimestral à comunidade, é apontada por ela como uma das grandes conquistas para o enfrentamento dos impactos da mineração. É sobre esse processo que passamos a tratar a seguir.

### **3.4 Disputas por reconhecimento e acesso aos royalties: trajetórias de mobilização social**

Pela memória oral, podemos resgatar a atuação das trabalhadoras rurais na luta por compensações pelos impactos da mineração, pelo direito a uma parte dos lucros da extração e pelos royalties. Mas, mais do que apenas reconhecer sua participação nessas reivindicações, é essencial entender de que forma elas se organizaram e se articularam dentro desse cenário.

Os estudos sobre a mobilização social dos assentados e assentadas do PAE Juruti Velho têm se baseado em diferentes áreas do conhecimento, com ênfase nas estruturas formais da luta coletiva e nas lideranças do movimento, que em sua maioria são homens.

<sup>248</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes), *idem*.

<sup>249</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes), *idem*.

<sup>250</sup> HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes), *idem*.

Essa abordagem, ao priorizar os protagonistas tradicionalmente reconhecidos, tem deixado de lado as mulheres.

É aí que a fonte oral se torna fundamental, pois traz as vozes e vivências de quem esteve diretamente envolvida nesses processos históricos de lutas ambientais. Muitas mulheres tiveram participação ativa na mobilização comunitária, como a irmã Brunildes, mas não só ela. Outras tantas, mulheres comuns, também fizeram parte da resistência do dia a dia, ajudando a construir estratégias e fortalecer a luta.

A partir da história oral das mulheres desterritorializadas do Rio Tocantins, Temis Parente discute a importância de documentar e compreender os papéis de homens e mulheres em contextos específicos como a luta contra grandes projetos desenvolvimentistas, analisando as relações que estabelecem entre si e as dinâmicas sociais envolvidas. Para a autora, a nossa contribuição em trabalhar com mulheres rurais compartilham objetivos semelhantes ao trazer para a historiografia novos temas, como a vida cotidiana, o trabalho doméstico e a esfera privada, ampliando as possibilidades de análise sobre a participação feminina no processo de implantação, como em seu caso, na construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduar do Magalhães<sup>251</sup>.

Parente ressalta ainda que a utilização de fontes orais permitiu romper com uma visão tradicional da história, que por muito tempo marginalizou as experiências das mulheres, e possibilitou a inclusão de perspectivas subjetivas para a compreensão das desigualdades sociais e de gênero.

As mulheres são impactadas de forma diferente, pois são as principais responsáveis pelo cuidado da família e lidam diretamente com os efeitos da contaminação da água, da perda da terra e os efeitos na agricultura familiar<sup>252</sup>. Assim, sua participação não está apenas relacionada a elas mesmas, mas ao coletivo, às comunidades, aos filhos, à alimentação, à saúde e à moradia.

Para Silvia Federici, embora a resistência das mulheres à opressão política e à exploração econômica sempre tenha sido uma constante na história da América Latina, esse processo se intensificou a partir da década de 1970, quando a região passou a sofrer os impactos da globalização e das políticas neoliberais<sup>253</sup>. Diante das crises que afetam diretamente suas comunidades, as mulheres desenvolveram formas autônomas de reprodução social, recriando laços comunitários rompidos por essas transformações.

---

<sup>251</sup> PARENTE, *op. cit.*

<sup>252</sup> FEDERICI. **Na luta para mudar o mundo.**

<sup>253</sup> FEDERICI. **Na luta para mudar o mundo.** p. 3.

Para a autora, o ativismo feminino tornou-se uma base para a mudança social na América Latina, desafiando o capitalismo, o patriarcado e a destruição ambiental. A partir da valorização das relações afetivas e da solidariedade, elas reconfiguram o conceito de política, transformando o cotidiano e o trabalho reprodutivo em ações coletivas que convertem seus territórios em espaços de resistência.

Entretando, a participação das trabalhadoras rurais, em uma organização mista como de comunidades tradicionais, insere-se em um contexto mais amplo de mobilizações sociais no Brasil, no qual o sucesso dessas iniciativas deu-se tanto da abertura do sistema político às demandas populares.

A institucionalização de normas e leis que reconhecem os direitos dessas comunidades é, em grande medida, fruto da luta coletiva que se intensificou com a Constituição de 1988, a qual proporcionou um marco legal que fortaleceu a legitimação das territorialidades específicas e etnicamente construídas. Como consequência desse processo, a ratificação da Convenção 169 da OIT pelo Brasil reforçou a autoidentificação para a garantia desses direitos.

No final da década de 1970, quando a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti surgiu como um espaço de luta política com o incentivo das Irmãs Franciscanas de Maristella, que ofereceram mediação, o sindicato tornou-se um instrumento fundamental para a articulação comunitária. A partir dessa organização sindical, consolidou-se uma maior aproximação das comunidades com o Partido dos Trabalhadores (PT), fortalecendo as demandas locais, especialmente no que diz respeito à luta pela terra e pela implementação de políticas públicas voltadas para a realidade dos trabalhadores rurais <sup>254</sup>.

A ausência de uma abordagem territorializada e humanizada em programas governamentais, como PAC, revela a marginalização de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Esse fator impulsiona a necessidade de organização e para que se garanta a manutenção do modo de vida social e ambiental dessas populações <sup>255</sup>.

A leitura de Federici nos faz refletir sobre a contradição que marcou os governos progressistas na América Latina nos últimos anos. Por um lado, houve uma ampliação do acesso a direitos básicos, como educação e assistência social, beneficiando milhões de pessoas. Mas, por outro, a concentração de terras permaneceu sendo uma das maiores do continente, e o modelo extrativista seguiu como a base do desenvolvimento econômico,

---

<sup>254</sup> SILVA, *op. cit., passim*.

<sup>255</sup> SILVA, *op. cit., passim*.

alimentando um ciclo de exploração dos territórios e de expropriação das populações tradicionais<sup>256</sup>.

Essa contradição se reflete no caso de Juruti. Enquanto há um arcabouço jurídico que reconhece os direitos das comunidades tradicionais, na prática, essas populações tiveram que se organizar para garantir o que estava, ao menos formalmente, assegurado pela lei. Isso mostra que, mesmo diante de governos que se apresentam como aliados das classes populares, a luta por terra, território e autonomia continua sendo travada no enfrentamento direto com o Estado e com as grandes corporações.

Segundo Lindomar Silva, o reconhecimento da ACORJUVE e das comunidades de Juruti Velho como tradicionais e como entidades legítimas de negociação só ocorreu após um intenso processo de mobilização, culminando na visibilidade gerada pelo Fórum Social Mundial (FSM) de 2009, realizado em Belém<sup>257</sup>.

O autor destaca que a mobilização das comunidades, especialmente a ocupação da estrada que dava acesso à base da empresa, foi uma tentativa de forçar a Alcoa a retomar as negociações sobre compensações, uma vez que a mineradora havia abandonado as mesas de diálogo após obter a licença prévia para operar.

Além disso, Silva aponta que, embora o Comunicado de Esclarecimento da Alcoa em fevereiro de 2009<sup>258</sup> tenha formalmente reconhecido a tradicionalidade das comunidades e o papel da ACORJUVE, esse reconhecimento não significa, necessariamente, que os direitos dessas populações passaram a ser plenamente respeitados. O próprio histórico do conflito demonstra que a empresa só cedeu a essa concessão após pressão intensa e repercussão negativa.

Mesmo após a criação do PAE em 2005 e a entrega do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso pelo INCRA em 2009, a mobilização comunitária seguiu sendo fundamental para garantir o controle sobre o território. A negativa do Judiciário a um pedido contrário aos interesses das comunidades, pressionado pela opinião pública e pelos movimentos populares, reforçou essa necessidade.

---

<sup>256</sup> FEDERICI, **Na luta para mudar o mundo**.

<sup>257</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 200-201.

<sup>258</sup> Cf. SILVA, *op. cit.* p. 200. O mesmo documento tenta desqualificar os movimentos sociais em Juruti, dizendo que foram motivados por interesses pessoais, desrespeito à maioria das comunidades. Assim diz o documento: “Apesar disso é como sempre estes projetos despertam diversos tipos de especulações, como também é notório, é natural que algumas pessoas, por diversos razões, queiram ter benefícios diretos; a respeito do apoio da grande maioria da comunidade local, algumas pessoas tentam de toda forma denegrir o “Projeto Juruti” e impedir que a sua implantação aconteça, para isso fazem ameaças aos empregados da Autora, tentam invadir os imóveis adquiridos para construção da infraestrutura do projeto de mineração, promover manifestações nem sempre pacíficas.

Esse cenário de conflitos se intensificou em janeiro de 2009, quando a luta pelos direitos territoriais e por compensações levou o “Movimento Juruti em Ação”, liderado pela ACORJUVE, a ocupar por nove dias as bordas da Base Capiranga. A mobilização só foi encerrada após representantes do poder público e da empresa mineradora se sentarem à mesa de negociação com os 187 integrantes do movimento <sup>259</sup>.

Figura 13: Ocupação da Base Capiranga, Alcoa, em janeiro de 2009.



Fonte: Arquivo digital ACORJUVE, 2009. In: Tese de Luis Otávio do Canto Lopes, 2012, p. 188.

Como vemos no registro feito, o movimento reuniu uma diversidade de sujeitos sociais, abrangendo homens e mulheres de diferentes idades, incluindo crianças, jovens e idosos. No percurso, o Movimento Juruti em Ação expandiu sua atuação para além do PAE Juruti Velho, passando a incluir moradores do Assentamento Mamuru e da Gleba Curumucuri. Segundo Kátia Demeda, essa ampliação ocorreu com o propósito de fortalecer a defesa dessas localidades contra ameaças como a exploração ilegal de madeira, a presença de posseiros e os projetos de expansão da mineradora no Lago Grande<sup>260</sup>.

A experiência de Cenira com a ACORJUVE nos mostra na práxis como a mobilização em frente à Alcoa se deu a partir de uma luta coletiva, forjada na necessidade de enfrentar a exploração e a violência institucional. Desde os primeiros momentos, sua

<sup>259</sup> SILVA, *op. cit.* p. 186.

<sup>260</sup> DEMEDA. *Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties*, p. 16.

participação esteve atrelada à organização, demonstrando como as mulheres não apenas compunham a base do movimento, mas estavam ativamente envolvidas na sua construção.

**Cenira:** Olha, querida, desde que começou essa ACORJUVE, mana, quando... quando começou isso, começou uma manifestação, e desde lá nós já fomos congregando nela. [...] Olha, mana, essa manifestação foi por uma luta para nós conseguirmos o nosso benefício, porque a Alcoa fez muita coisa com nós, muito mesmo. Ela queria julgar, julgar o povo, e aí foi que se formou essa associação, a ACORJUVE. Foi por luta. E foi luta, luta. Aí nós nos reunimos mesmo e fomos pra lá, pra frente da base. Eu não tô lembrando se foram duas semanas... parece que foi duas semanas essa luta. E foi pimenta no rosto, e foi muita coisa.

**Maiara:** Me conte mais sobre isso, que ano foi o movimento?

**Cenira:** Meu amor, eu não sei que ano começou, eu não tô lembrada. E foi pimenta no rosto, era polícia, polícia... Igi! Aqui nesse tempo a água tava entrando e as polícias estavam lá, mas nós não criamos medo também, né? E foi luta, meu amor, e foi luta! E gritavam... Quando eles diziam que iam jogar contra nós, a gente gritava mais alto do que eles.

**Maiara:** E quem é que ia de frente com vocês da Alcoa?

**Cenira:** Era os policiais, mana, era os policiais! Porque por eles, não ia lá alguém, era só os policiais. Agora, pra enfrentar esses policiais, era nós. De frente a frente, cara com cara<sup>261</sup>.

Cenira rememora que a ocupação durou cerca de duas semanas e foi marcada por confronto direto. A mobilização não ocorreu sem conflitos. Para ela, a criação da ACORJUVE não foi um processo administrativo neutro. A associação surgiu como um instrumento de resistência popular não apenas contra a exploração, mas também contra o desrespeito, já que os representantes da classe dominante que rege a empresa os subjogavam como omissos e vulneráveis.

Cenira nos diz que a repressão foi violenta, com uso de gás de pimenta e forte presença policial para intimidar os manifestantes. Esse enfrentamento direto representa as formas de repressão utilizadas pelo Estado para garantir os interesses da mineração, uma aliança entre capital e violência estatal.

Sua fala, frisa em muitos momentos que “foi luta, foi luta”, reforçando a intensidade do embate e o compromisso dos moradores com a defesa de seus direitos. Essa resistência, protagonizada por mulheres como Cenira, não pode ser reduzida busca por compensações financeiras, mas deve ser compreendida como parte de uma totalidade contra a expropriação e a marginalização por toda a Amazônia.

Ao longo da entrevista, fica evidente que a mobilização feminina não se limitou à esfera privada, mas se materializou no enfrentamento direto contra a opressão econômica e política. A experiência de Cenira e das mulheres da ACORJUVE se alinha diretamente com a análise de Silvia Federici sobre o papel das mulheres camponesas nas lutas por

---

<sup>261</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

terra e pelo bem comum na América do Sul. Para Federici, as mulheres em contextos de conflito fundiário e ambiental não apenas lutam por seus direitos imediatos, mas também assumem um papel político, participando das assembleias, desafiando a repressão estatal, como a própria violência policial dita por Cenira, tornam-se assim guardiãs da terra<sup>262</sup>.

Elas resistem à cooptação pelas empresas e governos, diferentemente de muitos homens, que são seduzidos pelas promessas de salário e oportunidades econômicas oferecidas pelas corporações transnacionais, reforçando a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres.

Sua fala representa essa guarda: “Chegou um momento de morte, é porque eles prometiam, mas nós também não se fracássemos, já pensou tinha polícia que tava preto, mas nós não criemos medo”<sup>263</sup>, relembra Cenira. A empresa aliada ao Estado, enquanto projeto de exploração capitalista, avança sobre os territórios não apenas por meio de promessas de desenvolvimento, mas também através da violência e da coerção.

Cenira participou ativamente da ocupação desde o início até o fim, junto com seus filhos, determinada a lutar pelos direitos da comunidade. Embora não tenha sido diretamente atingida pelo spray de pimenta, ela relembra que moradores da comunidade Monte Sinai, inclusive crianças, sofreram com a repressão policial:

Participei, com meus filhos tudinho até o fim do começo ao fim pra conseguir, mana, eu não peguei pimenta no meu rosto, mas aqui esse pessoal do Monte Sinai até as crianças pegou spray de pimenta no rosto, mas conseguimos porque tem um Deus lá do céu<sup>264</sup>.

As lembranças de Rosinete da ocupação da base da mina, também traz repressão policial foi uma resposta direta à mobilização da comunidade. Ao descrever sua experiência ela menciona que, já no primeiro dia, a polícia estava posicionada para impedir a entrada dos manifestantes: “Aí nós fomos pra lá desde primeiro dia que foi engraçado, chegamos lá pra subir com tudo pra cima, chegamos lá a polícia já tava lá pra enfrentar nós, aí jogaram spray de pimenta em nós”<sup>265</sup>.

Outro ponto importante da entrevista de Rosinete, ela cita o caso de seu próprio filho, que, na época, era criança e sofreu diretamente os impactos da violência policial: “Esse meu filho que tá aí pegou spray de pimenta no olho dele, ele chorava muito, aquele

---

<sup>262</sup> FEDERICI. *Na luta para mudar o mundo*.

<sup>263</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

<sup>264</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

<sup>265</sup> PRATA, Rosinete, *idem*.

ali, com um sinalzinho na testa”<sup>266</sup>. Eliana também foi com seus filhos e filhas que ainda estavam pequenos, e narra como foi a chegada na praia:

Quando chegamos lá, a gente saiu do barco pensando que seria algo como um encontro comunitário, algo unido. Mas que não fosse uma guerra. Jogaram sprays de pimenta na gente. Muitas mulheres caíram na praia com pimenta. Um rapaz foi atingido no olho e quase ficou cego. Foi uma desumanidade total, parecia que aquelas pessoas não tinham amor por ninguém. Eu gritava, dizia que não era só a gente ali, que havia crianças também. Algumas pessoas não tiveram coragem de subir, mas eu fui com meus filhos. Minha filha mais nova dizia: "Mamãe, não vá!" Mas eu dizia: "Bora, meu filho, bora!" Peguei na mão dela e seguimos. Ela puxava pra trás, mas eu a encorajava. As mulheres estavam cercadas, e a confusão começou a aumentar. A gente pedia, tipo assim, socorro, né? Pra pararem com isso, né? Achamos que não fosse assim. Eu fiquei animada para ir pensando que não fosse assim. Eu tinha reunião em comunidade. Cheguemos lá, foi horrível <sup>267</sup>.

Enquanto protestavam, Rosinete e Eliana tinham que garantir que seus filhos estivessem protegidos, alimentados e, diante da violência, confortá-los no medo e na dor. Quando o spray atingiu as crianças, não bastava apenas lidar com o próprio sofrimento físico e psicológico da repressão, elas também precisavam acolher o desespero dos filhos, acalmá-los e buscar formas de minimizar os impactos daquela experiência traumática. O cuidado psíquico, como aponta Tithi Bhattacharya, é uma dimensão do trabalho das mulheres que muitas vezes passa despercebida, mas que se torna evidente em situações como essa <sup>268</sup>.

O que deveria ser um ato de reivindicação pacífica logo se transformou em uma cena de guerra, onde o Estado, ao invés de mediar o conflito, se colocou como força repressora, que teve impacto diferente sobre as mulheres, que não apenas foram alvos diretos da agressão, mas também carregavam a responsabilidade de proteger seus filhos em meio a disputa.

O desespero de Eliana ao ver as mulheres caindo e as súplicas por socorro mostram como a repressão estatal não se limitou a conter o protesto, mas buscou desmoralizar e amedrontar os participantes, especialmente as mulheres, que tradicionalmente são vistas como “frágeis” e, por isso, têm sua força subestimada.

Rosinete descreve o percurso das negociações que participou e a frustração de ver constantemente negada a atuação efetiva da comunidade no processo decisório:

Isso foi uma luta né, a gente foi, eu fui até pra Santarém também na negociação que teve né, aí eles não aceitavam, chega na hora pra negociar, aí a gente teve que sair da negociação, aí vai várias reuniões não aceitavam, aí que se reunimos pra fazer a manifestação, nove dias aí na Base Capiranga <sup>269</sup>.

<sup>266</sup> PRATA, Rosinete, *idem*.

<sup>267</sup> BATISTA, Eliana, *idem*.

<sup>268</sup> BHATTACHARYA, *op. cit.*, p. 103.

<sup>269</sup> PRATA, Rosinete, *idem*.

A participação de Rosinete na luta não se limitou ao espaço local; ela se deslocou até Santarém para tentar negociar, demonstrando que as mulheres não apenas estavam presentes, mas desempenhavam papéis estratégicos no movimento. A presença feminina é particularmente significativa porque desafia a noção de que a política e a negociação de direitos são espaços tradicionalmente masculinos.

Ao viajar para Santarém e estar na linha de frente da manifestação, Rosinete rompe com o estereótipo de que as mulheres das comunidades amazônicas se restringem ao cuidado da casa e dos filhos. Ela se insere ativamente no espaço público. A organização do acampamento na Base Capiranga, conforme narrado por ela, revela não apenas a dimensão logística da mobilização, mas a forma como a comunidade construiu estratégias.

A chegada ao local foi cuidadosamente planejada: a convocação ocorreu por meio de reuniões, e a viagem até a base foi feita em barcos vindos de diversas comunidades: “uma reunião, aí depois ele falou como era pra gente chegar, todos de barco combinou com a comunidade o dia certo só que ele não tinha falado pro pessoal da mina não, mas tinha gente que acho que contou ligou logo pra lá”<sup>270</sup>.

O deslocamento por via fluvial, característica das populações ribeirinhas, foi um recurso que permitiu a mobilização em massa. No entanto, a presença da polícia na entrada da base foi um alerta que a empresa já havia sido informada sobre o protesto, indicando eles tinham aliados internos ou que contava com um aparato de vigilância para antecipar qualquer ação do movimento.

Outra dimensão da organização foi a alimentação durante a ocupação na Base, um dos pilares que sustentaram a resistência dos manifestantes. O envio de mantimentos foi uma estratégia para evitar que a fome enfraquecesse o movimento, garantindo a continuidade de todos no acampamento. Segundo Rosinete “toda hora chegava gado pra matar [...] nem sei quantas reis foi morto porque era muita alimentação”<sup>271</sup>. Por falta de diálogo com os representantes da Alcoa, eles ficaram vários dias na praia porque não podiam sair de lá para não enfraquecer o movimento. Então criou-se essa rede de solidariedade em que todos se alimentavam juntos e no mesmo local.

Dinai, junto com seus netos e genros, participou do acampamento por oito dias, dormindo na praia. “Eu mesma fiquei por lá, junto com outras pessoas daqui. Fizemos

---

<sup>270</sup> PRATA, Rosinete, *idem*.

<sup>271</sup> PRATA, Rosinete, *idem*.

isso para tentar garantir melhorias para a nossa comunidade, para o nosso povo, para que liberassem o dinheiro que era nosso por direito. Por isso, hoje, temos o direito de cobrar”<sup>272</sup>, afirmou.

Ela relata que todos que estavam ali enfrentaram situações difíceis, como atravessar a mata, cair em buracos, ser picados por insetos e, muitas vezes, se alimentar apenas de farinha. Ainda assim, muitos dos que participaram ainda não receberam a compensação, incluindo ela mesma. “Desde que desci da luta, ainda não recebi. Estou esperando, mas dizem que esperança é a última que morre... Acho que a minha já está morrendo também. Mas eu espero, porque promessa é dívida”<sup>273</sup>, desabafa. Por ela pertencer a outro assentamento, ela enfrenta dificuldades nos trâmites.

Figura 14: Comunitários e comunitárias com seus filhos e filhas, construíram barracas por meio de mutirões para se acamparem, fevereiro de 2009.



Fonte: Arquivo digital ACORJUVE, 2009. In: Tese de Luis Otávio do Canto Lopes, 2012, p. 256.

Falavam em união, em nos juntarmos para dialogar e buscar soluções, porque eles estavam destruindo o que era nosso. Ficamos lá por oito dias. Construímos umas tendas, umas casinhas improvisadas para nos abrigarmos. Passamos quase a noite inteira cantando, tentando amolecer o coração deles. Mas tínhamos medo, porque havia polícia lá com armas apontadas pra nós. Ainda assim, tivemos força e conseguimos resistir um pouco. Conversamos com os líderes, que começaram a dialogar com os menores, tentando se entender, mas até hoje a situação não está resolvida <sup>274</sup>.

A união das comunidades do lago Juruti Velho se manifesta tanto na construção do acampamento, com tendas improvisadas, quanto na dimensão simbólica, ao passar as

<sup>272</sup> BATISTA, Dinai, *idem*.

<sup>273</sup> BATISTA, Dinai, *idem*.

<sup>274</sup> BATISTA, Eliana, *idem*.

noites cantando na tentativa de “amolecer o coração” dos representantes do Estado e da empresa. Esse gesto evidencia a aposta em estratégias não violentas, contrastando com a ameaça e pela forma agressiva em foram recebidos.

O acampamento pode ser compreendido como um grande mutirão, ou puxirum, em que cada pessoa desempenhava um papel para a manutenção. A luta não se restringia apenas ao enfrentamento direto com a empresa e a polícia, mas também à organização interna do grupo, garantindo que todos pudessem permanecer ali por dias, sustentando a ocupação.

O mutirão envolveu diferentes responsabilidades: havia aqueles que se encarregavam da alimentação, como as cozinheiras que preparavam as refeições para todos, utilizando os alimentos trazidos das comunidades e o gado abatido ao longo dos dias. Havia os cortadores, que retiravam a madeira da mata para construir os barracões improvisados que serviam de abrigo. Outros se dedicavam à montagem dessas estruturas, garantindo um mínimo de conforto.

Homens, mulheres e crianças participaram ativamente, reafirmando a dimensão coletiva da luta. As crianças corriam entre as barracas, enquanto os adultos dividiam as tarefas conforme suas habilidades e possibilidades. Mulheres estiveram tanto na linha de frente quanto nos bastidores, cozinhando e organizando o espaço. O puxirum, enquanto prática ancestral de cooperação, se ressignificou nesse contexto: o que antes era um sistema de ajuda mútua para colheitas, construções e atividades comunitárias, agora se tornava uma estratégia de luta contra os impactos da mineradora.

As mulheres que participaram desse embate carregam na memória o peso e do enfrentamento contra uma estrutura que historicamente nega direitos às comunidades tradicionais. “Era a negociação mesmo, que eles tinham que aceitar, porque eles não aceitavam pagar o dano que tavam causando”<sup>275</sup>, relembra Rosinete.

As tentativas de esvaziar a autonomia da comunidade não cessaram mesmo após a negociação e conquista da indenização. Crisvalda relata a ameaça de retirada da gestão dos recursos das mãos da ACORJUVE: “Agora tão até querendo tirar, o poder público, eu não sei que caramba tá querendo tirar, pra tirar das mãos dos pobres, eu digo logo assim”<sup>276</sup>. O *royalty*, conquistado por colaboração mútua, passou a ser alvo de novas disputas, com interesses externos tentando redirecionar os recursos.

---

<sup>275</sup> PRATA, Rosinete, *idem*.

<sup>276</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

O Ministério Público do Pará propôs a criação de um fundo administrado por instâncias burocráticas externas, incluindo a própria Alcoa e a Prefeitura, sob o argumento de garantir transparência e equidade. No entanto, para os moradores, essa mudança representa uma nova forma de expropriação, travestida de gestão institucional.

Kátia Demeda e Luciana de Carvalho explica essa disputa. A divisão inicial dos recursos previa que metade dos *royalties* fosse destinada diretamente às famílias do PAE Juruti Velho a cada três meses, enquanto a outra metade seria usada para investimentos coletivos e manutenção da própria associação. Além disso, a ACORJUVE passou a atender solicitações individuais da comunidade, como transporte de doentes, compra de medicamentos e apoio a famílias em momentos críticos, como sepultamentos<sup>277</sup>.

Esse modelo, chamado pelas autoras de “modelo nativo” de gestão, criou uma relação de confiança entre os associados e a diretoria da ACORJUVE, especialmente com o presidente da associação, que passou a ser visto como uma figura central na mediação dos recursos. No entanto, com o tempo, esse sistema começou a apresentar problemas: a falta de transparência na prestação de contas, a distribuição desigual e entre outros problemas.

No entanto, essa mudança também significava uma maior burocratização e um afastamento do controle direto da comunidade, o que gerou tensões e desconfiança por parte dos moradores. A luta pelos *royalties* não foi uma concessão, mas sim fruto de anos de mobilização, viagens, enfrentamentos e manifestações, como relembra Crisvalda: “Foi com muita luta dos moradores [...]. Não foi de mão beijada, foi muita luta mesmo”<sup>278</sup>.

As viagens incessantes dos associados em busca de apoio e reconhecimento político tornaram-se parte do cotidiano de muitos comunitários. “Até meu marido viajava muito pra conseguir isso. Nessa época, eu tava muito doente que me atacou a tal de depressão, eu ficava sozinha em casa, os meus filhos tudo pequeno”<sup>279</sup>, rememora Crisvalda, trazendo à tona como a batalha política atravessava a vida doméstica, sobrecarregando mulheres que, ao mesmo tempo, precisavam segurar suas casas e acompanhar o conflito.

A luta não foi apenas travada nas ruas e reuniões, mas também dentro dos lares, onde as mulheres sustentavam a resistência de maneiras invisibilizadas. Enquanto muitos

---

<sup>277</sup> DEMEDA, K.; CARVALHO, L. **Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho - Juruti, Pará**. Papers do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 378, jan. 2018, *passim*.

<sup>278</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

<sup>279</sup> LOPES, Crisvalda, *idem*.

homens viajavam para negociar os direitos comunitários, as mulheres ficavam sozinhas, cuidando dos filhos e lidando com a ausência dos companheiros:

meu marido saia de semana, de mês “vamos embora Glai, você tem que tá com a gente” o que ele tivesse fazendo ele deixava e ia embora. Foi uma luta muito grande principalmente dos homens, daqui dessa comunidade foi o Heglai e daí da comunidade Prudente era um senhor por nome Vilson que também enfrentou muito ajudado com outras comunidades, se reunirão de liderança a liderança e saiam pra ir embora era pra Belém, era pra Santarém e não paravam não pra todos os cantos eles iam até pra Brasília, agora o meu marido eu não se ele chegou ir pra Brasília mas pra Belém ele foi <sup>280</sup>.

Embora Crivalda destaque a atuação dos homens na linha de frente das negociações, sua fala revela uma dimensão invisibilizada da luta: o papel das mulheres na sustentação da mobilização, que não se limitava às articulações externas, mas também dependia da organização do cotidiano, mantida por elas. O cuidado, trabalho voltado às necessidades físicas, emocionais e à reprodução social da comunidade<sup>281</sup> foi a base que permitiu a continuidade da luta. Enquanto os homens partiam para as negociações, as mulheres permaneciam, cuidando da casa, da produção familiar e dos filhos, garantindo que a vida não se paralisasse.

### 3.4.1 A lavra como direito e não dádiva: reflexões sobre as conquistas e os desafios coletivos

A mobilização dos moradores de Juruti Velho pelo reconhecimento de seus direitos territoriais foi acompanhada por ações judiciais para garantir uma compensação financeira pelos impactos da mineração em suas terras. Como apontam Demeda e Carvalho, o reconhecimento da titularidade coletiva permitiu que a comunidade exigisse não apenas a participação nos lucros provenientes da lavra, mas também indenizações por perdas e danos decorrentes da instalação do projeto da Alcoa na região<sup>282</sup>.

Esse processo se consolidou em 2010, quando os recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) passaram a ser pagos diretamente à Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), que se tornou a gestora dos *royalties*<sup>283</sup>. No mesmo ano, foi firmado um Termo de Ajustamento de

<sup>280</sup> LOPES, Crivalda, *idem*.

<sup>281</sup> BHATTACHARYA, *op. cit.*

<sup>282</sup> DEMEDA, K.; CARVALHO, L. **Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho.**

<sup>283</sup> Cf. SILVA, Maria Amélia Rodrigues da. **Royalties da mineração: instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável de regiões mineradoras na Amazônia Oriental?** Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 1, n. 2, 1998. Maria Amélia da Silva aponta que as taxas de royalties variam de acordo com o tipo de bem mineral, sendo, por exemplo, 3% para a bauxita metalúrgica. O valor a ser pago é calculado com base no faturamento líquido da mineradora, ou seja, na receita bruta das vendas, descontadas as despesas com transporte e tributos sobre a comercialização. A autora também aponta que a taxa praticada no Brasil é relativamente baixa em comparação com outros países. Entre 1991 e 1996, a arrecadação proveniente dos royalties e do ICMS mineral caiu de 6,8% para 4,3% do Valor da Produção Mineral Bruta

Conduta (TAC) que viabilizou a realização do Estudo de Perdas e Danos do PAE Juruti Velho (EPD-JV), uma iniciativa indenizou danos sociais, econômicos, culturais e ambientais causados pela mineração. Concluído em 2013, esse estudo determinou novos montantes a serem pagos à ACORJUVE para indenizar os moradores atingidos.

Se, por um lado, o acesso a esses recursos simbolizou o reconhecimento da dívida histórica da Alcoa com Juruti Velho, por outro, sua distribuição e gestão tornaram-se objeto de tensões internas, conflitos políticos e insatisfações coletivas. A ACORJUVE passou a administrar uma quantia, tornando-se uma entidade central na mediação. No entanto, a forma como esses recursos foram distribuídos e aplicados gerou questionamentos, especialmente entre os próprios moradores.

A seguir, analisamos os relatos das mulheres da comunidade sobre o funcionamento dos *royalties* na prática, suas formas de distribuição e os desafios enfrentados na aplicação desses recursos.

Lidiane Souza<sup>284</sup> explica que a participação nos lucros da lavra corresponde a 1,5% do faturamento da Alcoa, um percentual que, segundo ela, “não tem um valor fixo”, pois depende diretamente da produção. Ela enfatiza que essa participação não é um favor, mas um direito conquistado pelos moradores: “Não é dado, é um direito conquistado, entendeu?!”<sup>285</sup>.

Metade desse valor é destinada aos associados, repassada de forma individualizada, ou seja, familiar, enquanto a outra metade é direcionada ao coletivo, ficando sob a gestão da ACORJUVE. “Se a Alcoa depositar, por exemplo, 500 mil por mês, então metade disso, 250 mil, já fica pra associação, pro coletivo, e 50% pro individual”, explica Lidiane. Esse repasse ocorre a cada três meses, variando conforme a

---

(VPMP), tendência que se acentuou com a desoneração do ICMS sobre produtos minerais exportados. Considerando apenas os royalties, a taxa média brasileira foi de 1,15% da receita bruta mineral, um percentual semelhante ao da Venezuela, mas bem inferior ao praticado nos Estados Unidos e no Canadá.

<sup>284</sup> SOUZA, Lidiane Gomes de. Vila Muirapinima, 23 jul. 2019. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Lidiane é uma moradora da Vila Muirapinima, após passar 12 anos fora, retornou à comunidade e enfrenta dificuldades para encontrar emprego. Ela ressalta que, por não se submeter a relações de favorecimento, permanece desempregada, dependendo da pesca realizada por seu marido e de auxílios como o Bolsa Família. Em 2023, após oito anos como associada sem receber benefícios, foi contemplada pela ACORJUVE e passou a receber uma parte dos recursos destinados aos moradores. Embora não se defina como trabalhadora rural, Lidiane já exerceu atividades no campo quando teve oportunidade. Sua trajetória familiar sempre esteve ligada ao trabalho na terra, tanto pelo lado paterno quanto pelo marido. Além disso, é uma voz ativa dentro da comunidade, utilizando sua página na internet para denunciar irregularidades e cobrar transparência na associação

<sup>285</sup> SOUZA, Lidiane, *idem*.

produção: “Dá em torno de mais ou menos 750 mil, 200 mil, depende da produção da Alcoa, entendeu?”<sup>286</sup>.

Apesar da quantia que circula, as famílias sentem que o valor recebido individualmente não supre as necessidades básicas. Devani é categórica: “Não! Eu e muitas pessoas achamos muito pouco, pra uma família de 6 pessoas, a for pegar esses 300 reais e for inverter pra comprar um alçado, alimento, material escolar, não dá”. A soma, que já é insuficiente para uma vida digna, torna-se ainda mais precária quando se considera a sobrecarga de trabalho feminino dentro e fora de casa<sup>287</sup>.

O peso da administração doméstica recai, historicamente, sobre as mulheres, que não apenas fazem esse dinheiro render, mas também se desdobram para garantir que a família tenha o mínimo necessário. O fato de que o dinheiro se torna cada vez mais escasso obriga muitas a acumularem funções: são responsáveis pela alimentação, pelo cuidado com os filhos e, muitas vezes, pela busca de complementação da renda com trabalho informal ou no próprio roçado.

Devani evidencia essa exclusão ao mencionar a forma como os números são apresentados nas assembleias: “Quando fazem reunião e colocam a prestação de contas, é apresentada muita conta.” A linguagem técnica e a falta de transparência nas informações tornam a compreensão difícil, criando uma barreira entre a comunidade e a gestão dos recursos. Esse afastamento não é casual. Se, por um lado, as mulheres são as primeiras a sentir a insuficiência dos repasses e a precarização das condições de vida, por outro, são as que menos têm voz nos espaços onde essas questões são discutidas.

Cenira lembra que, no início, os sócios recebiam R\$ 600,00, mas, com o aumento de associados, o valor caiu para R\$ 200,00. Para quem vive desse dinheiro, a quantia não faz diferença significativa na economia doméstica, ainda mais quando a produção agrícola local é desvalorizada. A farinha, que sempre foi essencial para o sustento e a comercialização, representa bem essa mudança. Como Cenira diz, “hoje a nossa farinha não tem mais valor pra gente vender, mas pra comer tem. A gente faz uma farinha, mas quando vai vender, o pessoal não quer mais, não dá nem R\$ 100,00 pra gente”<sup>288</sup>.

A perda de valor da produção agrícola não aconteceu por acaso. Enquanto a mineração avança e a empresa extrai riquezas do território, os agricultores veem suas possibilidades de sustento se estreitarem. O que antes circulava dentro da própria

---

<sup>286</sup> SOUZA, Lidiane, *idem*.

<sup>287</sup> SOUZA, Devani, *idem*.

<sup>288</sup> CAMARÃO, Cenira, *idem*.

comunidade, a farinha, o peixe, a mandioca, agora perde espaço diante de um modelo extrativista.

Rosileia de Souza escancara, em sua fala, a contradição entre a promessa de desenvolvimento e a precarização do trabalho vivida pelas comunidades. Seu sustento vem da agricultura, atividade que exige esforço físico e é historicamente desvalorizada, sobretudo quando realizada por mulheres.

Ela deixa claro que, as mudanças que se deram após a conquista da compensação, é a inconstância “pra mim a mudança que tem é o repasse do dinheiro né, era 600,00 que a gente recebia, 600,00 reais pra nós que somos pobres é muito dinheiro, mas como tempo diminuiu pra 200,00”. O valor, que já era limitado, foi reduzido, e o que sobra são estratégias diárias de sobrevivência, “a nossa vida é esse mesmo a gente não tem outro como sobreviver e é esperar que nossa comunidade seja melhor daqui pra frente, nós precisamos muito que a comunidade melhore<sup>289</sup>”.

Enquanto os grandes projetos de mineração avançam, os serviços básicos continuam precários: “tem falta de energia, a água principalmente porque tem dias que a gente não tem, aí a gente fica esperando assim uma coisa de melhorar aqui na comunidade”. A espera por melhorias parece eterna, pois as reivindicações das comunidades raramente são atendidas. O abaixo-assinado, tentativa de mobilização coletiva, esbarra no descaso das autoridades: “A gente coloca muita coisa, mas nem todas são aceitas por prefeito, vereadores<sup>290</sup>”.

O peso da maternidade se soma a essa situação. A necessidade de garantir educação para os filhos muitas vezes obriga as mulheres a sustentá-los à distância, sem nenhuma estrutura de apoio: “Muitas vezes nossos filhos saem daqui pra estudar lá fora, é uma coisa que fica difícil pra nós que é pai e mãe trabalhar aqui pra manter nossos filhos lá fora”. Essa realidade reforça a sobrecarga feminina, pois são elas que garantem que o dinheiro que entra na casa seja suficiente para alimentar, educar e vestir os filhos, “você sabe que hoje 200,00 reais não dão pra quase nada, você compra uma coisinha e acaba logo<sup>291</sup>”.

“Nosso trabalho, coitado, é disso aí, no sol direto fazendo trabalho de plantio pra a gente não ficar sem a farinha”, diz Rosileia, que não apenas reafirma a invisibilização

---

<sup>289</sup> SOUZA, Rosileia Tavares. Comunidade Santo Antônio-Ingraçã, 23 jul. 2019. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes.

<sup>290</sup> SOUZA, Rosileia, *idem*.

<sup>291</sup> SOUZA, Rosileia, *idem*.

do trabalho feminino no campo, mas também a contradição da exploração mineral na Amazônia: a riqueza extraída do solo não retorna para aqueles que nele vivem e trabalham.

Gilsa Barcellos atenta para o papel ativo das mulheres em lutas ambientais, ressaltando que, muitas vezes, sua participação está relacionada à posição que ocupam socialmente como responsáveis pelo bem-estar familiar e comunitário. No entanto, essa atuação não deve ser interpretada como um traço essencialmente feminino, mas sim como um reflexo da divisão sexual do trabalho e das condições culturais e ambientais que as cercam <sup>292</sup>.

A participação das mulheres nas lutas socioambientais em Juruti Velho não pode ser reduzida a uma essência feminina ou a um papel naturalizado de cuidadoras da terra. O envolvimento delas nesse processo deve ser compreendido a partir das condições concretas que estruturam suas vidas, em um contexto marcado pelo capital, pela precarização da produção agrícola e pela desvalorização do trabalho comunitário.

A divisão sexual do trabalho faz com que muitas delas sejam responsáveis pela produção de alimentos, pelo cuidado com a família e pela gestão da economia doméstica, o que as coloca em uma posição de observação atenta às mudanças que impactam a sobrevivência da comunidade, como elas atentaram para as condições do lago em suas saúdes. Ao reconhecer essas dinâmicas, evita-se a armadilha de uniformizar experiências diversas ou de atribuir à mulher um papel fixo e homogêneo na luta ambiental.

Elas não são vítimas de um sistema que privilegia o lucro sobre a vida, essas mulheres se apresentam como agentes que reivindicam mudanças. Assim, elas desafiam tanto o discurso da mineradora por meio da memória, que promete benefícios, mas entrega precariedade, quanto a lógica patriarcal que historicamente tentou silenciá-las nas decisões comunitárias.

---

<sup>292</sup> BARCELOS, *op. cit.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias narradas ao longo desta pesquisa não são apenas fragmentos de um passado distante, mas expressões vivas de resistência e permanência. As mulheres trabalhadoras rurais de Juruti Velho nos mostram que a mineração não impacta apenas a paisagem, os rios e as florestas; ela desestrutura modos de vida, impõe silenciamentos e redefine relações de trabalho e pertencimento. No entanto, diante desse cenário, essas mulheres não se calaram. Suas palavras, suas práticas e sua memória coletiva tornaram-se instrumentos de luta contra a lógica predatória que tenta apagar suas histórias.

Esta dissertação percorreu as memórias e experiências dessas mulheres, revelando as transformações impostas pela mineração e os desafios que atravessam suas vidas. Mais do que relatar impactos, buscou-se compreender como elas resistem, se reorganizam e preservam seus modos de existência frente às adversidades. O vínculo com a terra e a água é ancestral para essas comunidades. Mais do que simples recursos, esses espaços representam histórias, afetos e formas de viver que foram transmitidas ao longo das gerações. O trabalho na roça, a pesca, a caça e o extrativismo garantiam não apenas a subsistência, mas também a coesão comunitária e a autonomia das mulheres, que estão na vanguarda pela preservação desses saberes e na construção de redes de solidariedade.

A chegada da Alcoa, no entanto, alterou essa dinâmica de forma profunda. O discurso do progresso veio acompanhado de promessas de empregos, infraestrutura e desenvolvimento, mas seus efeitos concretos foram marcados por contradições e desigualdades. O fechamento de acessos tradicionais, a degradação ambiental e a reorganização da economia local comprometeram a continuidade dos modos de vida comunitários, deixando muitas famílias em situação de vulnerabilidade. Para as mulheres, essa transformação foi ainda mais severa: além da perda dos meios de trabalho, viram-se excluídas de espaços de decisão dentro da comunidade, enquanto a estrutura social passou a girar em torno da empresa.

As mudanças foram sentidas no cotidiano: o desaparecimento de áreas de plantio, a escassez de caça e pesca, as dificuldades de acesso ao território e a insegurança sobre o futuro. Para muitas mulheres, perder a autonomia sobre seu trabalho significou também perder seu espaço dentro da comunidade. A economia passou a girar em torno da empresa, e os modos de vida tradicionais foram vistos como obstáculos ao desenvolvimento. No entanto, para essas mulheres, resistir tornou-se uma necessidade. Mesmo diante das

limitações impostas, elas se reorganizaram, reafirmaram suas memórias e recusaram-se a deixar que suas histórias fossem apagadas.

Mas essa não é apenas uma história de perda. É também uma história de resistência. As mulheres de Juruti Velho encontraram maneiras de se reorganizar, de reconstruir seus espaços e de desafiar as imposições de um modelo econômico excludente. Seja por meio das associações comunitárias, das mobilizações por direitos ou da transmissão dos saberes tradicionais, elas demonstram que resistência não é um ato isolado, mas um processo contínuo. Estar na terra, contar suas histórias e preservar a memória coletiva são estratégias para garantir que suas experiências não sejam esquecidas e que suas comunidades continuem existindo.

Essa reflexão nos leva a questionar o próprio conceito de progresso. Para quem ele é feito? Quem são os verdadeiros beneficiados? O que se perde no caminho? As mulheres de Juruti Velho nos mostram que desenvolvimento não pode ser reduzido a estatísticas e números, mas precisa ser analisado a partir das vidas que ele transforma, seja para melhor ou para pior. E, sobretudo, elas nos ensinam que nem todas as mudanças são aceitas passivamente. Há sempre aqueles que resistem, que reinventam e que se recusam a desaparecer. Ao longo do tempo, a vida nessas comunidades foi sustentada pela partilha, pelo trabalho coletivo e pela relação estreita com o ambiente. A terra e a água não eram apenas fontes de sustento, mas parte essencial da estrutura de vida dessas mulheres. Na roça, nos rios e na transmissão de conhecimentos entre gerações, elas sustentaram suas famílias, preservaram práticas ancestrais e fortaleceram laços de pertencimento.

Essa luta não ocorre apenas nos espaços formais de reivindicação, mas também nos pequenos gestos do cotidiano. Persistir no plantio, manter os laços comunitários, ensinar às novas gerações que aquele território ainda lhes pertence, tudo isso é resistência. A permanência dessas mulheres em suas comunidades, a continuidade de suas práticas e a transmissão de suas narrativas são atos políticos que desafiam a lógica excludente da mineração e reafirmam seu direito de existir.

Assim, a trajetória dessas mulheres não se encerra com esta dissertação. Ela continua a ser escrita todos os dias, por cada mulher que se recusa a ceder, por cada comunidade que persiste, por cada memória que é preservada e transformada em força. Porque, no fim, resistir é também uma forma de existir.

## FONTES

### Orais:

BATISTA, Dinai Matos. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Prudente, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 27 jan. 2024. [Gravação/transcrição].

BATISTA, Eliana Matos. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Maravilha, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 27 jan. 2024. [Gravação/transcrição].

CAMARÃO, Cenira diSouza. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Prudente, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 19 jan. 2020. [Gravação/transcrição].

LOPES, Crisvalda Batista. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Juruti, Pará, comunidade Prudente. Entrevista realizada em 19 jan. 2020. [Gravação/transcrição].

MATOS, Cândida Bentes de. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Monte Sinai, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 27 jan. 2024. [Gravação/transcrição].

MATOS, Ruth. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Maravilha, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 27 jan. 2024. [Gravação/transcrição].

PRATA, Rosinete. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Monte Sinai, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 19 jan. 2020. [Gravação/transcrição].

SANTARÉM, Nelsia Batista. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Prudente, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 19 jan. 2020 e 27 jan. 2024. [Gravação/transcrição].

SILVA, Sandra Alves da. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Bom Jesus, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 23 jul. 2019. [Gravação/transcrição].

SOUZA, Devani Alves de S. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Bom Jesus, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 23 jul. 2019. [Gravação/transcrição].

SOUZA, Idaliana Henrique. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade de Macaiane, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 23 jul. 2019. [Gravação/transcrição].

SOUZA, Lidiane Gomes de. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Vila Muirapinima, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 23 jul. 2019. [Gravação/transcrição].

SOUZA, Rosileia Tavares de. Entrevista concedida a Maiara Andrade Paes. Comunidade Santo Antônio-Ingraça, Juruti, Pará. Entrevista realizada em 23 jul. 2019. [Gravação/transcrição].

**Periódicos:**

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, 2 out. 1980, p. 16. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, 13 jan. 1984, p. 14. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, 1º abr. 1984, p. 2. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 21 fev. 1990, p. 9. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 8 abr. 1990, p. 24. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 30 maio 1990, p. 12. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 14 nov. 1990, p. 7. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 30 out. 1980, p. 1. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 24-25 set. 2005, p. 3. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 11 out. 2007, p. 31. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 16 set. 2009, p. 20. Plataforma da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

O GLOBO. Chegada de um gigante na pequena Juruti: empresa americana leva empregos para cidade da Amazônia, mas MP e prefeito reclamam de danos. Rio de Janeiro, 3 jun. 2007, p. 13. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC.

FÓRUM CARAJÁS. Assentamento Agroextrativista Juruti Velho e Socó / Alcoa. Juruti, 13 mai. 2007. (PA0854, UF: PA, Tipo: Conflito – TE, Volume: 01). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC.

REPÓRTER BRASIL. Assentamento Agroextrativista Juruti Velho e Socó / Alcoa. Juruti, 11 mai. 2007. (PA0854, UF: PA, Tipo: Conflito – TE, Volume: 01). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC.

**Artigos e matérias online:**

LEAL, Paulo Leandro. Dados retirados do artigo publicado pelo EcoAmazônia. *Blog do Miguel Oliveira*, 8 maio 2008. Disponível em:

<https://blogdoestado.blogspot.com/2008/05/89-da-populao-de-juruti-apiam-o.html>.

Acesso em: 29 de junho de 2022.

ACORJUVE. Visita técnica à mina da Alcoa. *Blog ACORJUVE*, sexta-feira, 10 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://acorjuve-acorjuve.blogspot.com/2012/02/visita-tecnica-mina-da-alcoa.html>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Entrevista:

HEMERBERGER, Gertrud Maria (Irmã Brunildes). Entrevista concedida ao Museu da Pessoa, PRONAC 164380, com apoio financeiro do BNDES, via Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal. Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-de-vida/construir-pela-f/>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras, In: FURTADO, LEITÃO & DE MELLO (Orgs.) **Povo das águas – realidade e perspectiva na Amazônia**, Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.

ALVES, Alexandre de Brito. “É o jeito vender”: coletores, marreteiros e o trabalho no manguezal em Bacuriteua (Pará – Brasil, 1975-2010). **Revista História UEG**, Anápolis, v. 4, n. 2, p. 211-226, ago./dez. 2015.

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. **O Estado Plurinacional e Comunitário na Bolívia: as lutas populares e o bem viver a partir de El Alto**. 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2019.

BARCELLOS, Gilsa Helena. Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 214-222, jul./dez. 2013

BHATTACHARYA, Titchi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista outubro**, n. 32, 1º semestre de 2013.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. Tradução de Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014, p. 123-145.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo. 4 (1/2), 1993, pp. 277-284.

BRUCE, Mariana. Relatos de um mundo Ch'ixi: El Alto/Bolívia. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 204-234, jan./abr. 2023.

CASTRO, Mary Garcia. Mulheres rurais – reprodução social e direitos humanos. Aportes de agências internacionais e literatura ativista. Panorâmica Brasil, hoje. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Mulheres rurais**. 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. (Série Cadernos Flacso; 17), p. 6-32.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Theo 'Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.

CHAUÍ, M. **Ideologia e mobilização social**. Marilene Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.  
CHESNAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado: sobre história e os historiadores**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz; COLARES, Anselmo Alencar. História de saberes amazônicos e emancipação política: o artesanato em Juruti-PA. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, p. 1-21, 2021. ISSN 2237-0315.

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz; COLARES, Anselmo Alencar. Educação popular e engajamento político: o legado das freiras franciscanas Maristella em Juruti, Pará – 1970-1992. In: **Colóquio Nacional E Colóquio Internacional Do Museu Pedagógico Da UESB**, 14.; 7., 2022. **Anais**. Vitória da Conquista: UESB, 2022.

CUNHA, J. L. S.; MACHADO, A. S. **Sujeitos que lembram**: História oral e história de vida. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 63-77, set. 2003.

DEMEDA, K. S. N. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties de mineração em Juruti Velho, Juruti - PA**. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020.

DOMINGUES, Adriana Rodrigues. (2014). O Envelhecimento, a Experiência Narrativa e a História Oral: um encontro e algumas experiências. **Psicologia Política**, 14(31), 2014 551-568

DEMEDA, K.; CARVALHO, L. Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho - Juruti, Pará. **Papers do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**, 378, jan. 2018.

ETIT, Pere; PEREIRA, Airton dos Reis; PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Camponeses, fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990. **Tempos Históricos**, v. 18, p. 337-365, 2º sem. 2014.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Mulheres e história oral: experiências de (inter)subjetividade. In: GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro (Org.). **História oral: a democracia das vozes**. São Paulo: Pontocom, 2019. p. 97-105.

FEDERICI, Sílvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina” Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERREIRA, Aldenor da Silva. Terras, florestas e águas de trabalho: a tríade da vida camponesa na várzea amazônica. **Somanlu**, ano 8, n. 1, p. 45-63, jan./jun. 2008.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. Acervo - **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147–170, 2009.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, 2002, p. 37-61.

LOPES, Luís Otávio dos Canto. **Conflito Socioambiental e (re)organização territorial:** mineradora ALCOA e comunidade ribeirinhas do projeto agroextrativista Juruti Velho, Município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. Tese de Doutorado, Porto Alegre, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, 2002, p. 107-121.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Puxirum de histórias:** Lutas por terras e águas em Vila Amazônia – Parintins/AM (1980-2000). Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, jan.-jun. 2007.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011. (Coleção Ideias).

PEÑA-VEGA, Alfredo. Meta-desenvolvimento, auto-organização e incerteza: um caminho em direção ao pensamento ecológico. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). **Faces do trópico úmido:** conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 1997. p. 201-220

PEREIRA, Airton dos Reis. A igreja católica, o sindicato dos trabalhadores rurais e o Estado: mediação e conflito na região Araguaia paraense. **RURALS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 2, n. 2, 2012.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata(orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006

PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. **Raízes**, v. 30, n. 2, p. 55-78, jul./dez. 2010.

PORTELLI, Alessandro. “História Oral: Uma relação dialógica”. In: PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp.9-25.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, 8(1), 2009.

SILVA, Everton Melo da; SANTOS, Paulo Roberto Felix dos. Uma abordagem crítica aos fundamentos do Estado: natureza, significado e configuração contemporânea. In: ARAÚJO, Nailsa Maria Souza (org.). **Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. p. 29-50.

SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa. **Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo – Amazonas.** Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, Marciclei Bernardo da. **Exploração da bauxita e dinâmicas espaciais em Juruti (PA).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2017.

SILVA, Maria Amélia Rodrigues da. Royalties da mineração: instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável de regiões mineradoras na Amazônia Oriental? **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 1, n. 2, 1998.

SILVA, Maria das Graças e; SILVA, Rebeca Gomes de Oliveira. Conflitos socioambientais e megaprojetos: desenvolvimento capitalista periférico e expropriações contemporâneas. In: ARAÚJO, Nailsa Maria Souza (org.). **Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais.** São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. p. 191-220.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia.** Manaus: EDUA, 2000.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**, 2002, v. 16, n. 45, p. 31-36.

TALGA, Dagmar Olmo; MAINIERI, Tiago. O impacto das novas mídias digitais na luta pela terra no estado de Goiás. In: **Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação**, 38., 2015, Rio de Janeiro. Anais. São Paulo, Intercom, 2015.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres.** Dourados-MS: UFGD, 2014. 63 p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

VERDE, Rodrigo Braga da Rocha Villa; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. REGIÃO NORTE Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; ARAÚJO, Eliane Rocha (Eds.). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos.** Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WEISHEIMER, Nilson. A socialização de gênero na agricultura familiar. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Mulheres rurais.** 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. (Série Cadernos Flacso; 17) p. 51-77.

WILLIAMS, Raymond. Base e Superestrutura na teoria da cultura marxista. In: **Cultura e Materialismo.** Tradução de André Glaser. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 3 de novembro de 2011, p. 43-68.